

Diferenças de género no locus de controlo na delinquência

Diana Catarina Teixeira Massano

*Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança
para obtenção do Grau de Mestre em Educação Social – Educação e
Intervenção ao Longo da Vida*

Orientada por:

Mestre Paulo Jorge Ramos Duarte Fortes Resende

Bragança, 2024

Agradecimentos

Escrever estas palavras significa que mais uma missão se encontra concluída, a minha dissertação. Confesso que foi um processo longo, inicialmente pela ausência de resposta por parte das entidades responsáveis e depois por desmotivação própria. Ao longo deste processo que parecia interminável, cresci pessoal e profissionalmente e entendi que tudo na vida tem um tempo para acontecer e esta dissertação não foi exceção.

Terminados os períodos de tristeza, avanços, recuos, desmotivação, foco e determinação pelos quais passei, finalmente concretizei mais um dos meus objetivos de vida. Contudo, este não foi um caminho solitário, pelo contrário, foi um caminho feito com pessoas que estiveram sempre ao meu lado, encorajando-me e mostrando-me que eu era capaz. Por isso, não posso deixar de expressar a minha gratidão para com elas.

- À pessoa que me incentivou a prosseguir os meus estudos sendo assim possível a conclusão desta dissertação.

- Ao meu pai por me ter ensinado o verdadeiro significado de superação, humildade, resiliência e determinação; À minha mãe por ter sido sempre o meu colo, o meu porto seguro; às minhas avós e à minha tia Margarida por me terem criado com todo o amor e carinho possível. É graças ao trabalho feito por eles que hoje sou quem sou.

- Ao meu orientador, o professor Paulo Resende, por toda a disponibilidade, compreensão e dedicação ao longo de todo o trabalho. Agradecer-lhe também por me ter encorajado a seguir em frente com um tema pioneiro.

- À Vera, à Laura, à Marta, à Jéssica e à Glória, por me terem acompanhado ao longo da minha vida académica e por continuarem

presentes em todos os momentos. Foram com elas os meus melhores anos na terra dos amigos para sempre.

-À minha madrinha, a Diana, por ser a pessoa mais determinada e lutadora que conheço. É com ela que me sinto segura. É o meu maior orgulho.

-Às minhas companheiras de vida, a Alícia e a Bruna. Elas são o verdadeiro significado que a distância não vale nada quando o sentimento vale tudo. Desde o berço até sermos velhinhas, será para sempre.

- À Tânia e à Mariana com as quais partilhei a minha vida académica, foi com elas que percebi o significado de amigas para sempre.

-E por fim, mas não menos importante, à minha segunda família. Ao meu maninho, o Isac, ao meu padrinho, o Geno e à pessoa que melhor me conhece, a Rute. É ela que sabe todas as minhas fragilidades, os meus medos, as minhas incertezas, os meus defeitos, mas também é ela que conhece a melhor versão de mim. Agradecer-lhe por todos os maus momentos que passou comigo durante a realização desta dissertação. Agradecer-lhe por fazer parte do meu dia a dia e por ter conseguido ensinar-me a ver a vida noutra perspetiva. Se tivesse que entregar a minha vida a alguém, seria a ela.

-Agradecer ainda ao Diretor do Centro Educativo Navarro de Paiva por toda a disponibilidade e atenção prestada e a todos os jovens que participaram neste estudo.

No fundo, agradecer a todos que, direta ou indiretamente, positiva ou negativamente, contribuíram para que, até agora, os meus objetivos fossem todos alcançados e por me terem ajudado a crescer pessoal e profissionalmente.

A todos, OBRIGADA!

Índice

Índice de gráficos.....	vi
Resumo	vii
Diferença de géneros no Locus de controlo na delinquência	1
Capítulo I – Enquadramento teórico.....	3
1.1 Adolescência: definição e conceptualização teórica	3
1.2 Delinquência Juvenil: definição e conceptualização teórica	5
1.3 Teorias explicativas da delinquência.....	9
1.4 Delinquência em função do género	13
1.5 Delinquência em função da idade	18
1.6 Fatores de risco e proteção intrínsecos à Delinquência Juvenil	21
2. Locus de Controlo: definição e conceptualização teórica	26
2.1 Diferenças de género no Locus de Controlo	30
3. Enquadramento histórico e legal da delinquência em Portugal	33
3.1 Delinquência juvenil em Portugal	33
3.2 Lei Tutelar Educativa	35
3.3 Centros Educativos	36
3.4 Estatísticas oficiais da delinquência juvenil em Portugal	39
4. Prevenção e Intervenção da delinquência juvenil	40
Capítulo II – Caracterização da instituição	47
Centro Educativo Navarro de Paiva	47
Capítulo III – Investigação Empírica	50
1. Questão problema e objetivos gerais	50
2. Grupo de participantes	51
3. Considerações éticas e recolha de dados	53
4. Metodologia de investigação	54
5. Instrumento de recolha de dados – inquérito por entrevista semiestruturada	56
5.1 Guião de entrevista	57
6. Apresentação e discussão de resultados	58
Considerações finais	73
Lista de Referências	80

ANEXOS	90
Anexo 1- Pedido de autorização para a investigação	91
Anexo 2. Autorização para a realização da investigação	92
Anexo 3- Pedido de colaboração ao Diretor do Centro Educativo Navarro de Paiva	94
Anexo 4- Guião de entrevista	95
Anexo 5- Autorização para a realização das entrevistas	99
Anexo 6- Termo de consentimento informado	100
Anexo 7- Análise de conteúdo- Quadro de resultados	101

Índice de gráficos

Gráfico 1- Caracterização dos participantes por género.....	48
Gráfico 2- Institucionalização em Centro Educativo	56
Gráfico 3- Perceção da responsabilidade do seu internamento vs perceção da responsabilidade sobre os seus comportamentos	58
Gráfico 4- Perspetiva face à reincidência	63

Resumo

A presente dissertação procurou compreender de que forma é que os jovens que praticaram comportamentos delinquentes assumem a responsabilidade dos seus atos. Para além de, se procurar entender o locus de controlo que os jovens têm, também se pretende averiguar se existem diferenças de género na forma como os jovens entendem as causas dos seus acontecimentos de vida.

Para dar resposta aos objetivos desta investigação, optou-se pela metodologia qualitativa recorrendo à entrevista semiestruturada para explorar as perceções dos jovens que se encontram em Centros Educativos. Após analisados todos os dados, verifica-se que existe uma maior internalização face aos acontecimentos e circunstâncias da vida no género masculino. Contrariamente, o género feminino, apresenta um locus de controlo mais externo, considerando o seu comportamento como algo independente do seu controlo.

Palavras-chave: Delinquência juvenil, locus de controlo, centros educativos.

Abstract

This dissertation sought to understand how young people who have practiced delinquent behaviors perceive the responsibility of their actions. In addition to trying to understand the locus of control that young people have, it also wants to find out if there are gender differences in the way young people understand the causes of their life events.

To respond to the objectives of this research, the qualitative methodology was chosen using semi-structured interviews to explore the perceptions of young people who are in Educational Centers. After analyzing all the data, it is verified that there is a greater internalization in the face of the events and circumstances of life in the male gender. On the contrary, the female gender has a more external locus of control, considering her behavior as something independent of her control.

Keywords: Juvenile delinquency, locus of control, educational centers.

Diferença de géneros no Locus de controlo na delinquência

A presente dissertação, inserida no âmbito do Mestrado em Educação Social- Educação e Intervenção ao Longo da Vida, intitula-se “*Diferenças de género no locus de controlo na delinquência*” e pretende compreender de que forma rapazes e raparigas percecionam a responsabilidade dos seus comportamentos.

Apesar dos vários estudos realizados acerca do tema, o número de transgressões praticados por adolescentes continua a ser um problema social grave com tendência a aumentar (Benavente, 2002). Sendo a adolescência a fase do desenvolvimento humano mais conturbada e, onde se verificam mais mudanças a nível físico, social e emocional, é fundamental ter em atenção todos os contextos em que o jovem se encontra inserido, analisando assim todos os fatores de risco associados.

De acordo com Negreiros (2008), a complexidade deste fenómeno advém das mais variadas formas de expressão que os comportamentos antissociais podem assumir nos jovens, podendo ser compreendida de várias maneiras, em termos de gravidade dos atos cometidos, da permanência ou persistência das práticas e o tipo e natureza das mudanças no padrão criminal.

Ainda que, rapazes e raparigas se encontrem inseridos nos mesmos contextos e expostos aos mesmos fatores de risco, estes refletem-se de maneira diferentes dependendo do género, idade e história de vida do jovem. Assim, os motivos que levam o jovem a transgredir as leis e as normas socialmente impostas, são também distintas entre os géneros masculino e o feminino.

As questões de género na delinquência têm desencadeado debates entre os investigadores, originando várias abordagens pela constatação de diferenças entre o género masculino e feminino relativamente à frequência, formas de atuação e à natureza dos atos

praticados (Duarte, 2011; Ferreira, s/d). Também se verifica que relativamente à internalização ou externalização dos próprios comportamentos são notórias as diferenças entre ambos os géneros.

Deste modo, e de forma a verificar a existência de diferenças de género no locus de controlo sobre o comportamento delinvente, realizou-se a presente dissertação com base nos seguintes objetivos: 1) compreender de que forma os jovens que apresentam comportamentos delinquentes percecionam a responsabilidade dos seus atos; 2) perceber de que forma a idade influencia o desenvolvimento do locus de controlo; 3) identificar o tipo de conduta psicossocial dos atos cometidos; 4) compreender o impacto do género na tipologia do comportamento delinvente.

Esta dissertação encontra-se dividida em três capítulos. No capítulo I é explorado o enquadramento teórico de todos os temas que abrangem a investigação, nomeadamente, o conceito de delinquência juvenil, as teorias explicativas deste fenómeno, a delinquência em função das variáveis idade e género, os fatores de risco e proteção intrínsecos, o locus de controlo, a lei tutelar educativa, os centros educativos, as estatísticas da delinquência juvenil em Portugal e por último a prevenção e intervenção da mesma. No capítulo II é feita uma breve caracterização da instituição. E o capítulo III diz respeito ao enquadramento metodológico onde se referem, novamente, a questão problema e os objetivos da investigação, tal como a técnica escolhida para a recolha de dados, os respetivos procedimentos e a apresentação dos resultados obtidos através das entrevistas realizadas.

Capítulo I – Enquadramento teórico

1.1 Adolescência: definição e conceptualização teórica

A adolescência é um período desenvolvimental, que ocorre entre os 10 e os 18 anos, caracterizado por grandes mudanças intra e inter individuais e de vários desafios impostos ao adolescente. Trata-se da fase de transição entre a idade infantil e a idade adulta, marcada pelo desenvolvimento pubertário, que se reflete em mudanças físicas e também mudanças psicológicas e sociais (Batista, 2013; Costa, 2011; Simões, 2005).

De acordo com Simões (2005), é na adolescência que os jovens se encontram a desenvolver as suas capacidades emocionais, intelectuais e sociais, quando aprendem a interiorizar as modificações do seu corpo, a estabelecer novas relações sociais e a construir a sua personalidade. É também durante este processo de desenvolvimento que formulam um plano de vida através do processo de maturação, marcado pela procura da identidade e independência.

Neste período de crescimento o jovem começa a entrar em conflito consigo mesmo e com o contexto que o rodeia, resultado da incerteza no que respeita à sua identidade e ao seu papel na sociedade (Santos, 2011). Erikson (1995, citado por Ventura, 2010) considera que, nesta fase, o indivíduo experimenta uma crise com a construção da identidade, uma vez que se trata de uma tarefa crucial no período da adolescência, na medida em que o “eu” é chamado a operar uma recapitulação do conjunto das identificações da infância, de modo a integrá-las numa identidade que irá permitir enfrentar as tarefas da vida adulta. Contudo, a construção da identidade não depende apenas de fatores interpessoais, como também de fatores intrapessoais, nomeadamente as capacidades inatas do indivíduo, a sua

personalidade e alguns fatores culturais (Schoen-Ferreira, Aznar-Farias & Silvaes, 2003).

Enquanto o adolescente se encontra na busca pela sua identidade e integração social, encontra-se obrigado a avaliar os seus comportamentos de acordo com as normas éticas e morais socialmente impostas que o vão acompanhando ao longo do seu crescimento e desenvolvimento. Durante este percurso, o adolescente depara-se com algumas decisões que terá de tomar relativamente a determinados comportamentos que o levem a ponderar sobre o caminho a seguir, de modo a alcançar os seus objetivos (Santos, 2011). A família e o grupo de pares são os elementos mais importantes no desenvolvimento da identidade e personalidade do indivíduo, conseqüentemente, a não socialização ou dificuldade de integração num grupo de pares e a ausência de vínculos com a família pode provocar no jovem um sentimento de exclusão (Pais, 2012).

Encontrando-se o adolescente numa busca pelo estatuto adulto, é comum que passem por episódios de crise de identidade, o que levam os jovens adultos a comportar-se, por vezes, de forma menos ajustada e consciente. Enquanto alguns adolescentes se sentem capacitados para lidar com todas as mudanças e superá-las, outros sentem que se trata de um período com mudanças dramáticas, difícil de ultrapassar (Batista, 2013; Negreiros, 2001; Simões, 2005).

Desta forma, tratando-se de um período de instabilidade emocional e desenvolvimental, e sendo uma fase em que o adolescente procura novas sensações e descobertas, a adolescência é considerada uma fase de risco para o início de comportamentos desviantes e criminais.

1.2 Delinquência Juvenil: definição e conceptualização teórica

A delinquência na adolescência trata-se de um fenómeno antigo que ainda se assiste, atualmente, à sua crescente exposição agravando a preocupação sentida nos diversos espaços sociais. A adolescência corresponde a uma etapa do desenvolvimento humano marcada por várias transformações a nível físico, social e psíquico que se assume como um período de experimentação, onde a irreverência e contestação se assumem como um desafio às normas estabelecidas (Ventura, 2010).

De acordo com Farrington (1993), o início da delinquência juvenil acontece entre os 8 e os 14 anos, atingindo o seu pico entre os 15 e os 19 anos e os processos de desistência ocorrem à entrada na vida adulta, entre os 20 e 29 anos.

Ainda que a adolescência represente uma fase importante no desenvolvimento do indivíduo, não pode ser vista como uma fase isolada, os comportamentos e as aprendizagens que antecedem esta fase são essenciais para compreender as condutas adotadas pelo adolescente (Milheiras, 2011). O aumento do número das transgressões praticadas por adolescentes, classificadas como delinquência juvenil, constituem um problema social grave que tende a aumentar, de frequência e intensidade, fazendo com que, atualmente, esta temática seja uma preocupação a nível político e social emergente (Benavente, 2002).

Negreiros (2008) defende que um dos fatores do fenómeno da delinquência juvenil “decorre da própria diversidade de formas de expressão que os comportamentos antissociais podem assumir nos jovens” (p.7). De acordo com esta linha de pensamento, esta diversidade pode ser entendida pela consideração da maior gravidade dos atos praticados, bem como pela persistência ou permanência desses atos ao longo do tempo.

Moffitt (1993, citado por Gomes, 2013) propõe duas formas de expressão do comportamento antissocial, distinguindo delinquentes limitados à adolescência e delinquentes de carreira. Tal como o nome indica, a delinquência limitada à adolescência refere-se à atividade delinvente durante a fase da adolescência, um período marcado por atos bastante heterógenos, que variam conforme as situações e oportunidades, sendo praticados com o objetivo de obter bens materiais ou aderir a um determinado grupo. Geralmente, este tipo de delinquência termina quando os jovens iniciam uma vida adulta, afetiva e profissional que requer estatuto e responsabilidade (Born, 2005 citado por Gomes, 2013). Pelo contrário a delinquência de carreira, inicia-se precocemente sendo que a continuidade da atividade antissocial, da infância para a vida adulta, constitui o aspecto central desta tipologia (Moffitt, 1993 citado por Gomes, 2013; Negreiros, 2008).

No entanto, torna-se difícil entender o conceito, uma vez que têm vindo a ser adotadas várias perspetivas de acordo com as diversas disciplinas que o estudam. Alguns autores como LeBlanc (2003 citado por Dionne & Constanzo, 2009), propuseram a adoção de uma definição factual de delinquência, sendo que este fenómeno ocorre quando uma criança ou adolescente comete delitos contra as leis criminais de determinado país.

Negreiros (2008) refere que “o conceito de delinquência é talvez aquele que está associado a uma maior imprecisão (...) (p.13). Para Sampaio (2010), a delinquência juvenil pode ser entendida como “o subconjunto das normas desviantes que violam as regras por imprudência, interesse, recusa ou desafio” (p.9).

É importante distinguir o conceito de comportamento antissocial geralmente confundido com o conceito de comportamento delinvente. Enquanto o comportamento delinvente se encontra associado à violação de leis, o comportamento antissocial engloba

todos os comportamentos que violam normas e expectativas sociais, não sendo necessariamente ilegais (Negreiros, 2001).

De acordo com Negreiros (2001), o comportamento antissocial é “um conceito mais amplo que inclui uma vasta série de comportamentos como furtos, atos agressivos, vandalismo, fugas, ou outros comportamentos que traduzem a violação de regras ou normas socialmente estabelecidas”.

Para Carvalho e Negreiros (2005; 2008) a delinquência vai mais além de atos que infringem as normas sociais adotadas pela sociedade. Segundo estes autores a delinquência é caracterizada por comportamentos que servem de objeto para uma condenação penal. Born (2005) acrescenta que o conceito de delinquência juvenil diz respeito ao facto de determinado adolescente cometer um ato qualificado como delituoso pela comunidade, prejudicando o outro no que se refere aos seus direitos e ordem social (Born, 2005 citado por Gomes, 2013).

A delinquência juvenil é entendida por Duarte e Carvalho (2015), como uma categoria de desvio que reporta aos atos desenvolvidos por crianças e jovens, que à luz das leis penais, configuram a prática de crime pela quebra ou violação do estabelecido nos normativos jurídicos, mas que pela idade se encontram impunes criminalmente, beneficiando assim de uma legislação específica em detrimento da aplicação do código penal.

A World Youth Report (2003) descreve a delinquência juvenil como um conjunto de comportamentos distintos que violam a lei e/ou normas sociais, de determinado país, cometido por alguém que está abaixo da idade legal.

Bartol e Bartol (2005 citados por Sousa, 2017) afirmam ser um termo impreciso usado no âmbito social, clínico e legal para designar uma variedade de comportamentos adotados por jovens que violam as

normas e leis. Desta forma é notório que a complexidade deste fenómeno, advém das mais variadas formas de expressão que os comportamentos antissociais podem assumir nos jovens, podendo ser compreendida de distintas maneiras, em termos de gravidade dos atos cometidos, da permanência ou persistência das práticas e o tipo e natureza das mudanças do padrão criminal (Negreiros, 2008).

Benavente (2002) aponta dois modelos em torno dos quais a análise sociológica sobre o desvio tem sido feita, o do controlo social, onde se verifica que o desvio resulta de uma falha entre as estruturas da autoridade e as de controlo social, e a da identidade/ subcultura, que surge como resposta aos problemas com que os jovens se confrontam diariamente no processo de construção da sua identidade.

Sampaio (2010) entende este fenómeno como um subconjunto das normas desviantes que violam as regras por imprudência, interesse, recusa ou desafio.

Entende-se, então, por delinquência juvenil todo o comportamento que provoque reações sociais e que é associado a possíveis sanções legais, que conseqüentemente poderá levar à exclusão social dos envolvidos (Carvalho, 2005). Os comportamentos considerados crime pela lei, dizem respeito a atos contra pessoas (ameaças, ofensas, agressões, abusos sexuais), contra o património (destruição e roubo de propriedades), furtos, consumo e tráfico de drogas e uso ilegal de armas brancas. Para melhor entender o que origina o comportamento delinquente, é essencial perceber algumas teorias explicativas deste fenómeno.

1.3 Teorias explicativas da delinquência

Sendo o comportamento delinvente explorado e estudado ao longo dos anos, verifica-se o aparecimento de vários modelos e teorias que explicam o fenómeno da delinquência. Hirschi (1969) introduz a Teoria do Controlo Social, através da qual defende que é através do processo de socialização que ocorre a interiorização das normas e valores, o que suscita um constrangimento no indivíduo limitando o seu comportamento e levando a que os mesmos ponderem o envolvimento na atividade delinvente, analisando os riscos e benefícios da mesma (Giddens, 2008; Hirschi, 1969 citado por Milheiras, 2011).

A Teoria do Controlo Social é entendida como o corte de laços entre o indivíduo e a sociedade, nomeadamente com os pais e grupo de pares, poderá aumentar a predisposição do indivíduo para a prática criminal. Desta forma, quanto mais sólidos forem os laços entre o indivíduo e a sociedade, menor será a tendência para contrariar as normas e regras socialmente impostas (Bouças, 2014; Mendes, 2020; Pais, 2012). Os laços sociais, segundo a teoria, têm quatro componentes: a vinculação que se refere à internalização da norma, focando para a preocupação que o indivíduo tem da perceção que os outros têm de si; o compromisso que diz respeito ao investimento que o indivíduo faz em tempo e energia de determinadas atividades convencionais e através do qual pondera as consequências dos seus atos e determina se valem a pena; por último, o envolvimento, ou seja, o tempo que é investido pelo indivíduo em atividades convencionais e a crença, que reflete a importância que o indivíduo atribui à validade moral das regras sociais (Born, 2003 citado por Gomes, 2013; Newburn, 2017).

Esta teoria reflete a importância dos vínculos que determinado indivíduo tem com a sociedade em que se encontra inserido, uma vez

que, quando o indivíduo se sente envolvido com a sociedade e com as normas por esta impostas, diminui a probabilidade de delinquir.

Outra teoria existente é a Teoria da Anomia que teve o foco de dois autores sendo eles Durkheim e Merton. A anomia surge quando a mudança da sociedade é tão rápida que as normas anteriormente impostas não a conseguem acompanhar. Assim, a anomia consiste na ausência de normas e de modelos impostos pela sociedade, o que pode causar nos indivíduos sentimentos de ansiedade e desorientação que podem levar à incapacidade de controlar desejos (Giddens, 2008). Para Merton (1938), a anomia é provocada pelas sociedades quando estas propõem objetivos e pretendem alcançá-los, no entanto, para atingir esses objetivos há meios institucionalizados pela comunidade, que não estão ao alcance de todos os cidadãos, verificando-se um desequilíbrio entre os objetivos e os meios legítimos. Existindo um desequilíbrio origina-se um comportamento desviante, pois os que não conseguem alcançar os objetivos pelos meios legais, procuram os meios ilegais (Costa, 2016; Merton, 1938 citado por Neto, 2008).

A delinquência resulta assim desta anomia. Contrariamente, Durkheim (1987, citado por Gomes, 2013) focou-se na coesão social, na influência que a sociedade exerce no laço social. Defende ainda que a anomia deriva da insuficiente regulação normativa, sendo esta importante à medida que as sociedades se tornam mais complexas. Mais tarde, Merton (1938) vem reformular a teoria apresentada por Durkheim considerando que, a anomia se refere à tensão causada pela excessiva importância que a sociedade oferece ao sucesso em detrimento das formas normativas de o alcançar. De acordo com este autor, o conceito de anomia surge devido à existência de diferenças socioeconômicas dos indivíduos em determinada sociedade, exercendo pressão em certos indivíduos de forma que estes adotem comportamentos transgressivos

(Carrilho, 2000; Carvalho, 2003; Merton, 1938 citado por Neto, 2008; Pais, 2012).

A teoria desenvolvida por Sutherland e Cressey's (1978) é a Teoria da Associação Diferencial. De acordo com estes autores, a maioria dos comportamentos delinquentes são aprendidos através da interação com os outros. Ou seja, se um indivíduo se associar a pessoas que tenham ideias desviantes em maior escala do que as pessoas com ideias convencionais, a probabilidade de o indivíduo se tornar desviante é maior. Além dos impulsos e motivações que podem justificar a delinquência, esta também pode ser justificada pela presença de condições favoráveis ou não favoráveis à violação das normas, desta forma, a associação diferencial varia consoante a intensidade, duração, frequência e prioridade (Sutherland e Cressey's, 1978 citados por Carrilho, 2000; Costa, 2014; Machado, 2008; Mendes, 2020; Pral, 2007). Compreende-se assim que, tal como outro tipo de comportamento, também o comportamento delincente é aprendido através da interação com outros indivíduos que não aceitem as normas impostas pela sociedade.

A Labeling Theory ou Teoria da Rotulagem centra-se na aplicação formal e informal de rotulagem ou estigmatização de carácter desviante por parte de alguns elementos da sociedade, estabelecendo-se uma ligação entre o comportamento criminal e o rótulo que é atribuído ao indivíduo que pratica a ação. O indivíduo que pratica comportamentos desviantes, encontra-se consciente da condenação social face aos seus atos, uma vez rotulado como delincente, sentir-se-á marginalizado, tornando-se alvo de uma pressão social que o leva a aceitar e assumir os rótulos que lhe foram atribuídos. Os teóricos que defendem esta perspetiva, pressupõem que o desvio é uma ação humana e coletiva e que não se deve ter como foco principal o indivíduo que pratica determinados comportamentos desviantes, mas sim a interação que

decorre entre os indivíduos e a sociedade que impõem comportamentos normativos (Carrilho, 2000; Iaralha, 2015; Pais, 2012).

A Teoria Fenomenológica que foi abordada por Matza (1969) que a subdividiu em algumas premissas: a primeira denominou de afinidade, na qual defendeu que existe uma atração pelo crime na fase da adolescência, arrastando o indivíduo para o crime; a segunda intitulada de Filiação, diz que para que não seja algo típico da idade ou esporádico tem que existir uma conversão ao mundo do crime. Desta forma, a sociedade atribui uma conotação aos comportamentos desviantes, e se os indivíduos se conformarem com essa conotação têm de aceitar as consequências que a sociedade lhe proporciona (Matza, 1969 citado por Iaralha, 2015).

Por fim, a Teoria Geral do Crime ou do Autocontrole foi apresentada e defendida por Gottfredson e Hirschi (1999) com o objetivo de tentar melhorar as, até então, teorias explicativas do comportamento delincente, baseando-se no autocontrole, defendendo que o indivíduo com altos níveis de autocontrole mantém-se afastado de cometer atos desviantes ao contrário dos indivíduos que apresentam baixo autocontrole que se encontram mais predispostos para comportamentos criminais (Gottfredson e Hirschi, 1999 citados por Gomes, 2013; Newburn, 2017). Desta forma e de acordo com a teoria, os indivíduos com baixo autocontrole “são instáveis nas suas relações interpessoais, carecem com frequência de competências cognitivas e habilitações escolares necessárias à planificação de comportamentos” (Gonçalves, 2008, p.128 citado por Vaqueiro, 2023).

Independentemente, de todas as teorias existentes que expliquem o fenómeno da delinquência, para Becker o desvio é criado através da sociedade, visto que, “os grupos sociais criam desvios através da fixação de regras cujas infrações constituem um desafio” (Becker, 1963 p.9). Assim, é fundamental compreender as causas que espoletam este

fenómeno social, como é exemplo uma característica individual, o género.

1.4 Delinquência em função do género

A delinquência não se trata de um fenómeno exclusivo das sociedades contemporâneas, sempre existiu em todos os grupos sociais, variando apenas na forma como se caracteriza e se torna visível com o passar do tempo. Os fenómenos desviantes, nas mais variadas formas, e onde se inclui a delinquência juvenil, são componentes estruturais nas dinâmicas sociais de qualquer comunidade que dificilmente podem ser generalizados como se tratasse de causas únicas e globais, ignorando a complexidade da vida social (Duarte & Carvalho, 2013).

Independentemente de todos os fatores de risco associados a este fenómeno, o comportamento dos adolescentes deve ser interpretado tendo em consideração as características do período de vida em que se encontram. Como por exemplo, o número de tentativas e erros associados à aprendizagem social e às mudanças que levam a incertezas relativamente aos limites e consequências do seu comportamento. Além do comportamento transgressivo e a fase de desenvolvimento em que o adolescente se encontra, é essencial analisar também a durabilidade do comportamento bem como a sua intensidade e os fatores causais mais salientes (Negreiros, 2001; Milheiras, 2011).

Se, por um lado, o meio envolvente pode ajudar o jovem a ser mais seguro e decidido, por outro lado, as suas características individuais também podem ser favoráveis para a prática de comportamentos delinquentes, nomeadamente o género.

Para se perceber melhor a forma como o género influencia a construção social, devemos ter em conta os contributos de Goffman (1959) quando analisa a interação social. De acordo com este autor, os indivíduos moldam as suas ações baseadas em conceções sociais do que é ou não masculino e feminino (Goffman, 1959 citado por Duarte, 2011). Messerschmidt (1997) defende que o crime não ocorre baseado num só género, contudo, é baseado nos padrões sociais de género, que contribuem para cometer o crime e a forma como este é socialmente entendido e justificado (Messerschmidt, 1997 citado por Duarte, 2011).

Desde há algum tempo que a questão do género na delinquência tem suscitado debates entre investigadores, originando diversas abordagens pela constatação de diferenças entre rapazes e raparigas relativamente à frequência, formas de atuação e natureza dos atos praticados. Contudo, quando se fala em comportamentos desviantes juvenis, nomeadamente em delinquência juvenil, raramente se tem em mente um universo que não seja o masculino (Duarte, 2011; Ferreira, s/d; Piquero et al, 2005).

Ao contrário daquilo que alguma investigação quer transparecer, as questões sobre género e delinquência desde há muito que são objeto de atenção. Durante muitos séculos, em Portugal, raparigas e rapazes foram objeto de intervenção diferenciada com aplicação de sanções e penas estabelecidas em função do género (Duarte, 2011).

Os estudos sobre o crime e delinquência feminina são ainda recentes, como explica Duarte (2011)

Em Portugal, a delinquência cometida por raparigas tem sido pouco investigada, quer ao nível das estatísticas, ainda pouco sensíveis às questões de género, quer no âmbito do desenvolvimento de estudos que, em regra, se restringem a investigações de carácter mais descritivo ou a pequenos

parágrafos sobre o papel da rapariga na cena da delinquência e nos contactos com a justiça juvenil (p.36).

Caracterizada como vítima, a figura feminina torna-se invisível como agressora e quando associada à delinquência perpetua imagens e representações estereotipadas relacionadas com a ideia de que a mulher é vítima do seu passado e da sua condição feminina (Duarte, 2012; Steffensmeier & Allan, 1996).

Se as diferenças biológicas entre rapazes e raparigas são uma realidade, esta perspectiva vem comprovar que, agir como rapaz ou rapariga é uma construção social influenciada por definições culturais e sociais adquiridas em contexto de socialização. Consequentemente, ao interiorizarem os discursos culturais sobre o que é ser homem ou mulher, os indivíduos vão assumir esses papéis no seu quotidiano (Amâncio, 1993; Duarte, 2012).

De forma a justificar o género como uma forma de diferenciação mais consistente na análise da criminalidade, existem fatores biológicos, sociais, culturais, ambientais e de natureza psíquica. Apesar de as raparigas representarem uma menor percentagem da delinquência, os seus problemas são profundos e envolvem fatores de risco tais como: o abuso sexual e físico de que são mais vítimas em comparação com o sexo masculino; sendo estes abusos, maioritariamente, cometidos por membros da família, as raparigas fogem de casa associando-se a práticas como a prostituição e furto; o consumo de álcool e droga também pode colocar as jovens em risco de delinquir, ainda que os níveis mais elevados de consumo se verifiquem nos rapazes; iniciando a vida sexual mais cedo do que outras jovens, a gravidez não planeada e na adolescência atenuam outro fator de risco para esta realidade; a escolha dos companheiros também é uma substancial diferença entre os géneros (Arnull & Eagle, 2009; Cooney et al, 2008; Duarte, 2011; Vinet & Bañares, 2009; Zahn et al, 2010).

Enquanto intérprete de si, o indivíduo age em função do modo como lê o mundo, enquanto vai interagindo com os outros e com o significado que lhes atribui durante o seu percurso de vida, mostrando-se os rapazes mais autocentrados e competitivos do que as raparigas (Duarte, 2011; Leal, 2007).

Ainda que nenhuma variável deva ser tida como influência permanente da conduta do indivíduo, a estrutura familiar identifica-se como um dos fatores explicativos da delinquência juvenil, em ambos os géneros. No que toca à composição familiar, as diferenças refletem-se de forma distinta entre os géneros, contudo a maioria é proveniente de famílias destruídas. De acordo com alguns autores, a ausência da figura paterna está relacionada com o desenvolvimento de sentimentos antissociais e comportamentos delinquentes nos rapazes, já nas raparigas a mesma ausência relacionar-se-á com efeitos adversos na adolescência que poderão justificar este tipo de comportamentos (Bouças, 2014; Le Blanc & Janosz, 2002). Contudo, Lucchini (1997) defende que os trabalhos domésticos e as responsabilidades familiares, retêm as raparigas em casa. No seio familiar, as raparigas têm menos autonomia e conseqüentemente um maior controlo quando comparadas com os rapazes, ainda assim, existe uma maior ligação entre as raparigas e a própria família. Sendo esta relação, um fator de proteção, quando esse laço é enfraquecido por situações de instabilidade, violência ou pela ausência de supervisão parental, as raparigas tornam-se mais vulneráveis e assumem comportamentos que podem levar à delinquência. Na falta de valorização que advém do seio familiar, as raparigas, ao contrário do que acontece com os rapazes, não procuram a rua como forma de escape (Lucchini, 1997). Ainda que os fatores de risco associados à família sejam comuns a ambos os géneros, as raparigas encontram-se mais suscetíveis de serem vítimas de ofensas e maus-tratos (Herrera & McCloskey, 2001 citados por Duarte, 2012; Hill & Atkinson, 1988). Conseqüência da disfunção familiar, encontra-se a

puberdade precoce que se manifesta com mais intensidade no sexo feminino. Contudo, a delinquência pode ser encarada, pelas jovens, como forma de alcançar a independência e autonomia do controlo parental, exibindo maturidade na esfera social (Zahn, Aguiar & Omar, 2010).

Relativamente ao contexto escolar, Farrington (2002) verificou que a baixa inteligência e o fraco desempenho escolar operam como fatores explicativos da delinquência juvenil masculina, por outro lado os fatores que podem influenciar a delinquência juvenil feminina resumem-se aos baixos níveis de sucesso académico e a uma fraca esperança relativamente ao futuro (Farrington, 2002). É em contexto escolar que os jovens criam as suas amizades, passar tempo com os amigos, é uma das primeiras atividades sociais para ambos os géneros. É no grupo de pares que os jovens encontram o sentimento de pertença e de sociabilidade, daí este grupo se revelar importante na construção da sua própria identidade e na partilha de experiências. No que diz respeito à rutura de normas sociais e ao envolvimento em comportamentos delinquentes, Formiga e seus colaboradores (2008), investigaram as diferenças de género em relação à procura de sensações e verificaram que os jovens do sexo masculino apresentam números mais elevados na procura de sensações do que as jovens do sexo feminino (Formiga, Agnew, Fishbein, Miller, Winn, Dakoff, Kruttschnitt, Giordano, Gottfredson, Payne, Feld & Lind, 2008; Bouças, 2014).

Relativamente ao género, podemos constatar que as diferenças entre rapazes e raparigas ainda são bastante evidentes e desfavoráveis para o sexo masculino. De acordo com Oliveira (2011), os rapazes tendem a cometer entre duas a cinco vezes mais atos de delinquência do que as raparigas e isso reflete-se nos dados relativos ao internamento em centros educativos. De acordo com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), no final do ano de 2022 registou-se um total

de 119 jovens internados/as dos quais 88,24% (105) eram do sexo masculino. No final do ano de 2023, o número de jovens internados aumentou, sendo que dos 128 jovens internados/as, 113 correspondem ao sexo masculino (DGRSP, 2024; Oliveira, 2011). Tal como o género, também a variável idade pode ter influência na adoção de comportamentos delinquentes.

1.5 Delinquência em função da idade

São vários os estudos que têm vindo a comprovar que, existe uma relação entre a idade e a prática do crime, verificando-se uma relação positiva entre estas variáveis, ou seja, à medida que a idade aumenta existe um retrocesso na prática criminal. De acordo com a análise de Negreiros (2001) relativamente à relação idade- crime, a frequência da atividade antissocial verifica um aumento entre os 12 e os 17 anos, atingindo assim o seu pico nesta idade, depois segue-se um declínio acentuado até à entrada na vida adulta. No caso de a transgressão perdurar e o indivíduo adotar um estilo de vida delinquente, podem verificar-se alterações no funcionamento cognitivo que podem levar a incapacidades que afetem a resolução de problemas, elaboração e implementação a longo prazo e a tendência é que a duração da transgressão se mantenha (Cusson, 2006 citado por Milheiras, 2011; Negreiros, 2001, 2008; Pais, 2012).

O fator idade tem sido identificado como correlato central da delinquência que tem implicações para o desenvolvimento social, biológico e psicológico dos indivíduos. Assim, a curva idade-crime sugere que a relação entre idade e delinquência é inversa, demonstrando que os indivíduos mais jovens têm tendência a envolver-se mais, e de forma frequente, em atividades criminais do que a população adulta. Depois do exposto, podemos concluir que a idade e o género determinam o comportamento delinquente dos jovens, tendo sempre em consideração

os fatores de risco associados (Iaralha, 2015; Negreiros, 2001; Santos, 2019).

Na tentativa de um maior conhecimento sobre a delinquência em Portugal, no ano de 2000, Maria João Leote de Carvalho realizou uma investigação que teve como público-alvo 685 jovens do sexo masculino e feminino, entre os 9 e os 18 anos de idade, que se encontravam internados em colégios do Instituto da Reinserção Social, ainda que os resultados desta investigação só tenham sido publicados em 2003.

De acordo com a autora, verifica-se uma predominância para o sexo masculino, porém, quando analisados os dados do motivo de intervenção, verificou-se o seguinte cenário: 76% dos jovens estavam associados a práticas ilícitas (57% das raparigas e 80% dos rapazes), 15,2% a condutas desviantes (29,4% das raparigas e 12,1% dos rapazes) e 8,8% a casos de vitimação (13,5% das raparigas e 7,8% dos rapazes). De forma a dar resposta aos dados acima mencionados, a autora, refere que as raparigas retratadas no estudo entraram no sistema mais tarde do que os rapazes e, em geral, por iniciativa da escola, ou seja, as jovens encontram-se sobrerrepresentadas por iniciativas cometidas à escola, ao contrário dos jovens que registam uma maior presença nas ações identificadas pela polícia. As raparigas estão ainda mais representadas como vítimas do que os rapazes (58,3% para 38,3%, respetivamente), como campo dos abusos sexuais (Carvalho, 2003, 2005).

No que diz respeito aos factos qualificados como crime pela lei, conclui-se que o furto simples e qualificado são os mais praticados, quer pelos jovens do sexo masculino (46,6%), quer pelas jovens do sexo feminino (49,4%). Além dos crimes contra a propriedade, através do furto e da fraude, também se verificou um aumento significativo da participação em crimes que requerem o uso da violência por parte das raparigas, ainda que, quando comparadas com os rapazes, esta seja pontual. Outro dos delitos cometidos por jovens do sexo feminino, são os

de cariz sexual, nomeadamente os ligados à prostituição, por exemplo, o lenocínio e ainda os crimes relacionados com o mercado ilícito de drogas como é exemplo o consumo e tráfico de estupefacientes. Contrariamente, os jovens do sexo masculino, registam uma maior prevalência para cometer furtos, agressões, absentismo escolar e atos de destruição ao longo do seu desenvolvimento (Bouças, 2014; Carvalho, 2003, 2005; Hadjar, Baier, Boehnke, & Hagan, 2007).

De igual modo que o sexo masculino, é também, maioritariamente em grupo, que o sexo feminino comete com mais frequência atos ilícitos, verificando-se a tendência para que raparigas sigam outras raparigas (Carvalho, 2010; Duarte, 2012). As teorias que se focam na aprendizagem social da delinquência afirmam que as raparigas que mais interagem e passam mais tempo com outras pessoas envolvidas em comportamentos delinquentes, mais facilmente passam à execução de atos igualmente delinquentes (Carvalho, 2010; Silva & Machado, 2012). Relativamente aos motivos que levam à transgressão, as raparigas justificam com os seguintes argumentos: gestão de sentimentos negativos, angústias e lutos mal resolvidos, originados pelos maus-tratos, abandonos e institucionalizações; procura de adrenalina, do risco, da aventura; e influência das drogas, relações amorosas ou até mesmo da própria família (Duarte, 2012).

Apesar das diferenças notórias de géneros, regista-se a ideia de que rapazes e raparigas estão cada vez mais presentes nos mesmos espaços e sujeitos às mesmas tentações. As dúvidas mantêm-se e, como questiona Leote de Carvalho (2005), é preciso saber se as diferenças entre os géneros refletem:

padrões de comportamento em função do género, ou se é em função que os mecanismos de controlo formal se posicionam e desenvolvem olhares diferenciados, intervindo mais precocemente junto dos rapazes. Nesta ordem de

ideias, as raparigas acabariam por ser alvo de intervenção quando à visibilidade dos seus atos estivessem associadas uma maior gravidade ou violência (p.88).

O sistema foi desenhado para lidar com problemas associados aos rapazes e, nesse sentido, negligenciou as necessidades das raparigas, ou seja, no julgamento da prática delinvente as raparigas estão menos sujeitas aos procedimentos judiciais aplicados aos rapazes e os tribunais apresentam alguma relutância em internar as jovens do sexo feminino, optando por aplicar medidas de supervisão ou outras alternativas ao internamento (Bloom & Covington, 2001; Steffensmeier e Allan, 1996).

Como se pode verificar, são notórias as diferenças de géneros no que diz respeito à delinquência juvenil, porém, as diferenças também se tornam evidentes na internalização e externalização destes comportamentos por parte dos jovens. Os comportamentos de externalização têm maior incidência no género masculino, ainda que com a idade diminuam, enquanto os de internalização têm maior prevalência no género feminino e verifica-se uma tendência para aumentar com a idade (Cummings & Davies, 1994 citados por Lourenço, 2013; Lima, 2010).

1.6 Fatores de risco e proteção intrínsecos à Delinquência Juvenil

Como em todos os problemas existem fatores de risco e fatores de proteção. Fator de risco refere-se às influências que favoreçam o aparecimento de uma determinada situação, implicando um maior grau de gravidade, de ocorrência e duração no tempo. Contrariamente, fator de proteção refere-se às condições que potenciem a resistência aos fatores de risco, prevenindo, evitando ou diminuindo o envolvimento em comportamentos-problema (Gomes, 2013). Os fatores de risco referem-

se à existência de características facilitadoras do envolvimento em comportamentos antissociais, sendo preditores de comportamentos delinquentes futuros. É importante ressaltar que a existência de apenas um fator de risco em particular não justifica a delinquência, mas sim a conjugação de vários fatores (Murray & Farrington, 2010).

Contudo, quando se analisam os fatores de risco e de proteção, deve-se ter em conta o princípio da multifinalidade de Wilden (s/d), que defende que a presença do mesmo fator em indivíduos diferentes pode originar diferentes condições, levando a que em alguns sujeitos haja uma menor probabilidade de transgressão e noutros que se verifique um aumento dessa probabilidade. Assim, pode concluir-se que não se pode estabelecer uma relação de causa efeito entre determinado fator e um comportamento específico (Simões, 2005; Wilden, s/d citado por Milheiras, 2011).

Os fatores de risco associados ao comportamento delincente subdividem-se em: fatores individuais, familiares, grupo de pares e contexto escolar. O comportamento do indivíduo é resultado das suas características e competências biológicas, sociais e ambientais, motivos pelos quais têm de ser consideradas aquando do estudo da transgressão, sendo que podem aumentar ou diminuir a probabilidade de ocorrência. O comportamento do indivíduo depende, ainda, do contexto em que o mesmo se encontra inserido e das situações às quais tem de dar resposta (Milheiras, 2011). Relativamente aos fatores de risco individuais, podem-se considerar os seguintes: os biológicos, que englobam fatores genéticos como por exemplo, ser filho de pais alcoólicos; os comportamentais, por exemplo, demonstrar problemas de comportamento durante a infância, dificuldade em expressar ideias e defender pontos de vista sem recorrer à agressividade; e por fim, os de personalidade onde se pode englobar o temperamento, a impulsividade, hiperatividade, baixa autoestima, locus de controlo externo, falta de controlo das emoções e empatia,

défices cognitivos, comportamentos disruptivos precoces, comportamentos antissociais, entre outros (Dionne & Constanzo, 2009; Gomes, 2013; Pral, 2007; Simões, 2005).

Os fatores de risco sociais englobam vários fatores como por exemplo: exclusão social, discriminação, exposição a ambientes violentos, heterogeneidade social, zonas de residência com elevada densidade populacional, alteração de políticas sociais e bairros desorganizados (WHO, 2004). Também o estatuto socioeconómico pode estar relacionado com a delinquência, quando se verificam desvantagens socioeconómicas. Os bairros desorganizados são apontados como um dos principais fatores que levam o indivíduo ao desvio, uma vez que tendem a ter redes de controlo fracas, resultando em atividades criminosas não monitorizadas e conflitos. Os bairros pobres estão também associados ao envolvimento de crimes por parte de crianças e jovens (Shader, 2003).

Está também comprovado que a família é um dos elementos mais importantes no desenvolvimento dos adolescentes, pois é através dela que é feito o primeiro contacto com a sociedade e os seus valores e normas. A família ocupa assim, uma posição de destaque no processo de socialização do jovem, sendo que é o lugar onde existe comunicação e trocas afetivas, através das quais o jovem vai desenvolver a sua personalidade (Born, 2005 citado por Iaralha, 2015). Contrariamente, a família também pode influenciar negativamente o adolescente. Isto acontece quando existe uma supervisão parental desadequada, relações conjugais conflituosas, ambiente familiar hostil, famílias numerosas, gravidez na adolescência, fraca vinculação entre pais e filhos, destruturação familiar, existência de castigos corporais, prática de violência doméstica entre progenitores, fraca comunicação, ambiente familiar conflituoso, baixo nível socioeconómico e negligência parental (Ferreira, 1997; Sampaio, 2010; WHO, 2004). Ocupando a família, um lugar

de destaque na vida dos jovens, a prática e comportamentos desajustados e negligentes por parte dos progenitores e todos os fatores acima mencionados propiciam o aumento do sentimento de frustração e a necessidade de libertação, levando os jovens a adotar comportamentos desviantes (Carrilho, 2000; Ferreira, 1997; Gomes, 2013).

Como já foi mencionado anteriormente, sendo a adolescência uma fase de desenvolvimento no qual o individuo sofre alguma pressão devido às alterações a que fica sujeito, a família detém assim, um papel de proteção e socialização. Contudo, com a entrada do jovem na escola, este deixa de ter apenas o núcleo familiar como contexto de socialização e passa a integrar-se em grupos aleatórios com os quais se identifica. Assim, o grupo de pares tem um papel importante durante este período da adolescência, constituindo um contexto de socialização privilegiado que ganhou relevância para o estudo da transgressão devido à teoria de Sutherland. O chamado grupo de pares funciona como um espaço de partilha de informação, experiências e sentimentos que cada um vivencia em diversas situações e que satisfazem as necessidades do adolescente, favorecendo o sentimento de pertença e integração social. É junto do seu círculo de amigos que o adolescente partilha desgostos, dificuldades, expectativas e sonhos, procura companhia para a realização de atividades de tempos livres, auxílio na construção de identidade, gestão de conflitos, procura afeto, sentimento de pertença e reconhecimento e ainda, experimentar novos comportamentos (Matos et al, 2008; Simões, 2005; Teixeira, 2008). Desta forma, e para se sentir parte do grupo, o jovem pode adotar determinados comportamentos para agradar aos demais, ainda que estes sejam prejudiciais para o próprio (Gomes, 2013).

Outro contexto que tem influência no comportamento dos jovens é a escola. De acordo com Fonseca (2003 citado por Espírito Santo, 2014) a escola é o meio privilegiado onde o jovem pode estabelecer

interações positivas e negativas, encontrando-se longe da supervisão e controlo parental e onde se efetuam, por vezes, os primeiros contactos com o grupo de pares, funcionando como fator de socialização do jovem. Contudo, quando estas interações são mais negativas que positivas, podem conduzir o individuo a uma maior vulnerabilidade e escolha de trajetórias desviantes.

Sendo a escola um lugar para aquisição de conhecimentos e competências académicas, o papel desta instituição não se deve limitar somente a isto, contudo, este facto não diminui a importância da mesma, uma vez que, além da sua influência no futuro dos jovens, o insucesso ou o fraco desempenho escolar, aumentam o risco de transgressão. Assim, como fatores que ameaçam o contexto escolar encontram-se: perceção negativa relativamente à escola, insucesso escolar, retenções e abandono escolar, fraco desempenho escolar, problemas disciplinares frequentes, pouco empenho nas atividades letivas, mudanças constantes de estabelecimentos de ensino, pertença a grupos sociais excluídos e rejeição da autoridade escolar (Ferreira, 1997; Simões, 2005; Teixeira, 2008).

Em suma, as regras e políticas que são adotadas pelas escolas podem não ser bem aceites pelos jovens o que pode provocar descontentamento da sua parte e até alguma revolta. Existindo um clima tenso entre o jovem e a escola poderá desencadear-se um desinteresse e desmotivação conduzindo a problemas como absentismo e abandono escolar, estigmatização por parte dos docentes e funcionários e uma fraca relação com os mesmos e ainda adoção de comportamentos desobedientes (Gomes, 2013).

Para oferecer resistência aos fatores de risco, existem os fatores de proteção também a nível individual, familiar, social e escolar que inibem o jovem de se envolver em comportamentos desviantes e também podem ser agrupados por categorias: individuais, familiares, grupo de

pares e escola. Nos fatores individuais encontra-se o temperamento, capacidade de resiliência, inteligência, autoestima, capacidade de resolução de conflitos, controlo de emoções, autonomia, capacidade de comunicação, autocontrolo, expectativas de futuro positivas, confiança, empatia, locus de controlo interno e atitudes de intolerância relativamente a comportamentos violentos (Ribeiro & Sani, 2009).

No que diz respeito aos fatores familiares, é importante que exista uma ligação afetiva e uma boa vinculação entre o jovem e os pais, ausência de exposição a modelos transgressivos, competências parentais de resolução de conflitos, definição clara das regras, boa supervisão parental, práticas disciplinares adequadas, (Ferreira, 1997; Ferreira, 2000; Iaralha, 2015). O grupo de pares também pode ter uma influência positiva no desenvolvimento dos jovens quando o incentivam a envolver-se em atividades extracurriculares e de socialização, quando apresentam comportamentos normativos e quando não desobedecem e se impõem contras as regras e normas estabelecidas no contexto escolar (Maia & Williams, 2005; Ribeiro & Sani, 2009). Independentemente de todos os fatores de risco associados ao comportamento delinvente, a forma como cada individuo entende o seu comportamento também pode ser um fator explicativo para a compreensão dos mesmos.

2. Locus de Controlo: definição e conceptualização teórica

O locus de controlo é entendido como uma característica dos traços de personalidade e é amplamente aplicado para investigar áreas diversas como por exemplo, realização, desempenho, sucesso académico, satisfação profissional, aprendizagem e desenvolvimento (Rotter, 1966).

O conceito de locus de controlo foi introduzido por Rotter, no âmbito da Teoria da Aprendizagem Social que se enquadra numa

perspetiva interacionista e cognitivista que evidencia um conjunto de variáveis sócio-cognitivas de personalidade, das quais é exemplo o locus de controlo. De acordo com esta teoria, o desenvolvimento individual da personalidade está dependente da interação com o meio. O comportamento é o resultado das experiências e aprendizagens a que o indivíduo está exposto. Em suma, a teoria da aprendizagem social, baseia-se no comportamento humano em interações sociais. Trata-se de uma abordagem preditiva, que tem em vista quer o controlo interno como o controlo externo dos reforços, potenciando o comportamento mais provável (Lourenço, 2013; Millet, 2005; Rotter, 1966).

Julian Rotter avaliou o conceito de locus de controlo bem como a sua escala com base em pesquisas anteriores em áreas do controlo comportamental, reforços e o seu impacto nos resultados. Para este autor, a percepção face à recompensa é um resultado do comportamento ou atributo de um indivíduo (Rotter, 1966).

Na sua teoria Rotter (1966), defende que o ambiente pode controlar o comportamento e reforça a ideia de expectativa, ou seja, que uma situação idêntica pode não ser valorizada da mesma forma por pessoas diferentes. Os indivíduos apresentam expectativas gerais que representam a relação entre o reforço e o seu comportamento. É com base nestas expectativas que os indivíduos se situam nos seus contextos de vida. Assim, pode-se definir o conceito de locus de controlo como a noção que cada indivíduo tem sobre a vida, como algo que o próprio pode controlar ou algo que o controla. (Adak & Sarkar, 2021; Manichander, 2014; Rotter, 1966).

A percepção de locus de controlo está relacionada com uma característica, a individualidade, que indica o grau de percepção que o indivíduo adquire em função das suas experiências, uma vez que são resultado dos seus atos e controláveis por si próprio, ou então como

incontroláveis ao seu comportamento, ou seja, independente do seu controlo (Esteves, 2012; Kumaravelu, 2018; Lourenço, 2013).

Os comportamentos do indivíduo incluem posturas, linguagem corporal, maneirismo e ações do sistema, organismos ou entidades. Desta forma, podemos afirmar que a personalidade de cada um é formada com base nos comportamentos, sendo ela uma combinação única de características e qualidades. No caso da personalidade, atitudes e comportamentos, os traços oferecem explicações disposicionais com a possibilidade de modificação através da experiência e contacto com o meio envolvente (Chartrand & Bargh, 1999; Higgins, 2000; Murthy & Tapas, 2021). De acordo com Ajzen (2005) “um traço de personalidade é definido como uma característica de um indivíduo que exerce uma influência penetrante numa vasta gama de respostas relevantes ao traço” (p.2).

A personalidade entendida como um campo de estudo, foca num conjunto dinâmico e organizado de características que influenciam exclusivamente a motivação, cognição e comportamento do indivíduo em diversas situações. Trata-se de um padrão consistente e distinto de pensamentos, sentimentos e ações que são organizados dentro do indivíduo. A personalidade também pode ser influenciada por fatores biológicos, sociais, culturais, ambientais e situacionais. Por outro lado, os traços de personalidade são características relativamente estáveis que levam o indivíduo a comportar-se de determinada maneira. A teoria dos traços trata-se de uma importante abordagem teórica na psicologia da personalidade pois sugere que os indivíduos possuem traços amplos que influenciam o seu comportamento (Pandey, 2023).

Expetativas generalizadas para o locus de controlo revelam características essenciais da personalidade, mas apenas permitem previsões amplas do comportamento, em vez de específicas, a partir de dados limitados. De forma a se conseguirem dados mais concretos e

limitados foi criada uma escala projetada para avaliar a atribuição de eventos de vida do indivíduo a causas internas ou externas (Kormanik & Rocco, 2009; Murthy & Tapas, 2021). Foi Phares (1957) que desenvolveu uma escala com 26 itens para medir o controlo do comportamento que, ao longo do tempo, sofreu algumas alterações por parte de outros autores para uma maior precisão e validade. A escala final foi elaborada por Rotter composta por 29 itens, trata-se de um instrumento consistente e independentemente dos métodos sejam eles questionários, escala de Likert, avaliação ou entrevista (Murthy & Tapas, 2021; Rotter, 1966).

Existem também alguns conceitos com os quais o locus de controlo se encontra relacionado como a teoria do comportamento planeado e o controlo comportamental percebido. A teoria do comportamento planeado considera três atributos das crenças: comportamental, normativo e controlo. O controlo comportamental percebido denota um grau subjetivo de controlo sobre o comportamento por si praticado, este controlo é composto por duas componentes, autoeficácia e controlabilidade. Porém, estas componentes não dependem uma da outra nem são incompatíveis entre si (Sparks et al., 2002). De acordo com esta teoria a controlabilidade refere-se à capacidade de executar um determinado comportamento e disponibilidade de recursos e a autoconfiança de que os próprios conseguem superar os desafios. A autoeficácia é percebida como a capacidade de alguém para organizar e executar os fluxos de ação necessários para produzir determinados níveis de realização (Bandura, 1993).

Rotter propôs que o locus de controlo não se trata apenas de uma característica, mas sim de um continuum em que a aprendizagem humana dever ser compreendida à luz da posição no continuum do controlo interno para o externo (Rotter, 1966).

Assim, a teoria da aprendizagem social de Rotter tomou como base o reforço. Os reforços fortalecem as expectativas de que um

comportamento específico será repetido após o reforço. Uma vez que um padrão de reforço de comportamento é definido, a expectativa é eliminada (Kormanik & Rocco, 2009). Como já vem sendo referido ao longo deste trabalho, são notórias as diferenças entre os gêneros e no que diz respeito à internalização e externalização dos próprios comportamentos, não é exceção.

2.1 Diferenças de gênero no Locus de Controle

O controle é assim percebido como a capacidade desenvolvida pelo indivíduo com a intenção de compreender as causas dos acontecimentos da sua vida de modo que este aprenda a lidar com os mesmos, sendo que esta característica, obtida ou não por experiência, torna-se uma crença de controle através da qual o indivíduo acredita que é capaz de controlar os acontecimentos, e prever as consequências permitindo desenvolver estratégias que lhe possibilitem a obtenção de bons resultados. Resumidamente, o locus de controle é a expectativa do indivíduo na medida em que os seus reforços se encontram sob controle interno ou externo. Os indivíduos com um locus de controle interno acreditam que têm mais controle sobre as suas vidas, pelo contrário, indivíduos com um locus de controle externo acreditam que os eventos e as circunstâncias os controlam e por isso, o que lhe acontece é uma questão de destino, independentemente do que façam (Bedel, 2015; Manichander, 2012).

De acordo com Rotter (1966) o indivíduo com controle interno é aquele que tem uma forte crença de que consegue controlar o seu próprio destino. Assim sendo torna-se provável que esteja mais atento aos aspetos do meio ambiente que lhe fornecem informações essenciais para o seu comportamento futuro de forma a procurar melhores condições ambientais. Também atribui maior valor às competências de realização e sente-se mais motivado com as suas próprias capacidades,

nomeadamente os seus sucessos e revela-se mais resistente às tentativas para o influenciar. Alguns estudos indicam que os indivíduos com locus de controlo interno, são favorecidos em algumas características sócio-afetivas e cognitivas, tornando-se mais tolerantes, sociáveis, independentes e afetivos, possuem maior confiança em si próprios e são mais persistentes nos seus esforços para atingirem os objetivos a que se propõem (Ferreira, s/d; Mohanty, 2021; Rotter, 1966). Assim, Indivíduos com um locus de controlo interno são mais propensos a desenvolver atitudes baseadas em responsabilidade pessoal e autoeficácia. Estes indivíduos acreditam que as suas ações podem trazer mudanças e assumir responsabilidade dos seus atos. Estes são moldados pela crença de que os esforços e escolhas podem levar aos resultados desejados, desenvolvendo uma abordagem proativa e otimista. Além disto, tendem a exibir níveis altos de motivação, persistência e autoconfiança (Pandey, 2023).

Contrariamente, indivíduos com um locus de controlo externo, acreditam que o seu fracasso depende de regras exteriores a si mesmo, como o acaso e a sorte dos outros. Estes indivíduos sentem que os fatores externos têm um maior controlo na sua vida, exigindo mais dos outros, e apresentam uma maior dependência emocional e funcional e são mais afetados por críticas ou elogios. Consequentemente, revelam-se mais agressivos, devido à impotência social e à frustração, desconfiados de si próprios e dos outros, fazendo com que usem mais mecanismos de defesa (Ferreira, s/d Ferreira, 2000; Mohanty, 2021; Strickland, 1989). Desta forma, podemos considerar que os indivíduos que apresentam um locus de controlo mais externo entendem os resultados dos seus atos como influenciados por forças externas ao seu controlo. Esta atribuição externa pode levar a um processo de formação de atitude mais fatalista ou passivo. Estes indivíduos podem sentir falta de controlo sobre as suas atitudes, resultando de um senso mais diminuído de responsabilidade pessoal e eficácia (Pandey, 2023).

Assim, os indivíduos com um locus de controlo mais externo usam um poder de coerção maior do que o poder de persuasão e perícia usados por indivíduos com locus de controlo interno. As pessoas com um locus de controlo interno são mais autoconfiantes e apresentam maior resistência à manipulação ao invés dos outros que possuem um sentimento de impotência (Goodstadt & Hjelle, 1973).

O desenvolvimento do locus de controlo pode entender-se como uma consequência que advém de um processo de aprendizagem social, contínuo, dependente da observação e incentivos que são oferecidos ao indivíduo por pessoas significativas na sua vida. Desta forma, e sendo que o controlo individual advém de um conjunto de aprendizagens adquiridas ao longo da vida, a família, desempenha um papel preponderante para o desenvolvimento de uma melhor visão do mundo como um lugar seguro, previsível e controlável. A família é o elemento que serve de protótipo, impulsionador de comportamentos, agente de controlo do meio e de modelo de comparação. É através destes exemplos que o indivíduo vai tomar decisões e fazer as escolhas de forma que o permitam alcançar os seus objetivos (Lourenço, 2013; Strickland, 1989).

No que diz respeito aos antecedentes pessoais e à forma como se consolida o locus de controlo dos indivíduos, existem alguns indicadores relevantes, tais como, a idade e o sexo. Relativamente, à evolução do locus de controlo, da infância até à adolescência, verifica-se um aumento da internalidade, ou seja, à medida que os jovens avançam na idade, mais se apercebem de que eles próprios são capazes de determinar e controlar os acontecimentos à sua volta (Duarte, 2013; Marreiros, 2009). Outra variável importante é o sexo, onde se verifica que as raparigas apresentam valores mais baixos do que os rapazes. Ainda que os comportamentos de externalização se verifiquem com maior incidência no género masculino, estes tendem a diminuir com o avançar da idade, contrariamente, os comportamentos de internalidade

verificam-se mais no sexo feminino e tendem a aumentar com a idade. A primazia do género feminino na internalidade pode estar associado a uma maior tolerância, por parte das raparigas, às normas que os papéis sexuais exigem (Lima, 2010; Lourenço, 2013).

Sucintamente, indivíduos com um locus de controlo mais interno demonstram ser menos capazes de permitir a aceitação de acontecimentos negativos exteriores ao seu controlo, ou seja, quanto maior for o índice de controlo interno, melhor é a adaptação ou o controlo às adversidades. Não existe domínio sobre o controlo interno e externo, cada um deles depende das expectativas que cada indivíduo tem sobre os acontecimentos da sua vida. Quanto maior for o locus de controlo interno, maior será a tendência para o indivíduo se sentir responsável pelos resultados positivos, o que mostra uma correlação entre a atribuição de responsabilidade e a internalidade (Duarte, 2013; Figueiredo, 2011).

3. Enquadramento histórico e legal da delinquência em Portugal

3.1 Delinquência juvenil em Portugal

Na sua definição legal, a delinquência juvenil é definida como a prática de atos cometidos por crianças e jovens, proibidos pela lei de determinada sociedade. Em Portugal, esta problemática só começou a ter maior visibilidade na década de 1990 despertando assim o interesse em vários decisores políticos (Carvalho, 2010; Duarte, 2012; Nunes, 2014). Até ao século XVIII, não havia qualquer diferenciação a nível legal entre crianças e adultos. Só na primeira metade do século XX é que se reconheceu a necessidade de diferenciar as crianças dos adultos legalmente, criando-se, então, normas jurídicas distintas (Santos, 2004 citado por Milheiras, 2011).

Desta forma, começam a surgir os primeiros documentos legais em Portugal com o objetivo de proteger as crianças. Porém nem todas as

crianças se enquadravam nos parâmetros de criança ideal, existindo algumas que se envolviam em comportamentos desviantes e transgressivos, alertando para a necessidade de se criarem respostas adequadas para o efeito. Concluindo que a infância é um estado especial do ciclo de vida, considerou-se que a responsabilidade penal de crianças que cometem crimes não pode ser equiparada à dos adultos, surgindo então um sistema legal distinto (Ferreira, 1997).

Anteriormente ao modelo atual, Portugal teve dois documentos, em 1911 a Lei de Proteção à infância que se opunha ao modelo de justiça, desresponsabilizando os menores da prática de crimes, defendendo que os mesmos resultam da exclusão social e carência afetiva. Por outro lado, em 1962 surgiu a Organização Tutelar de Menores que abrangia todas as situações de proteção de menores dando primazia a uma aplicação de medidas de carácter protetor, assistencialista e educativo, em detrimento de medidas penais de correção (Candeias & Henriques, 2012).

Mais tarde, Portugal ratifica a Convenção dos Direitos da Criança onde se encontram consagrados os vários direitos fundamentais que devem ser respeitados e salvaguardados pelos países-membros (UNICEF, 1989). De acordo com as normas da Organização das Nações Unidas, as medidas aplicadas aos jovens devem promover e respeitar os Direitos das Crianças, nomeadamente a educação e a reabilitação. A justiça juvenil deve então pautar-se por esses princípios e deve ser orientada para a prevenção da reincidência e promoção da reinserção social. Com a evolução do sistema atual conseguiu-se a diferenciação entre menores em perigo e menores que cometeram ato qualificado como crime pela lei penal, através de um modelo de proteção e um modelo de justiça. Assim sendo, atualmente, o modelo de Portugal é regulado pela Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de

setembro) e pela Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/99, de 14 de setembro) (Carvalho, 2017; Neves, 2007).

3.2 Lei Tutelar Educativa

A Lei Tutelar Educativa procura encontrar um meio termo entre o modelo de proteção e o Direito Penal, entendendo que a lei olha para o menor como único responsável pelos seus atos, mas que possui direitos, pelo que existe a necessidade de salvaguardar o interesse do menor, evitando um regime punitivo com objetivos educacionais. Desta forma, esta lei adota o princípio de intervenção focado na educação como principal atuação (Vaqueiro, 2023).

Em Portugal, todos os menores com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos que pratiquem qualquer tipo de ato suscetível de ser considerado crime pela lei é sujeito à aplicação da medida tutelar educativa, ou, seja à Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/99, de 14 de setembro, Ministério da Justiça), que integra aplicação de medidas que visam a educação do menor para o direito e a sua inserção na comunidade de forma favorável.

Assim, a aplicação da Lei Tutelar Educativa tem como principal objetivo potenciar o jovem para que volte a ter uma vida regular na sociedade através da ressocialização. As medidas tutelares propõem “socializar e educar os jovens nos valores protegidos pela lei penal, num processo designado de educação para o direito que implica um conceito mais amplo de cidadania ativa” (Carvalho, 2010, p. 259).

As medidas tutelares educativas devem ser proporcionais não só à gravidade do crime cometido como também à necessidade de educação do jovem para o direito, baseando-se no conhecimento da personalidade do jovem, incluída na sua conduta e inserção socioeconómica, educativa e familiar. Um dos objetivos é fazer o jovem

compreender os valores essenciais da comunidade e as regras fundamentais para a convivência social a que qualquer cidadão deve obedecer (Neves, 2007; Nunes, 2014; Rodrigues & Duarte-Fonseca, 2000 citados por Nunes, 2014).

As medidas previstas no artigo 4º da Lei Tutelar Educativa passam por admoestação, privação de conduzir ou a obtenção de permissão de condução de ciclomotores, a reparação ao ofendido, a realização de tarefas a favor da comunidade ou a prestações económicas, a imposição de regras de conduta ou de obrigações, a frequência de programas educativos, acompanhamento educativo e internamento em centros educativos.

3.3 Centros Educativos

A medida acima mencionada consiste no afastamento temporário do menor do seu meio natural de vida e a utilização de programas e métodos pedagógicos, a interiorização de valores normativos, bem como aquisição de conhecimentos e capacidades que lhes permitam uma melhor integração na sociedade de forma responsável e normativa (Artigo 17.º da Lei Tutelar Educativa; Faria, 2018). Esta medida de internamento é cumprida em instituições determinadas para o efeito, nomeadamente os Centros Educativos.

Os Centros Educativos são geridos pela Direção Geral da Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), que é o órgão auxiliar da administração judiciária e destinam-se ao internamento de jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 16 anos que tenham praticado factos qualificados como crimes, sendo que a execução da medida de internamento pode prolongar-se até aos 21 anos. Outras das funções dos Centros Educativos é a execução de medidas cautelares de guarda, internamento para perícia sobre a personalidade, cumprimento de detenção e internamento em fins de semana (DGRSP, 2024).

Na aplicação destas medidas educativas existem três tipos de regime de internamento: aberto, semiaberto e fechado, estipulados e definidos no Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos, sendo que o artigo 12º refere que os mesmos são indicados pelo Tribunal (Decreto-Lei nº 323 – D/2000).

De acordo com o artigo 13º desse regulamento, o regime aberto é aplicável no caso de o jovem ter cometido factos qualificados como crimes pouco graves, sendo a duração mínima de 3 meses e a máxima de 2 anos. Neste regime os educandos residem e são educados no estabelecimento, mas frequentam no exterior as atividades escolares, educativas ou de formação, laborais, desportivas e de tempos livres previstas no seu projeto educativo pessoal. A possibilidade de frequência de atividades no exterior depende das oportunidades existentes no meio social, considerando as necessidades educativas do educando, a fase em que se encontra do seu projeto educativo pessoal e o grau de responsabilização que consegue assumir. Também as saídas sem acompanhamento, fins de semana com os pais/ representante legal são autorizadas de acordo com a evolução do projeto pessoal, podendo-lhe ser atribuídas obrigações a cumprir durante o período de saída (Decreto-Lei nº 323- D/2000).

No regime semiaberto, os educandos residem, são educados e frequentam atividades educativas e de tempos livres no interior do Centro Educativo, contudo podem ser autorizados a frequentar atividades escolares, educativas, laborais ou de formação no exterior. As saídas para frequentar as atividades no exterior são acompanhadas por pessoal da intervenção educativa e estão condicionadas a uma avaliação contínua e rigorosa do grau de adesão do seu educando ao seu projeto educativo pessoal, bem como ao cumprimento de normas e orientações que lhe sejam dadas de acordo com a duração e as finalidades específicas da medida aplicada. Verificando-se uma

evolução favorável do seu projeto pessoal, os educandos podem ser autorizados a passar períodos de férias com os pais/representante legal (Decreto-Lei nº 323- D/2000).

Por último, o regime fechado no qual os educandos residem, são educados e frequentam atividades formativas e de tempos livres exclusivamente no interior do estabelecimento. As saídas são estritamente limitadas ao cumprimento de obrigações judiciais, satisfação de necessidades de saúde e outros motivos igualmente excepcionais, sempre na companhia de um funcionário do centro, limitadas ao tempo mínimo e indispensável e devidamente autorizadas pelo diretor do centro. Considerando as exigências deste regime e as possíveis consequências, os centros educativos devem proporcionar aos educandos, atividades diversificadas e sempre que possível inserir elementos da comunidade na execução dessas atividades. Numa eventual fase avançada do projeto pessoal, podem os educandos obter autorização do tribunal a sair, sem acompanhamento, por períodos limitados (Decreto-Lei nº 323- D/2000).

Estes regimes de internamento são decididos pelo tribunal e em cada um deles são definidas fases progressivas no projeto de intervenção educativa de cada centro. Através destas fases o educando vai alcançando maior liberdade e autonomia dependendo do grau de comprometimento do seu Projeto Educativo Pessoal. De acordo com o artigo 21º do Regulamento Geral e Disciplinar dos Centros Educativos, o Projeto Educativo Pessoal é um documento elaborado em conjunto com o jovem, onde estão estabelecidos os objetivos a alcançar, a duração, os prazos, fases e meios de realização. Este Plano serve como orientação, para que os jovens e os técnicos possam situar e avaliar a evolução do jovem, em função dos objetivos e metas propostos. A participação do educando na realização e avaliação do seu projeto deve ser incentivada de forma a favorecer o seu empenho no mesmo. Também

os pais/representante legal devem ser ouvidos relativamente à preparação, modificação e execução do projeto, nomeadamente sobre as condições de saída, licenças de férias e fim de semana, sendo-lhes dada uma cópia do projeto (Decreto-Lei nº 323- D/2000).

Todos os jovens internados nos Centros Educativos devem ser compreendidos como sujeitos com deveres e valores, adequando o quotidiano o mais parecido possível à vida social do jovem, proporcionando uma transição mais fácil e com os menores danos possíveis para a sua reinserção social. Para que isto seja possível, a intervenção dos centros encontra-se estruturada em torno de programas educativos e terapêuticas de diversas áreas tais como: escola, orientação vocacional, formação profissional, animação sociocultural e desportiva, e outros associados a comportamentos delinquentes. A estes programas adicionam-se outros destinados à rotina diária que têm como objetivo reforçar as competências pessoais e sociais através da vivência do dia a dia no estabelecimento (Barros, 2015; Carvalho & Serrão, 2008; Decreto-Lei nº 323- D/2000).

3.4 Estatísticas oficiais da delinquência juvenil em Portugal

Atualmente, em Portugal, existem seis Centros Educativos sendo que apenas dois possuem capacidade para integrar jovens do sexo masculino e feminino.

De acordo com as estatísticas da DGRSP, desde 2011 até 2020 o número de solicitações judiciais decresceu, verificando-se uma diminuição de 21,4%, com registo de menos 360 solicitações. A partir do ano de 2020 este mesmo número tem vindo a evoluir, acentuadamente, verificando um aumento de 37,8% de solicitações em 2021. Assim, em 2021 encontravam-se internados 116 jovens dos quais 88,79% pertenciam

ao sexo masculino cujas idades se compreendiam entre os 16 e os 19 anos. Relativamente à tipologia do crime destacam-se os crimes contra as pessoas (56,46%), nomeadamente, roubos e furtos, contra o património (37,36%) e apenas 2,25% contra a vida em sociedade.

A partir de 2022 e até ao presente ano, verificou-se, ainda que de forma pouco acentuada, um aumento do número de internamentos nos centros educativos. Em 2022 encontravam-se 119 jovens a cumprir pena, em 2023 registou-se um aumento de mais nove internamentos, até ao mês de setembro o número aumentou para 143 jovens.

Em todos os anos se verificou que o número de jovens rapazes a cumprir pena é superior ao número de raparigas, sendo que desde 2023 até à data, se registou um decréscimo de 5% no número de rapazes. No que diz respeito às idades, a maioria dos jovens encontram-se na faixa etária entre os 16 e os 20 anos. Dos 453 tipos de crime cometidos em setembro do presente ano, 60,26% correspondem a crimes cometidos contra as pessoas (ofensa à integridade física, difamação, ameaça e coação) continuando assim a ser os mais praticados por estes jovens. A seguir encontram-se os crimes contra o património (33,11%), contra a vida em sociedade (2,21%), crimes em legislação avulsa (3,31%), contra o estado (0,88%) e contra a identidade cultural e integridade pessoal (0,22%) (DGRSP, 2024).

4. Prevenção e Intervenção da delinquência juvenil

De acordo com Negreiros (2008), as estratégias de intervenção na delinquência têm como objetivo as transformações obtidas, ao longo do tempo, nos sistemas jurídico-legais. Assim, o tipo de medidas adotadas, neste domínio, é determinado pelas conceções jurídico-legais que prevalecem em determinado momento histórico. Contudo, a estratégia de tratamento fundamental, não é aquela que ameaça o delinquente com o isolamento, mas sim a que promove a criação de uma cultura

juvenil que estimula no jovem uma influência positiva (Brendtro et al., 2007; Negreiros, 2008).

Grande parte dos recursos e intervenções do sistema de justiça juvenil, tem como foco principal apenas crianças ou adolescentes com comportamentos persistentes ou em programas de educação com adolescentes do ensino secundário, ao invés de atingirem faixas etárias mais novas, sendo que as intervenções ambicionam remedir e corrigir o comportamento delinvente existente (Loeber et al., 2003 citados por Faria, 2018).

A prevenção precoce é defendida, por alguns autores, como a melhor abordagem no âmbito da delinquência juvenil. Esta prevenção deve ser feita em idade pré-escolar, atendendo à influência dos fatores sociais e à intervenção nos contextos de vida. A estruturação de programas de prevenção deve focar-se nos processos desenvolvimentais das crianças e jovens, às condições macrossociais, à heterogeneidade de trajetórias, aos estudos sobre processos de desistência e à evidência científica sobre os efeitos dos contactos com o sistema de justiça (Castro, 2014).

Para alguns autores, qualquer intervenção que tenha em consideração os fatores de risco e que trabalhe de modo a combatê-los, são as que mais contribuem para a prevenção ou redução da reincidência, ou seja, uma boa intervenção é aquela que tem como objetivo principal é modificar o comportamento e reabilitar crianças ou jovens delinquentes (Shepherd et al., 2005 citados por Castro, 2014).

Sempre que nos referimos a intervenções, quer sejam de carácter primário, secundário ou terciário, referimos a redução de fatores de risco ou o incremento de resistência através de fatores protetores (Lemos, 2010; Redondo & Andrés-Pueyo, 2009 citados por Castro, 2014). Por outro lado, a intervenção preventiva também possibilita mudança nos

ambientes sociais através da sua valorização no processo de desenvolvimento do indivíduo, estabelecendo três princípios que devem ser considerados ao longo de todas as fases de prevenção: o princípio de risco, relacionados com os fatores estáticos, como é o exemplo da personalidade e das emoções que não são modificáveis e por isso, requerem intervenções mais intensas; o princípio da necessidade que se relaciona com fatores dinâmicos, nomeadamente, os hábitos e atitudes e por fim, o princípio da individualização referente à forma como ajustamos a nossa intervenção de forma única, tendo em atenção aspetos relativos à personalidade de cada um, pressupondo que cada ser humano é diferente do outro, tal como a sua história de vida, hábitos, motivações e características de personalidade que o tornam único (Redondo & Andrés-Pueyo, 2009 citados por Castro, 2014).

Sendo a delinquência o resultado no défice de competências, cognições e emoções são necessárias intervenções que treinem o indivíduo para que este consiga alcançar as competências essenciais para a sua vida social, profissional, familiar e académica. Assim, considera-se que devam existir ações de suporte e de informação ao nível familiar, juntos das famílias em situação de risco, escolas e outros contextos na sociedade, para que a mesma seja capaz de atuar na prevenção da delinquência através da estimulação de relações saudáveis (Espírito-Santo, 2014; Faria, 2018; Loeber et al, 2003 citados por Faria, 2018; Redondo & Andrés-Pueyo, 2009 citados por Castro, 2014).

Também na intervenção se verificam algumas diferenças relativas ao género. Este tema tem tido bastante importância na intervenção, realçando a necessidade de uma adequação dos programas aos contextos de vida e especificidades das raparigas que estão no sistema judicial. De acordo com o estudo feito com um grupo de raparigas desenvolvido pelo *Office of the Juvenil Justice and Delinquency Prevention*, que sublinha as especificidades de género e a importância

das questões relacionais, sugere-se que os programas de prevenção e intervenção com jovens do género feminino devem estar orientados para: o trauma oriundo de maus tratos físicos, sexuais e psicológicos; a saúde mental, sendo que a ansiedade e a depressão são em maioria mais diagnosticadas em raparigas do que rapazes; o desenvolvimento de vínculos com a escola; e por último, a construção de modelos interdisciplinares que entendam a puberdade precoce como fator de risco e auxiliem as raparigas a compreender e a lidar com os pais e o grupo de pares (Duarte, 2011; Zahn et al., 2010).

Cooney et al. (2008) defendem que as estratégias para a criação de um sistema de justiça sensível ao género deve ter em consideração os seguintes aspetos: perspectivas abrangentes que respondam à multiplicidade de fatores de risco explicativos da delinquência; optar por a utilização de modelos que se foquem nas forças mas também nos pontos fracos, ao invés de uma orientação punitiva; o treino de pessoal técnico para as especificidades de desenvolvimento das raparigas; e a garantia de um ambiente mais seguro, a nível físico, psicológico e emocional, e de confiança, onde seja possível por parte das jovens a aquisição de competências promotoras de independência.

Contudo, e independentemente do género, os programas de prevenção visam o treino de competências dos adolescentes em comportamentos delinquentes. Isto implica, numa fase inicial, avaliar o nível de competências sociais e morais tal como os comportamentos de risco dos jovens antes e após o programa (Dionne & Constanzo, 2009).

As intervenções orientadas para a promoção de competências sociais têm tido destaque comparativamente às restantes, sendo definidas como novas formas de pensar e atuar, oferecendo aos indivíduos recursos essenciais para o seu desenvolvimento, promovendo a sua adaptação. Neste sentido, o processo de reabilitação é conseguido através de ensinar e do aprender, (re)educando os jovens

para reestruturar condutas, integrar e desenvolver capacidades para que se sintam inseridos, novamente, na sociedade. Reforçando o trabalho educativo de reabilitação juvenil para a reinserção social, tem que se contextualizar numa “lógica do trabalho social pedagógico”, com “intervenções psicossociais e educativas que visam, essencialmente, a criação de condições que promovam o desenvolvimento de capacidades e recursos, através de processos de interação social, para que os sujeitos e grupos vulneráveis possam gerir as suas próprias vidas” (Torres, 2011, p. 142 citado por Castro, 2014) (Garrido & Lopez- Latorre, 1995 citados por Espírito Santo, 2014).

A prevenção e intervenção com jovens que apresentem comportamentos delinquentes, só é possível devido à existência de equipas multidisciplinares que abrangem um vasto leque de técnicos e profissionais, o que permite agir com uma maior abrangência de experiência e conhecimentos. Existindo uma maior diversidade formativa e uma variedade de profissionais, é possível que a ação seja mais eficaz e mais ampla, conseguindo dar respostas mais concretas às necessidades de cada jovem (Ricardo, 2013).

Ora, sendo o educador social um profissional, capacitado para intervir nas mais diversas áreas problemáticas, atuando com variadas faixas etárias, de forma a integrá-las na sociedade e combater a vulnerabilidade social dos indivíduos, deve este também estar integrado nas equipas multidisciplinares acima referidas.

O educador social desempenha um papel fundamental junto dos indivíduos com os quais interage, pois dele depende a integração social positiva nos contextos em que se encontram. Para Mateus (2012), o educador social, enquanto profissional que atua diretamente na sociedade, enfrenta o lado mais negro da vida uma vez que, este deve conseguir lidar com o sofrimento e produzir respostas ou pontes

socioeducativas que proporcionem a resolução do combate à indiferença, fatalismo e à inércia.

Para Viegas (2015), a educação social

orienta-se no sentido de gerar processos de prevenção e de intervenção para melhorar a vida dos indivíduos e dos grupos (...) existem várias questões que podem ser trabalhadas pelo educador social (...). Uma a nível primário, isto é, mais preventivo e outra com características mais reparadoras, atuando-se em problemas concretos (p. 8-9).

Díaz (2006) refere que “a educação social deve intervir naquelas circunstâncias que geram situações de necessidade nas pessoas, sendo esta precisamente a função preventiva” (p.103). Sendo o trabalho social, complexo, pretende-se que o educador social seja capaz de estabelecer alternativas acertadas e que correspondam à individualidade de cada um. Assim, entende-se este profissional como um agente que deve ser capaz de identificar necessidades reais e encontrar respostas às mais variadas situações que possam ocorrer (Mateus, 2012).

Além de tutor é também considerado um mentor, companheiro que assegurará um desenvolvimento harmonioso de uma identidade pessoal e profissional, ouvinte, conselheiro, disponível, dialogante e amigo incondicional. Inevitavelmente, o educador social assume um papel fundamental na promoção da resiliência, sendo que, como agente socioeducativo, visa a integração do ser humano de acordo com a realidade em que se encontra (Carvalho e Batista, 2004; Mateus, 2012).

Seguindo a linha de pensamento de Pérez-Serrano (2003) a intervenção socioeducativa deve ser entendida como “um espaço disciplinar a partir do qual é proposta a praxis educativa da educação social” (p.123). Para Mateus (2012) o educador social

dada a sua intervenção em contextos sociais diversificados precisa de conceber a elaboração, a implementação e a avaliação de projetos (...). A sua intervenção tem de ser eficaz, inovadora, baseada em práticas políticas atuais, definindo prioridades, fazendo escolhas, valorizando experiências e colocando os saberes adquiridos ao serviço dos outros (p.64).

Os educadores sociais estão preparados para desenvolver ações educativas em espaços sociocomunitários, executando um papel indispensável, uma vez que é o responsável por intervir nos problemas das pessoas que se encontrem em situação de risco, vulnerabilidade social ou submetidas a qualquer tipo de exclusão, dando utilidade a todas as ferramentas pedagógicas que promovam uma integração social e as tornem ativas na sociedade (Batista, 2000; Mateus, 2012; Ricardo, 2013).

A intervenção com jovens delinquentes deve potenciar a sua integração social, bem como a sua realização pessoal, promovendo a sua autonomia e o desenvolvendo as suas potencialidades. Desta forma, e encontrando-se os jovens institucionalizados, o educador social deve assumir uma postura de ouvinte e valorizar o bem-estar dos jovens, promovendo, de igual forma, o respeito, a privacidade e a individualidade de cada um (Veiga & Cardoso, 2011).

Estes profissionais, não só desempenham uma tarefa importante com os jovens que se encontram a cumprir medidas como também possuem um papel relevante com a equipa de trabalho na instituição e com as famílias dos jovens. Assim, o trabalho de um educador social com

jovens delinquentes dever ser consciente dos desafios diários e colocar em prática todas as características elencadas para uma intervenção mais eficaz, junto de um grupo tão fragilizado como é o caso destes jovens (Gomes, 2010; Marques, 2021).

Capítulo II – Caracterização da instituição

Centro Educativo Navarro de Paiva

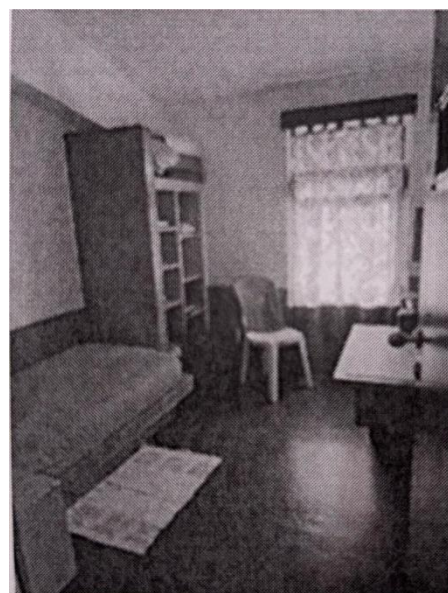


Em 1924 o meritíssimo juiz conselheiro José da Cunha Navarro de Paiva deixa um legado testamentário destinado à fundação de uma instituição para a reeducação de menores delinquentes. Desta forma, o Estado aceitou o legado que foi entregue à Administração e Inspeção-Geral dos Serviços Jurisdicionais de Menores, organismo responsável pela justiça de menores, optando-se pela criação de um instituto destinado a menores delinquentes portadores de deficiência mental.

Em 1930 é elaborado o projeto e iniciadas, em 1933, as obras que sofreram algumas interrupções devido à falta de financiamento. Contudo, em 28 de maio de 1957 é finalmente inaugurado o Instituto Dr. Navarro de Paiva. Passados os anos, o Instituto sofre alterações na sua estrutura, organização e população (alternando com masculina e feminina), e inclusive à sua designação, passando a ser Colégio Dr. Navarro de Paiva (1995). Com a publicação da Lei Tutelar Educativa (Lei nº166/99, de 14 de setembro), em 1999, passa a designar-se Centro

Educativo Navarro de Paiva, passando em 2000 a acolher e a cumprir medidas tutelares a menores e jovens com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos.

Atualmente, este Centro Educativo encontra-se dividido em dois setores separados fisicamente: o Administrativo (Edifício administrativo, armazéns, lavandaria e ginásio) e o Pedagógico (Unidades residenciais, cozinha, setor escolar, oficinas de formação profissional, campos desportivos, piscina, sala plurifuncional, casa “cor-de-rosa” e futura biblioteca multimédia.



Conta com 33 profissionais do Ministério da Justiça, entre eles, Diretor, Coordenador, Técnicos Superiores, Técnicos Profissionais, Assistentes técnicos e Assistentes operacionais. Encontra-se também

disponível uma equipa médica e psicológica constituída por um médico de clínica geral, um médico psiquiatra, uma enfermeira e uma psicóloga.

O Centro Educativo Navarro de Paiva é composto por três unidades residenciais: duas masculinas com capacidade para 12 jovens cada, em regime semiaberto, e uma unidade feminina com capacidade para 14 jovens em regime aberto, semiaberto ou fechado, perfazendo assim uma capacidade total de 38 jovens. O funcionamento é em regime inclusivo e de igualdade e não discriminação de género, rapazes e raparigas partilham todas as dinâmicas institucionais exceto as zonas residenciais que são separadas.

Este Centro oferece aos jovens vários programas. Os programas de formação escolar e profissional, onde os jovens conseguem obter dupla certificação escolar e formação de adultos (EFA), (2º e 3º ciclo de escolaridade) e profissional nível I e II nas áreas: operador de jardinagem, instalação e reparação de computadores, ajudante de cozinha e assistente de cuidados de beleza. Integrados nos programas terapêuticos e pedagógicos estão programas de educação e saúde sexual, prevenção e reabilitação para jovens com comportamentos desviantes, programas de intervenção com famílias, 17 passos para a sustentabilidade, *princípiohumanitatis.org*, entre outros. As atividades dos programas recreativos, são desenvolvidas em atelier, por animadores do Chapitô, nas seguintes áreas: artes circenses, capoeira, música, histórias tradicionais portuguesas, rap, hip-hop, atividades desportivas (rugby, andebol, futebol e natação), biblioteca itinerante na Câmara Municipal de Lisboa, Fundação Sporting Clube de Portugal (rugby e judo), saídas lúdicas ao teatro, museus, praia e outros.

Para uma melhor adaptação e inserção digna e responsável na vida em comunidade, os jovens do Centro participam nas seguintes ações de voluntariado: Projeto “Mala Mágica” do Chapitô, Cabeleireiro

solidário, Refood Benfica, palestras nas escolas, Banco alimentar, Obras das Irmãs de Caridade e Jardim Zoológico de Lisboa.

Por fim, os parceiros e colaboradores institucionais do Centro Educativo Navarro de Paiva são a Unidade “Aparece” do Centro de Saúde de Sete Rios, a Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, o McDonald’s, a Fundação Sporting Clube de Portugal, o Agrupamento de Escolas de Benfica, Câmara Municipal de Lisboa, o Centro de Emprego da Venda Nova, e de forma a facilitar a inserção profissional dos jovens, o Grupo Jerónimo Martins e os Hotéis Marriot (Informação fornecida pelo Diretor do Centro Educativo Navarro de Paiva).

Capítulo III – Investigação Empírica

Após o enquadramento teórico do tema, é necessário contextualizá-lo com a vertente empírica da investigação. Posto isso, no desenvolvimento deste capítulo irá proceder-se à clarificação da questão-problema e dos objetivos que serviram de orientação à investigação.

1. Questão problema e objetivos gerais

Depois de tudo anteriormente referido, concluímos que a adolescência é um período desenvolvimental propício para o surgimento de comportamentos delinquentes. É a fase da vida na qual o jovem começa a deparar-se com conflitos com o contexto que o rodeia e se demonstra incerto sobre a sua própria identidade.

Também de acordo com alguns autores, existem grupos que influenciam, de forma negativa ou positiva, a construção da identidade, nomeadamente a família, o grupo de pares e a escola. Contudo, e independentemente de qual sejam os fatores, estes têm impactos

diferentes nos jovens dependendo do género e da fase de vida em que se encontram, ou seja, a idade.

A variável género, também tem influência na perceção que o jovem tem sobre os seus comportamentos. A isto, denominamos locus de controlo, que se refere à expectativa que cada um tem na medida em que os seus esforços se encontram sob controlo externo ou interno.

Posto isto, procurou-se, com este trabalho de investigação, encontrar resposta para a seguinte questão: *Existem diferenças de género no locus de controlo relativamente ao comportamento delincente?* através da formulação dos seguintes objetivos: 1) verificar se existem diferenças entre os géneros no locus de controlo relativamente ao seu comportamento delincente; 2) compreender de que forma os jovens que apresentam comportamentos delinquentes percecionam a responsabilidade dos seus atos; 3) perceber de que forma a idade influencia o desenvolvimento do locus de controlo; 4) identificar o tipo de conduta psicossocial dos atos cometidos; 5) compreender o impacto do género na tipologia do comportamento delincente.

De forma a conseguir dar resposta à questão problema, optou-se por uma metodologia qualitativa. Este tipo de metodologia procura de forma indutiva do pensamento, uma vez que, através de um número reduzido de participantes, se consegue obter a relação com a teoria e, facilita o entendimento e a perceção que os participantes têm sobre determinado tema.

2. Grupo de participantes

Este ponto será destinado à informação sobre o grupo de participantes e os procedimentos usados durante a investigação.

Para realizar esta investigação, a população alvo foram todos os jovens internados no Centro Educativo Navarro de Paiva, contudo dos 29 jovens, apenas foi possível entrevistar 21 jovens uma vez que os restantes

se encontravam em regime fechado, apresentavam fracas capacidades para manter um diálogo ou possuíam problemas mentais.

Amostra é o termo utilizado para definir todo e qualquer grupo de participantes de uma determinada investigação. Através da amostra conseguimos obter informação acerca de determinada população, cujas amostras probabilísticas são eleitas com base em critérios importantes, que tem em consideração (Morais, 2013).

Assim, a amostra é para Carmo e Ferreira (2008),

uma técnica designada por um processo de seleção que pertence a subconjunto de uma dada população ou universo que se denomina amostra, de tal maneira que os elementos que constituem a amostra representam a população a partir da qual foram selecionadas (...) o propósito da amostragem é obter informação acerca de uma dada população (p.209).

A população alvo foram jovens institucionalizados no Centro Educativo Navarro de Paiva, situado em Lisboa. O grupo de participantes era constituído por 21 jovens, 12 do género feminino e 9 do género masculino, com idades compreendidas entre os 14 e os 19 anos (Gráfico 1)

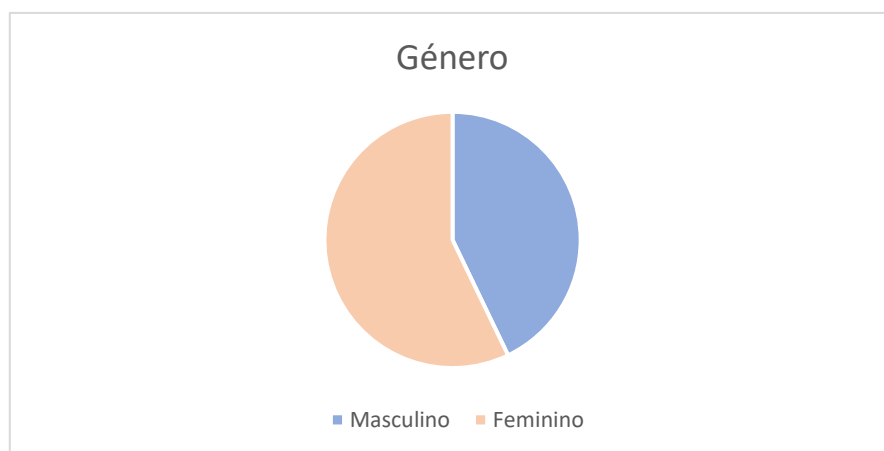


Gráfico 1- Caracterização dos participantes por género

Dos vinte e um jovens um tinha 14 anos, seis tinham 15 anos, sete tinham 16 anos, com 17 anos havia seis jovens e com 19 anos apenas um. Relativamente à escolaridade, quatro frequentam o 5º ano, cinco o 7º ano, três o 8º ano, oito encontram-se no 9ºano e apenas um no 10ºano.

Todas as entrevistas foram respondidas de forma anónima, de modo a proteger a identidade dos participantes.

3. Considerações éticas e recolha de dados

As questões éticas são fundamentais numa investigação, pois a mesma deve seguir uma ordem ética e moral que permita uma participação no estudo de forma autónoma e voluntária, obtendo assim o seu consentimento informado. Durante e a após a recolha de dados é necessário que o investigador cumpra as normas e princípios ético de uma investigação, facilitando a aplicação das mesmas e as adequa às características de cada participante (Esteves, 2013).

Relativamente a esta investigação e tratando-se, os Centros Educativos, de instituições onde os menores cumprem medidas de internamento temporário, geridos pela Direção Geral da Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), foi necessário obter autorização prévia por parte deste órgão (Anexo 1 e 2).

Obtida autorização por parte deste órgão, foi apresentado o mesmo pedido ao Diretor do Centro Educativo Navarro de Paiva, o único, até à data da recolha de dados, com jovens de ambos os géneros institucionalizados. Uma vez aceite o pedido, por parte do Diretor deste Centro, (Anexo 3) foram enviados por email o guião da entrevista, o termo de consentimento informado e o pedido de autorização para a realização das entrevistas (Anexo 5 e 6).

Tratando-se de jovens menores e não podendo ser revelada a identidade dos mesmos, os documentos acima referidos foram respetivamente assinados pelo Diretor, dispensando assim a autorização

individual de cada um dos entrevistados, contudo foi pedido o consentimento dos próprios antes de iniciar a recolha de dados. As entrevistas foram feitas de forma presencial, nos dias 15 e 16 de julho do presente ano, de acordo com a disponibilidade apresentada pelo Diretor. Sendo um estabelecimento prisional para menores, não foi possível a entrada de qualquer objeto tecnológico que permitisse a gravação das entrevistas pelo que todos os registos e informações necessárias foram feitos manualmente. A realização das entrevistas demorou entre 20 a 30 minutos, aproximadamente.

4. Metodologia de investigação

Depois de referida a questão problema e os objetivos de estudo, é essencial abordar a metodologia utilizada para a execução da recolha de dados.

A metodologia é, de acordo com Zanella (2013), um estudo sobre métodos que auxiliam na fundamentação de uma investigação, revelando-se fundamental para a obtenção dos resultados.

A investigação científica é dotada de um processo racional que se baseia na lógica, existindo três abordagens, a primeira é a dedução que através de teorias e ideias universais, se propõe a dar resposta a problemas particulares. O método hipotético-dedutivo, que se fundamenta em lacunas no conhecimento, para formular hipóteses que poderão levar ao entendimento dessas lacunas. Por último, o método indutivo que procura abranger esses conhecimentos para a generalidade, através de planos e teorias. Para este estudo, optou-se pelo método indutivo uma vez que, "a generalização deriva de observações de casos da realidade concreta" (Carvalho, 2009, p.86).

A metodologia procura enquadrar de forma teórica a investigação, esclarecer os passos tomados, as técnicas utilizadas e fundamentar todo o processo da investigação. Este estudo teve baseou-se na investigação qualitativa, visto ser uma forma de investigação que

procura olhar para a natureza social, para o sentido das interações, dando importância às percepções e opiniões que o indivíduo tem sobre os contextos e relações com os outros (Amado, 2014).

De acordo com Minayo (2002) a investigação qualitativa

responde a questões particulares (...) trabalha com o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (p.22).

Este tipo de investigação que foi desenvolvida é uma pesquisa de carácter descritivo porque recolhe informação, características e dados que procuram descrever possíveis comportamentos, situações e valores de uma determinada população ou fenómenos, proporcionando ao investigador, observar, descrever, analisar e constatar factos sem a necessidade de os manipular. Também tem carácter exploratório, visto que ambiciona uma possível explicação de determinado fenómeno, no sentido de explicar determinada situação e as condições em que esta se realiza, procurando encontrar as causas ou motivos pelos quais sucedem (Amado e Pedro, 2016 citados por Pereira, 2021; Costa, 2014).

Assim, esta investigação surge como pesquisa de natureza exploratória, procurando aprofundar os conhecimentos acerca da diferença de géneros no locus de controlo na delinquência, reunindo a maior informação possível, podendo construir-se, através disso, novos pensamentos ou trajetórias de pesquisa (Raupp & Beuren, 2006 citados por Vaqueiro, 2023).

5. Instrumento de recolha de dados – inquérito por entrevista semiestruturada

Neste estudo, como técnica de recolha de dados optou-se pela entrevista visto facilitar “o recolher de dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspetos do mundo” (Bogdan e Biklen, 1994, p.134 citados por Oliveira, 2020).

Para Leal (2007) a entrevista trata-se de um encontro entre o entrevistado e o entrevistador, através do qual se pretende aceder e descobrir dados considerados importantes, de acordo com os objetivos da entrevista. Assim, podemos considerar a entrevista como uma das técnicas de recolha de dados mais utilizadas na investigação qualitativa, uma vez que, permite aceder a informações sobre o entrevistado em relação ao objeto de estudo, bem como na abordagem sensível à amostra em questão, permitindo ao investigador uma maior atenção relativamente às características, à forma como abordar o assunto, à linguagem mais adequada, de modo a que os entrevistados compreendam e respondam melhor a todas as questões pretendidas (Carmo & Ferreira, 2008; Faria, 2018; Leal, 2007; Martins, 2009).

Existem três tipos de entrevistas, a estruturada, semiestruturada e não estruturada ou livre. Nesta investigação optámos pela entrevista semiestruturada que é composta por questões abertas, o que permite ao entrevistado responder de forma flexível. Neste tipo de entrevista, o entrevistador guia-se por um conjunto de questões, previamente elaboradas, presentes num guião de entrevista, que devem ser abordadas durante a mesma. Ainda de acordo com Amado (2017) “as questões derivam de um plano prévio, um guião onde se define e regista, numa ordem lógica para o entrevistador, o essencial do que se pretende obter, embora, na interação se venha a dar grande liberdade de

resposta ao entrevistado" (p. 210) (Amado, 2017; Cohen & Crabtree, 2006 citados por Faria, 2018; Sousa, 2019).

Desta forma, um guião bem planeado e estruturado, revela-se fulcral na realização das mesmas, visto que pretende obter informações que respondam quer à questão problema como aos objetivos previamente delineados. No ponto seguinte, apresentamos o processo de construção do guião de entrevista deste estudo.

5.1 Guião de entrevista

Para a preparação de uma entrevista deverá ser previamente elaborado um guião de entrevista, constituído por blocos de temas e objetivos que constituem a investigação, de modo a orientar a aplicação da entrevista. De acordo com os objetivos formulados e apresentados anteriormente, o guião de entrevista (Anexo 4) é composto por 35 perguntas, dividido em sete categorias. Referir que inicialmente foi elaborado um guião de entrevista que foi, posteriormente, submetido à apreciação do Diretor do Centro Educativo sofrendo algumas alterações sendo apresentado na sua versão final em anexo.

As duas primeiras categorias (I e II) dizem respeito à apresentação e legitimação de entrevista, nas quais serão abordados o termo de consentimento informado e esclarecidas algumas questões relacionadas com a confidencialidade, e à caracterização pessoal, onde só foi possível obter informação sobre a idade. A categoria III pretende compreender as relações familiares, sociais e o percurso de vida do jovem. A IV tem como objetivo compreender qual a origem do comportamento delinquente e conseqüentemente, a V categoria pretende conhecer a perceção que cada jovem tem relativamente aos atos cometidos. Com a categoria VI ambiciona-se saber quais as perspetivas de cada jovem face ao futuro. Por último (VII) finalizar a entrevista e agradecer pela disponibilidade.

6. Apresentação e discussão de resultados

Neste ponto será apresentada a análise dos dados recolhidos bem como a sua interpretação. Analisam-se todas as categorias usando frases ou excertos mais significativos e através dos mesmos se verifica a informação apresentada anteriormente no enquadramento teórico, seguida de uma reflexão sobre as categorias indicadas. De referir que ao longo de toda a análise se verificará uma comparação entre o género feminino e masculino, uma vez que este trabalho de investigação tem a diferença de género como principal objetivo.

Através da *categoria III – Compreender as relações familiares, sociais e o percurso de vida do jovem*, pretendeu-se perceber de que forma a relação com a família e o grupo de pares pode ter influência no comportamento desviante, quer dos jovens do género masculino quer do feminino. Também nesta categoria são abordadas algumas questões sobre o percurso escolar.

Como foi referido anteriormente, no meio familiar, as raparigas apresentam-se como menos independentes e conseqüentemente existe um maior controlo relativamente aos rapazes. Apesar de também se verificar uma maior coesão entre as raparigas e a própria família, quando essa coesão é enfraquecida por questões de instabilidade, violência ou ausência de supervisão parental, as raparigas podem deparar-se com situações de vulnerabilidade e adotar comportamentos menos adequados (Lucchini,1997), realidade que se verificou quando questionadas sobre o ambiente familiar: *“Era mau”, “Tínhamos um mau ambiente familiar, nada corria bem”, “Era tóxico. Eu não conseguia ser contrariada (...). Queria sempre tudo à minha maneira e como não podia, fugia de casa”, “Era muito complicado havia muitas confusões”, “Era péssimo”*. Contrariamente, as respostas dadas pelos rapazes descrevem o ambiente familiar como: *“Era bom, normal”, “Era normal como todas as famílias”, “Bom, era bom”*. Concluindo, e de acordo com

a teoria do controlo social, o corte de laços entre o individuo e a sociedade, nomeadamente com os pais, pode predispor o individuo à prática criminal (Hirschi, 1969 citado por Milheiras, 2011). No que concerne, à resolução de conflitos também conseguimos observar uma diferença entre rapazes e raparigas, verificando-se que as raparigas revelaram mais dificuldade na resolução dos mesmos do que os rapazes: *“Não se resolviam bem...eu partia tudo (...)”, “Não era fácil. Havia muito bate boca (...), “Não se resolviam, era uma discussão atrás da outra (...)”, “Eu fugia dos problemas sempre”, “Quando havia problemas eu acabava sempre por ir no INEM (...)”, “Resolvíamos com pancada, íamos ao extremo (...)”*. Por outro lado, os rapazes diziam resolvê-los através do diálogo: *“Resolviam-se com diálogo”, “Era fácil, não havia muitos conflitos”, “Resolviam-se normalmente”, “Não havia conflitos entre nós (...)” “Normal, falando sobre as coisas”*.

Inevitavelmente, aquando da sua entrada na escola, o individuo deixa de ter apenas contacto com o núcleo familiar e começa a integrar-se em grupos aleatórios com os quais se identifica mais. Desta forma, o grupo de pares revela ser um fator importante neste período desenvolvimental que é a adolescência (Gomes, 2013).

Facilitando a compreensão sobre a forma como o grupo de amigos influenciou ou não o seu comportamento desviante, foi questionado a todos os jovens se tinham sido bem aceites no seu grupo de amigos, pergunta à qual, dos vinte e um entrevistados, apenas quatro responderam de forma negativa: *“Não”, “Até ao 5º ano não, mas depois comecei a integrar-me melhor, mas nunca tive amizades muito próximas”, “Mais ou menos, não éramos bem amigos, só nos dávamos para fazer coisas más”, “Não, eles sempre tentaram manipular a minha personalidade”*. É com o grupo de pares que existem espaços de partilha, experiências e sentimentos que cada um vivencia, contudo, por vezes, o jovem tem de adotar determinados comportamentos para se sentir parte do grupo ou então para agradar aos demais (Matos et al.,

2008; Simões, 2005; Teixeira, 2008). Mais uma vez, se verifica a diferença de géneros entre as respostas apresentadas pelos rapazes e pelas raparigas à questão: *Entre os seus amigos, foi integrado/a normalmente ou teve de provar o seu valor para ser aceite?* Apesar da grande maioria responder de forma negativa a esta questão, registaram-se algumas respostas de carácter positivo, sendo que das sete respostas obtidas, apenas duas foram dadas por rapazes: *“Sim, vender haxixe”*, *“Nunca tive de fazer nada para me integrar, mas fiz muitas coisas pelo grupo, roubos, tráfico”*, *“Sim, fumar”*, *“Sim, ao longo do tempo tive que fazer”*, *“Não foi bem uma prova, mas eles incentivaram-me a começar a fumar”*, *“Sim, tive que começar a fumar”*. Quando questionados se os amigos mais próximos tinham os mesmos comportamentos, verificou-se o mesmo número de respostas positivas e negativas em ambos os géneros. Outra questão feita foi, se os próprios serviam de exemplo ou se viam nos amigos um exemplo a seguir. Como resposta, a maioria dos rapazes disse: *“Ninguém era exemplo, cada um fazia o que queria”*, *“Fazíamos todos o mesmo (...)”*, *“Não, éramos todos iguais (...)”*, *“Nenhum dos dois”*. Algumas das raparigas também responderam que nem eram exemplo nem serviam para tal, outras afirmaram-se como exemplo a seguir: *“(…) eu era o exemplo a seguir”*, *“Eu é que servia de exemplo, porque eu é que dava as ideias (...)”*, *“Acho que eu é que servia de exemplo, eu é que decidia o que fazer”* *“Alguns tomavam-me como exemplo, apesar de não ser o melhor”*. Assim, podemos compreender melhor a teoria da associação diferencial defendida por Sutherland, quando esta nos diz que a maioria dos comportamentos delinquentes são aprendidos através da interação com os outros, se o individuo se associar a pessoas com tendência para ideias desviantes (Carrilho, 2000; Costa, 2014; Machado, 2008; Mendes, 2020; Pral, 2007). Através das respostas obtidas, também concluímos que os atos cometidos podem ser considerados impulsos ou motivação para que o individuo obtenha um sentimento de pertença em determinado grupo, justificando assim o comportamento delinvente.

Na maioria das vezes é na escola que se conseguem os primeiros contactos com o grupo de pares, pelo que a escola também se revela um importante contexto que pode determinar a adoção de comportamentos inadequados por parte dos jovens. Um dos temas abordados durante as entrevistas, foi se a frequência na escola era importante ou se o faziam por obrigação. Contrariamente às outras questões, nesta não se verificou diferença de género nas respostas obtidas, a maioria revelou frequentar a escola por obrigação, ou que inicialmente até iam sempre, mas deixaram de o fazer aquando da entrada em comportamentos delinquentes: *“la porque me obrigavam”*, *“Antes de começar a vender ia sempre, depois só ia a uma aula por dia”*, *“Até aos 12 anos ia direito (...) depois comecei a descambar”*, *“Só ia passear os livros”*, *“Até conhecer aquelas pessoas ia sempre”*, *“Eu nem ia à escola”* *“Não ia, deixei de ir a partir do 5ºano”*. Relativamente à aplicação de castigos na escola, catorze dos vinte e um entrevistados responderam de forma negativa: *“Não”*, *“Naquela escola não havia castigos (...)”*, *“Não, naquela escola toda a gente fazia o que queria”*, *“Não, nunca fui castigada”*, *“Não, eles tomavam-me como perdida”*, *“Não, eu simplesmente faltava”*. Em jeito de reflexão, podemos terminar que, apesar do absentismo escolar verificado, considerado como um dos principais fatores de risco do contexto escolar, dentro do espaço educativo não existiam conflitos, justificando-se pela falta de comparecência dos jovens na escola. Assim, e apesar da escola se considerar um meio privilegiado através do qual o jovem pode estabelecer interações, adquirir conhecimentos e competências académicas, encontrando-se o jovem longe da supervisão parental e não se identificando com as regras e políticas adotadas pelo respetivo estabelecimento, também pode ser palco de descontentamento e abandono escolar (Ferreira, 1997; Gomes, 2013; Simões, 2005; Teixeira, 2008).

A categoria que se segue objetiva *compreender qual a origem do comportamento delincente*. Devido à proteção de dados e à impossibilidade de abordar diretamente os jovens sobre o crime cometido, apenas se questionaram quais os motivos que incitaram tal ato. No que diz respeito à institucionalização em Centros Educativos, dezasseis jovens dizem ser a primeira vez que se encontram em algum Centro Educativo e cinco afirmaram ser a segunda vez (Gráfico 2).

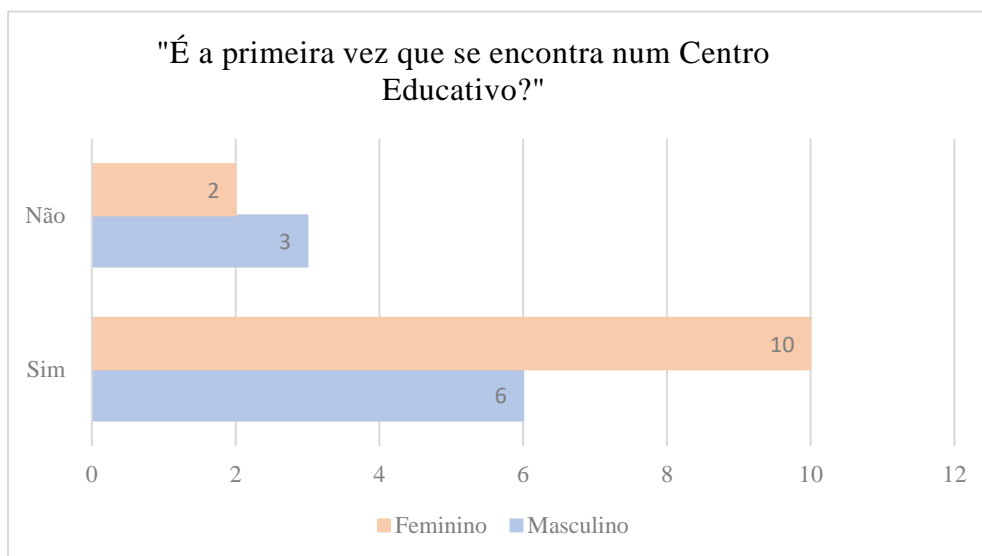


Gráfico 2- Institucionalização em Centro Educativo

Também nesta questão não se verificam diferenças significativas entre rapazes e raparigas, sendo que os motivos que levaram os rapazes a cometer crimes estão relacionados com a autossuficiência, a necessidade de independência e sentimento de adrenalina e satisfação.

Confrontados com a questão: *Quais os principais motivos que o/a levaram a ter este comportamento?* Os rapazes responderam das seguintes formas: "Na altura não arranjava trabalho e não queria depender de ninguém", "Não pensar antes de fazer as coisas (...) ir pela conversa dos outros", "Foi apenas por estupidez", "Ainda hoje não sei (...) por pensar que ia correr tudo bem", "Depende do comportamento. A violência foi pela minha dificuldade em resolver problemas através do diálogo. O tráfico foi por necessidade, a minha avó não conseguia dar-

me tanto dinheiro como o que gastava. E os consumos era por satisfação”, “Foi por adrenalina, mas também por necessidade, a minha avó não conseguia sustentar os dois”, “Eu comecei a ver que aos outros corria bem e era fácil, então tentei a sorte. Foi a ambição de ter mais e melhor”, “Não sei, foi a minha cabeça, sentia que estava perdido. O meu pai não me podia dar a vida que eu queria, então tinha que me safar sozinho”. Contrariamente, as raparigas dizem ter agido por necessidade de autonomia, por rebeldia, sentimento de rejeição e revolta, adrenalina e influência social, tal como se verifica nas respostas dadas: “Queria mudar a minha vida sozinha”, “Não aceitar ouvir um não”, “Foi eu começar a sair de casa, arranjar companhias que não eram as melhores e deixar-me influenciar por eles”, “Acho que o principal motivo foi o mau ambiente em casa, sentia que tinha que arranjar um refúgio, depois foram acontecendo umas coisas atrás das outras”, “Eu sempre tive muita liberdade os meus pais nunca me castigavam, passava muito tempo fora de casa, não gostava de estar lá, e não consegui lidar bem com isso. Os meus pais também nunca me deram muita educação, depois com a influência dos meus amigos, pior”, “Foi o facto de me sentir rejeitada, na altura sentia que não valia nada”, “Não sei bem. Na altura eu não estava em mim, sentia-me revoltada por não me deixarem sair nem fazer o que eu queria, então quis experimentar coisas novas para me sentir bem”, “Não haver estrutura familiar e com o passar do tempo fiquei cansada daquele ambiente e precisava de encontrar paz e bem-estar e encontrei isso nas coisas erradas”, “Eu acho que o principal motivo foi eu fazer tudo para ser aceite no meu grupo de amigos e seguir o exemplo. Eu era a única que ainda não estava tão à frente. E o facto de o meu namorado ter sido preso, também ajudou a que eu me sentisse pior e naquele momento não me queria sentir sozinha”, “Sinceramente, nunca pensei muito nisso. Eu comecei a dar-me com este meu grupo de amigos e depois uns comportamentos levam a outros. Acho que não houve um motivo específico, aconteceu naturalmente”, “Foi burrice, era a adrenalina de conduzir e de fazer roubos banais. Sentia-me viva quando

estava a fazer essas coisas". Apesar dos vários motivos que estiveram na origem do comportamento delinquente, a grande maioria dos jovens considera justo o seu internamento, exceto cinco que se justificaram da seguinte forma: *"Pelo processo que me trouxe aqui, não, mas pelos outros sim (...)"*, *"Não, eu não fiz assim tantas coisas de mal para estar aqui"*, *"Não, acho que deviam existir penas mais leves"*, *Às vezes não sei, sinto que aqui nunca tentaram entender-me (...)"*, *"Não. O que eu fiz não foi durante tanto tempo como vai durar a minha pena (...)"*. Na resposta a esta questão, verificou-se um maior número de raparigas que demonstraram o seu descontentamento face ao internamento, em relação aos rapazes. Desta forma, podemos também concordar com a teoria da anomia onde se afirma que a sociedade e as normas por ela impostas vão evoluindo, ainda assim, existem pessoas que não conseguem acompanhar essa evolução. Assim, verifica-se um desequilíbrio entre os objetivos de cada um e os meios que a sociedade oferece para os alcançar, originando-se assim comportamentos desviantes, pois através dos meios legais esses objetivos não são alcançáveis e a opção mais fácil é obtê-los através dos meios ilegais (Carvalho, 2003; Durkheim, 1987 citado por Gomes, 2013; Giddens, 2008).

A categoria V foi pensada de modo a se conseguir uma melhor *perceção dos jovens relativamente aos atos cometidos*. À pergunta *considera que o que aconteceu poderia ter sido evitado?*, todos os jovens responderam de forma positiva e imediata. Apesar de se obter uma resposta unânime à questão anterior, o mesmo não se verifica nas seguintes. A *perceção* de cada indivíduo relativamente ao locus de controlo está relacionada com o grau de *perceção* que o indivíduo tem sobre as suas experiências, uma vez que são resultados dos seus atos e controláveis, ou não, por si próprios (Esteves, 2012; Kumaravelu, 2018; Lourenço, 2013; Rotter, 1966). Assim, procedeu-se ao questionamento sobre a responsabilidade de estarem internados naquele Centro Educativo, obtendo-se na maioria, independentemente do género, as

seguintes respostas (Gráfico 4): “A culpa é só minha”, “Fui eu que fiz a asneira, a culpa é minha”, “O responsável sou eu”, “A responsabilidade foi minha porque eu é que quis levar uma má vida”. Seguidamente, apresentou-se a seguinte questão: a quem atribui a responsabilidade dos seus atos?, questão onde foi notória a diferença de resposta em função da variável género. Dos nove rapazes entrevistados, a maioria considerou-se responsável pelos seus atos, verificando-se duas exceções: “Depende, às vezes eu era obrigado a vender, outras vendia porque queria” e “Houve uma altura que culpava os meus pais, eles sempre me deixaram com a minha avó, mas agora sei que foi tudo por cabeça minha”. O mesmo resultado não foi visível nas respostas dadas pelo género feminino, culpabilizando, a grande maioria, outros pelos seus comportamentos: “A pessoa a quem eu bati podia ter evitado que isso acontecesse (...)”, “A mim, mas também aos meus amigos porque concordavam sempre”, “A pessoa que me provocou e fez com que eu tivesse aquela reação, teve responsabilidade também”, “A culpa é minha, mas há outra pessoa responsável”, “Aos meus amigos”, “Isso foi culpa dos meus pais (...)” (Gráfico 3).

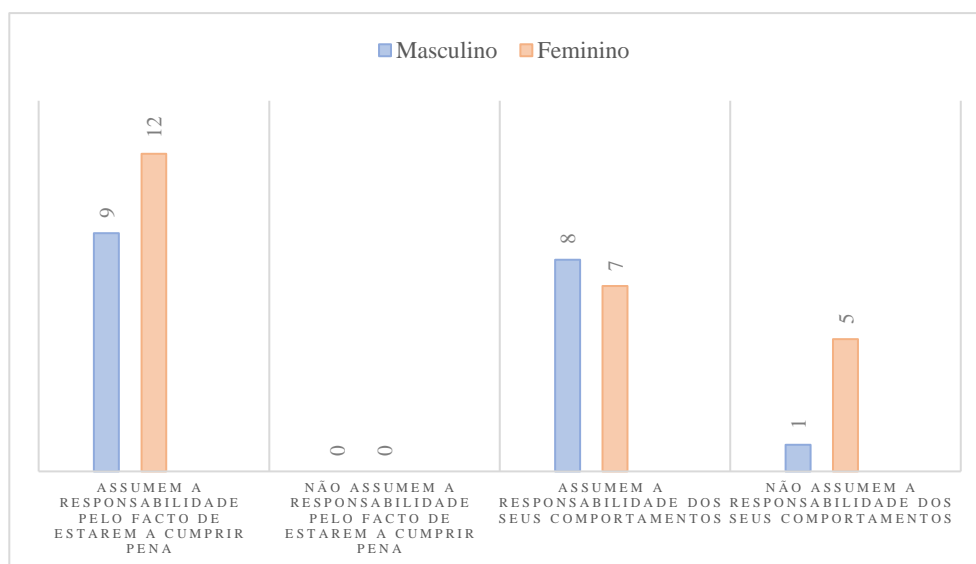


Gráfico 3: Percepção da responsabilidade do seu internamento vs percepção da responsabilidade sobre os seus comportamentos

Relativamente ao facto de, se outra ou outras pessoas deveriam estar naquele lugar, catorze jovens responderam que não, os restantes afirmaram que: *“Sim, os dois que continuam à solta”*, *“Sim, (...) o meu amigo (...) conseguiu fugir e eu que não tinha nada fui apanhado”*, *“Sim, todos eles deviam estar aqui também”*, *“Alguns já estiveram aqui e outros ainda estão”*. Com esta informação percebemos que as raparigas consideram que os seus comportamentos não dependeram do seu controlo, responsabilizando os demais, acreditando que o seu fracasso depende de regras exteriores a si mesmas (Bedel, 2015; Manichander, 2012). Sendo que o controlo individual resulta de várias aprendizagens que vão sendo adquiridas ao longo da vida, o papel da família também se revela fundamental para o desenvolvimento de uma melhor visão do mundo. É a família o elemento que serve de modelo, impulsionando os comportamentos do indivíduo, aquando da tomada de decisões, sobre as escolhas que irá fazer de forma a alcançar determinados objetivos (Lourenço, 2013; Strickland, 1989). Ora, quando através deste elemento, não são transmitidos modelos de coesão e valores que respeitem as normas impostas para viver em sociedade, consequentemente, o indivíduo pode sentir-se desintegrado da sociedade e revelar dificuldades em seguir as normas socialmente impostas. Este efeito verificou-se nas respostas dadas pelas raparigas, grupo que revelou mais dificuldade em conseguir relações estáveis com a família, bem como, na dificuldade de resolução de conflitos entre o núcleo familiar, e que inevitavelmente atribuem a responsabilidade dos seus atos aos demais. Fazendo referência à variável idade, e apesar de não se conseguirem respostas suficientes que comprovem este facto, também se conseguiu constatar que quanta mais idade, maior o aumento da internalidade os jovens possuem, relativamente aos acontecimentos das suas próprias vidas, como podemos ver o exemplo, na seguinte resposta, dada por um jovem de 19 anos: *“Houve uma altura que culpava os meus pais (...) agora sei que foi tudo por cabeça minha”*. No entanto, através das respostas dadas, também se conseguiu averiguar a diferença de

gêneros, constatando que as raparigas, apesar do avançar da idade, nem sempre conseguem alcançar comportamento de internalidade, uma vez que a maioria das jovens que consideraram outros como responsáveis pelo seu comportamento, se encontravam entre os 16 e os 17 anos (Duarte, 2013; Marreiros, 2009). Portanto, podemos considerar que o género masculino detém um maior controlo interno comparativamente com o género feminino. Independentemente do controlo interno ou externo que cada um possui sobre os seus comportamentos, quando interrogados se sentiam arrependimento pelo que fizeram, a totalidade dos jovens responderam que sim, demonstrando consciência da gravidade dos seus atos e das respetivas consequências: *“Sim, (...) além de me prejudicar a mim, também prejudiquei a minha família”, “Sim, ninguém gosta de cometer crimes e cumprir pena”, “Claro, porque estou aqui a perder a minha vida”, “Muito. Sinto que estraguei a minha vida por causa de ser teimosa”, “Sim, depois deste tempo todo que passou, ainda não consigo acreditar que tive coragem para fazer aquilo”, “Sim, muito. Uma menina de 16 anos deve estar a divertir-se com os amigos e não fazer o que eu fiz”*. Sobre o que fariam de diferente, caso pudessem voltar atrás, as respostas incidem sobre a comparência na escola, a tomada de más decisões e o núcleo familiar: *“Tinha ido à escola até terminar e não ia passar tanto tempo a vender”, “Passava mais tempo com a família, não saía sem autorização e ia mais vezes às aulas”, “Tinha feito tudo diferente. Tinha-me esforçado na escola e tinha ouvido a minha mãe (...)”, “Tinha respeitado mais o que os meus pais me diziam”, “Não entrava em brigas com a minha mãe e ouvia o que ela me dizia”, “Evitar brigas e confusões e tinha aceitado volta ao mesmo ano na escola”, Tinha passado mais tempo em casa e arranjado outra forma de ganhar dinheiro”, “Talvez não tivesse seguido maus exemplos e nem me tivesse esforçado para estar naquele grupo”, “Teria dito mais vezes que não aos meus amigos e teria ignorado a situação que me faz estar aqui hoje”*. Ainda assim, alguns jovens consideram que as coisas tinham que acontecer daquela forma, outros

dizem não existir um motivo que justifique tal ato: *“Não sei, não houve nada que me levasse a fazer o que fiz, foi mesmo estupidez”, “Não fazia nada diferente, senão não aprendia com os erros”, “Nunca pensei muito nisso, acho que as coisas tinham que acontecer assim para eu mudar a minha vida”*.

Por fim, a categoria VI, que se relaciona com as perspetivas de cada um face ao seu futuro. A primeira pergunta tentou perceber se os entrevistados *consideram ser pessoas calmas na resolução de conflitos, ou pelo contrário, uma pessoa impulsiva que age de “cabeça quente”?*. À semelhança de outras questões, também nesta se assinalou uma diferença entre o género masculino e feminino, nas respostas dadas por cada um. O género masculino caracterizou-se como menos impulsivo, afirmando que esse tinha sido um dos aspetos que mudou desde a entrada no Centro: *“Antes de estar aqui era mais impulsivo”, “Normalmente sou calmo, ultimamente tenho perdido o controlo das situações”, “Agora sou mais calmo, antes se fosse um para um dava logo”, “Sou uma pessoa calma, mas com os efeitos da droga tornava-me mais agressivo (...)”, “Sou bastante calmo”, “Tudo depende da gravidade da situação, mas acho que até sou calmo”*. No género feminino comprovou-se o oposto, uma vez que as jovens se caracterizaram como mais impulsivas embora algumas admitam uma ligeira mudança: *“Muito impulsiva”, “Depende da situação, mas sou um pouco impulsiva”, “Sou mais impulsiva”, “Sou bastante impulsiva, agora já me controlo um pouco mais”, “Por muito que tente não consigo ter calma (...)”, “Agora sou uma pessoa mais calma” “Agora já não sou, mas antes sim”*. Também este fator pode estar relacionado com o facto de as raparigas terem um locus de controlo mais externo que os rapazes. Acreditando que os acontecimentos das suas vidas não se encontram sob o controlo das mesmas, as raparigas encontram-se mais favorecidas a apresentar baixos níveis de autocontrolo. Mais uma vez podemos verificar a continuidade da teoria geral do crime ou autocontrolo

apresentada por Gottfredson e Hirschi, que defendem que os indivíduos com altos níveis de autocontrolo têm mais facilidade em afastar-se de comportamentos desviantes, em oposição aos indivíduos com baixos níveis de autocontrolo que tem tendência para a prática criminal (Newburn, 2017; Gonçalves, 2008). Os indivíduos com níveis de autocontrolo baixos, são caracterizados como instáveis nas suas relações interpessoais, facto comprovado mais no género feminino do que no masculino, através das respostas dadas sobre as relações familiares e sociais. Outra questão onde são notórias as diferenças entre ambos os géneros foi a seguinte: *O que considera ter mudado em si, desde que iniciou o seu internamento? Quais as mudanças positivas e negativas?* Para os jovens do género masculino todas as mudanças ocorridas até então tinham sido positivas e incidiram sobre a forma de pensar e o comportamento dos jovens: *“Comecei a pensar mais antes de agir, pensar nas consequências”, “Melhorei a minha agressividade e autocontrolo”, “Desde que estou aqui consigo ter mais autocontrolo, mudei a minha postura e reflito mais sobre as coisas”, “Conseguo ouvir mais as pessoas e refletir sobre as coisas”, “O meu comportamento e as minhas atitudes”, “Mudou a minha forma de pensar antes de fazer as coisas, agora respiro fundo, acalmo-me e evito discussões”*. Também o género feminino elencou algumas mudanças positivas, nomeadamente: *“Tudo. O meu comportamento mudou, melhorei na escola, uso mais o diálogo para resolver as coisas (...)”, “Mudou a minha atitude, a minha maneira de pensar. Ganhei novamente interesse pela escola (...)”, “Mudei completamente o meu comportamento, a forma de estar e até de comer. Conseguo ouvir as pessoas até ao fim, respeitar e responder calmamente (...)”, “Mudei em alguns aspetos, a minha forma de resolver as coisas é mais ponderada (...)” “Acho que ganhei mais maturidade. Aprendi a ouvir um não e a lidar com isso, basicamente comecei a respeitar a palavra dos outros e a cumprir regras”*. Contudo, algumas jovens afirmaram não ter mudado nada ou terem ocorrido mudanças negativas: *“Comecei a ser mais calada (...) já não me esforço para que*

as pessoas me compreendam (...)", "Não mudou muita coisa, eu continuo a ser a mesma pessoa (...)", "Mudanças positivas não tive nenhuma (...) sinto-me mais irritada, perturbada (...) estar aqui não muda nada, ainda é pior", "Uma mudança negativa foi o facto de me ter tornado uma pessoa mais fria", "(...) como mudanças negativas, foi o facto da minha raiva aumentar e tornei-me menos tolerante". Analisadas estas respostas podemos refletir sobre o facto de as raparigas entenderem os outros como responsáveis pelos seus comportamentos e não conseguirem compreender ou até mesmo rejeitarem a necessidade de mudança nelas próprias e a dificuldade em refletir sobre os próprios atos. Refletindo sobre o que poderiam ter feito de diferente, as respostas foram idênticas em ambos os géneros, a maioria mudava a sua atitude para com a família e evitavam o seu relacionamento com determinado grupo: "Tinha tentado resolver as coisas de outra forma", "Não tinha feito o que fiz, ouvia os conselhos da minha mãe", "Afastava-me do perigo logo quando me avisaram e evitava aqueles ambientes", "Tinha-me interessado mais pela escola e não passava tanto tempo na rua", "(...) ouvia mais os meus pais e respeitava as regras da comunidade", "(...) não teria conhecido certas pessoas no inicio da má vida (...)", "Tinha dado mais ouvidos à família e tinha arranjado uma forma mais digna de fazer dinheiro", "Não tinha feito tantas coisas por impulso", "(...) nem tinha saído de casa nesse dia, nem feito nada para agradar aos outros". Além de todos os jovens expressarem os seus sentimentos sobre o que poderiam ter feito de diferente, também manifestaram as suas ambições para o futuro. As perspetivas futuras dos rapazes estão interligadas com o próprio desenvolvimento e crescimento a nível pessoal: "Quero ir para uma escola privada (...) não quero voltar para o bairro nem conviver com as mesmas pessoas (...)", "Quero passar mais tempo com a família e arranjar novos amigos", "Eu acho que só é necessário mudar o meu comportamento e pensar mais antes de agir (...)", "Lá fora nada tem que mudar, sou eu quem tem que mudar, fui eu que fiz asneiras", "Quero passar mais tempo com a família, só isso", "Espero conseguir dar um novo

rumo à minha vida e fugir dos problemas". As raparigas além de esperarem mudanças a nível pessoal, também ambicionam uma proximidade e um melhor relacionamento com a família, o que pode ser justificado pela ausência de coesão familiar, ambientes conflituosos e falta de supervisão parental, anteriormente refletidas: *"Espero conseguir continuar e concluir os meus estudos, espero ter uma vida melhor e que os meus pais me acompanhem mais"*, *"(...) quero passar mais tempo em casa com a minha mãe (...) desde que estou aqui também restabeleci uma ligação com o meu pai (...)"*, *"Eu gostava que lá em casa as coisas mudassem (...)"*, *"Espero estar mais próxima da minha família, estar mais presente, ajudá-los e passar bons momentos. Os amigos, vou afastar-me da bandidagem (...)"*, *"Espero sair daqui organizada mentalmente (...) quero criar laços mais fortes com a família e tentarmos ser felizes"*, *"Quero mudar o meu grupo de amigos (...) em relação à família, não quero que eles mudem, porque quem não os respeitava era eu"*, *"Espero conseguir manter uma relação mais próxima com os meus pais e conseguir que haja mais diálogo entre nós (...)"*. Ainda durante as entrevistas, foi pedido aos jovens para idealizar a sua vida daqui a 5/10 anos e a esta questão, todas as suas respostas foram idênticas, imaginando-se a maioria com a escolaridade concluída, a trabalhar, ter casa própria e constituir família. Em jeito de conclusão, os jovens foram questionados sobre o medo de voltarem a reincidir, onde as respostas também variaram entre géneros (Gráfico 5). Dos nove rapazes entrevistados, apenas um respondeu afirmativamente: *"Tenho, tenho medo de voltar a pegar em cenas"*, outro respondeu: *"O único receio que tenho é encontrar pessoas ou grupos rivais e entrar em conflito novamente"*, os restantes responderam convictamente que não: *"Não, a minha cabeça já mudou, já tenho outros pensamentos"*, *"Não, tenho a certeza de que não o vou fazer"*, *"Não, já sei o que passei"*. Contrariamente, das 12 raparigas entrevistadas, cinco demonstraram receio em não conseguir ter controlo sobre os seus atos quando virem a sua medida cumprida: *"Tenho porque já aconteceu uma vez"*, *"Sim, não quero voltar àquela vida, mas tenho*

medo de não conseguir evitar”, “Sim, eu sei que vou voltar às drogas e à vida que tinha”, “(...) se voltar para casa, talvez, eu sei que eles não vão mudar e eu vou voltar a sair de casa e depois na rua não sei o que pode acontecer”, “Sim, tenho medo de continuar a mesma pessoa e voltar aos roubos”, “(...) a meio da medida tinha medo (...) agora com já vou passar os fins de semana fora daqui, já tenho mais contacto com o exterior e já não tenho medo”.

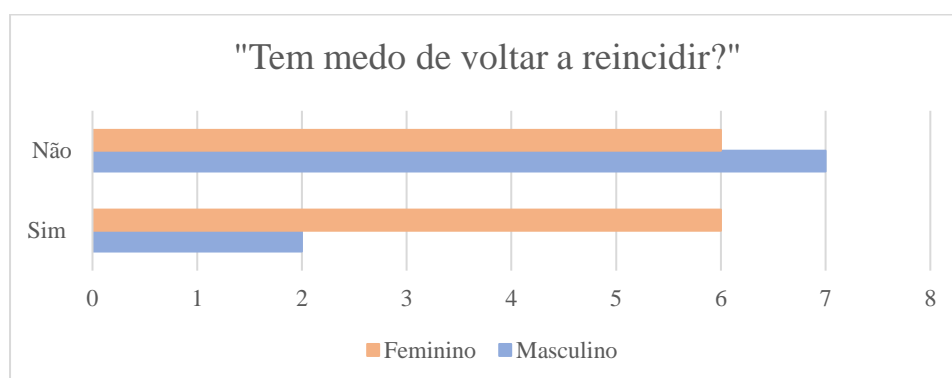


Gráfico 4- Perspetiva face à reincidência

Considerações finais

O presente estudo foi proposto para verificar se existem diferenças de género no locus de controlo sobre o comportamento delincente. Este estudo de caso não teve como objetivo uma extrapolação para todo o universo português, apenas para aquele que se conseguiu apurar, neste caso os jovens a cumprir medidas tutelares educativas no Centro Educativo Navarro de Paiva. Perante os resultados obtidos pode-se afirmar que, apesar de pouco notórias, a diferença de géneros reflete-se de forma distinta na perceção dos jovens relativamente ao seu comportamento.

Nomeadamente na forma como os jovens que apresentam comportamentos delinquentes percecionam a responsabilidade dos seus atos, constata-se que a maioria considera justo o seu internamento e assume que a responsabilidade de se encontrarem institucionalizados e a cumprir medidas tutelares educativas é dos próprios uma vez que, foram eles que praticaram determinados crimes. Contrariamente, as respostas obtidas sobre a responsabilidade dos seus comportamentos e dos atos praticados, refletem que metade das respondentes do género feminino, atribui a culpa a outras pessoas. Ou seja, no que diz respeito à forma como percecionam a responsabilidade dos seus atos, conclui-se que o género masculino possui um locus de controlo mais interno, determinando que o sucedido dependeu exclusivamente do seu controlo e da sua vontade, já o género feminino, apresenta um locus de controlo mais externo, transmitindo a ideia de que os atos por si cometidos foram incentivados por alguém, controlando assim a sua maneira de agir. Desta forma, consegue-se afirmar que se verificam diferenças de género no locus de controlo na delinquência.

Relacionando a variável idade e a sua influência no desenvolvimento do locus de controlo, não se conseguiram obter dados concretos que comprovassem efetivamente esse facto. Apesar de

alguns estudos afirmarem que se verifica um aumento da internalidade com o avançar da idade e que os próprios passam a ser mais capazes de determinar e controlar os acontecimentos à sua volta, neste estudo não foi possível verificar isso, sendo que a maioria dos jovens entrevistados se encontrava entre os 16 e 17 anos de idade. Assim, devido à concentração de jovens nestas faixas etárias, torna-se difícil compreender, comparativamente às restantes idades, se efetivamente existe uma relação entre idade e locus de controlo. No género masculino não se conseguiu averiguar esta correlação, uma vez que, quer os jovens com 15 anos quer os de 17 anos, assumem e aceitam a culpa pelos atos cometidos. Contudo, obteve-se uma resposta de um jovem de 19 anos que confessa ter atribuído a culpa a outros, inicialmente, mas com o passar do tempo, concluiu que é dele a responsabilidade. No género feminino, metade considera-se responsável, outra metade não, o que também não permite retirar conclusões específicas, encontrando-se todas elas entre os 16 e 17 anos. Assim, uma conclusão que se pode retirar, tendo como base a resposta do jovem de 19 anos e as idades já avançadas dos entrevistados, é que ainda que sempre se tenham percebido como responsáveis pelos seus atos, com o avançar da idade, essa percepção não muda. Porém, ainda se pode concluir que, e de acordo com as respostas obtidas, no género feminino não existe correlação entre a idade e o locus de controlo. Posto isto e, de forma a conseguir resultados que comprovem o relacionamento entre estas variáveis, sugere-se a procura de novas investigações com amostras mais amplas, um público-alvo com idades mais diferenciadas e uma recolha de dados com elementos de carácter mais quantitativo.

Outro aspeto importante relacionou-se com o tipo de conduta psicossocial dos atos cometidos pelos jovens sendo que o mesmo está relacionado com a interação entre os aspetos psicológicos e sociais da vida humana, essenciais para a compreensão do comportamento humano. Os aspetos psicológicos dizem respeito aos pensamentos,

emoções, valores, atitudes, comportamentos, à forma como o indivíduo se relaciona com os demais bem como lida com situações desafiadoras. Os aspetos sociais referem-se à interação do indivíduo com os grupos sociais que o envolvem, amigos, escola, família, entre outros. Relativamente aos aspetos psicológicos e características, não foi possível recolher muita informação uma vez que, a identidade dos jovens não podia ser revelada nem podia ser questionado qual o crime que os levou até ali. Contudo, consegue-se perceber que se trata de jovens com personalidade impulsiva e que até ao internamento agiam sem pensar nas consequências. Ora quando deparados com situações desafiadoras, agem por impulso e optam pelo caminho que lhes parece mais fácil, a adoção de comportamentos desviantes, manifestando-se o género feminino como mais impulsivo. Sobre a sua interação com os vários grupos sociais, foram notórias as diferenças entre ambos os géneros, nomeadamente no relacionamento com a família. A nível social, todos os jovens rapazes afirmaram que foram bem aceites no seu grupo de amigos e a maioria confirmou ter sido integrado normalmente sem ter de fazer nada para ser aceite. Por outro lado, algumas das jovens raparigas asseguraram que não foram bem aceites no seu meio social e que tiveram de comprovar que mereciam ser integradas. Também a nível familiar se verificam diferenças, as raparigas confessaram ter ambientes familiares destrutturados, conflituosos e em alguns casos até violentos e por isso a resolução dos problemas familiares não era fácil. O oposto foi reconhecido nas respostas dadas pelos rapazes que transmitem a ideia de ambientes familiares calmos, com algumas discussões, mas de resolução fácil. Concluindo, considera-se que a conduta psicossocial do indivíduo influencia a prática de comportamentos delinquentes sendo que, através de um conhecimento mais profundo sobre a personalidade de cada indivíduo e o seu percurso de vida, pode facilitar a compreensão do tipo de conduta usada por cada um, bem como a obtenção de respostas mais concretas.

O impacto do género na tipologia do comportamento delincente foi outra das questões, cujas respostas obtidas não se revelaram suficiente para compreender tal facto. Como referido anteriormente, tratando-se de jovens menores a cumprir medidas tutelares educativas foi impossível questionar sobre a tipologia do crime cometido, contudo através de algumas respostas dadas pelos jovens, é possível perceber que alguns dos atos delinquentes cometidos pelos rapazes envolvem-se com consumo e tráfico de estupefacientes e furtos recorrendo à violência, ou seja, entendemos tratar-se de crimes para sustento próprio. Ameaça e coação, ofensa à integridade física voluntária simples e roubos dizem respeito aos atos delinquentes exercidos pelas raparigas, o que nos remete para a ideia de que os crimes cometidos por elas podem não ter como principal objetivo a sua autossuficiência, mas sim uma forma de manifestar revolta e descontentamento devido aos maus relacionamentos com os grupos sociais. Tal como mencionado anteriormente, e conseguindo-se averiguar a trajetória de vida dos jovens, permitia uma melhor interpretação sobre a conduta de cada um e do ato criminoso utilizado.

Apesar de todos os objetivos deste estudo terem sido alcançados, ainda se verificam algumas limitações. Uma das principais limitações prende-se com o reduzido número de jovens entrevistados e também com a concentração de idades em determinada faixa etária. De forma a conseguir compreender melhor o aumento do locus de controlo interno com o avançar da idade seria curioso, futuramente, aplicar um estudo em Centros Educativos e Estabelecimentos Prisionais, de modo a atestar se com o avançar da idade, os indivíduos internalizam efetivamente a culpa sobre os atos por si cometidos.

Contudo, percebeu-se que vários são os fatores internos e externos que podem ter influência no comportamento do indivíduo, devendo ter sempre em consideração a sua personalidade e histórias de vida. Entendeu-se também que o locus de controlo interno pode ter um papel

importante no bem-estar do indivíduo, determinando assim o modo com que os próprios conduzem os acontecimentos das suas vidas e a percepção que fazem da mesma. Ainda existem poucas investigações feitas acerca do locus de controlo, nomeadamente na área da delinquência, e era interessante explorar esta área de forma a compreender melhor o comportamento humano e as suas relações pessoais e sociais com base em mais variáveis além do género e da idade. Relativamente à idade e, não conseguindo encontrar com certas respostas que permitam relacioná-la com o locus de controlo, considera-se que também seria uma mais valia estudar esta variável.

Tratando-se de jovens institucionalizados, a intervenção será sempre feita por Técnicos de Reinserção Social que estejam integrados nos Centros Educativos, contudo é importante reforçar a existência de Educadores Sociais nas equipas multidisciplinares. Sendo o Educador Social um agente capacitado para a ressocialização, educação e promoção de competências sociais do indivíduo, considerado como um mediador entre o indivíduo e a sociedade, encontra-se dotado de capacidades e experiências para ser um técnico de reinserção social.

Ainda que investigada por alguns autores, a delinquência juvenil, continua a ser um problema social muitas vezes associado a comportamentos normais da idade. Trata-se de um fenómeno que tem vindo a aumentar no nosso país e, por isso, os estudos e investigações nunca serão em demasia enquanto se tratar de um assunto que merece a atenção de todos nós, uma vez que as consequências destes atos podem ser prejudiciais para a comunidade e para o próprio indivíduo, podendo influenciar todo o seu percurso de vida.

De acordo com a minha percepção e experiência pessoal, este problema social que é a delinquência merece bastante atenção e investigação, pois é através do estudo do comportamento humano e percebendo a origem do mesmo que se consegue um maior

entendimento e uma intervenção adequada às necessidades de cada um.

Realizar esta investigação foi desafiante desde o primeiro dia pois a delinquência, ainda que já bastante estudada, é um tema bastante sensível e complexo. Saber que teria de entrevistar jovens que se encontravam a cumprir medidas tutelares educativas causou alguns receios, mas no final foi uma sensação gratificante. Ainda que sob a vigilância dos técnicos do centro educativo, entrevistar um jovem que já cometeu um crime causa alguma ansiedade uma vez que, não sabemos a história de vida, a personalidade nem a forma como a pessoa vai reagir. Mesmo não entrando em detalhes sobre a personalidade e a história de vida de cada um, no decorrer das entrevistas percebi que se tratava de jovens com percursos de vida instáveis, complicados e, ainda que com poucos anos de vida, apresentam histórias marcantes. Conclui que, na maioria dos casos a necessidade de sobrevivência e de vingarem sozinhos na vida leva o indivíduo a usar todos os meios, mesmo não sendo os mais corretos, para se sentirem realizados. Ao contrário de muitos outros, estes jovens, até ao momento, não tiveram a sorte de entender o significado de afeto, carinho, atenção por parte das suas famílias, alguns por falta de vontade das mesmas outros por falta de vontade própria.

Apesar de um número reduzido da amostra e de não se poder extrapolar nenhum aspeto em concreto, concluo que as diferenças de género na adoção de comportamentos delinquentes se verificam e que independentemente de ambos os géneros se encontrarem expostos aos mesmos contextos e fatores de risco, a influência dos mesmos reflete-se de forma diferente em cada género.

Relativamente ao Locus de Controlo, e existindo ainda poucos estudos nesta área, conseguimos refletir que a internalização ou externalização dos seus comportamentos também depende dos

contextos onde o jovem se encontra inserido e do seu percurso de vida até ao momento. Por exemplo, de acordo com as expectativas sociais e familiares, o género feminino encontra-se mais favorecido comparativamente ao género masculino e por isso, torna-se menos expectável o internamento de raparigas. Contudo, é através destes dois contextos que podemos verificar uma maior externalização do género feminino refletindo-se no seu comportamento as dificuldades de adaptação numa situação de internamento institucional.

Posto isto, é fundamental conhecermos os traços de personalidade e percursos de vida dos indivíduos para que possamos obter dados mais concretos e reais tornando-se impossível a constatação de factos através do estudo de apenas algumas variáveis.

Lista de Referências

- Adak, C., & Sarkar, K. (2021). Gender differences on self-esteem, Locus of Control and resilience among young adolescents. *Journal of research in humanities and social science*, 9(2), 01-06. Obtido de www.questjournals.org
- Ajzen, I. (2005). *Attitude, personality and behavior*.
- Amado, J. (2014). A investigação em Educação e seus paradigmas. *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*, 207-232.
- Amado, J. (2017). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*.
- Amâncio, L. (1993). Género - representações e identidades. *Sociologia - problemas e práticas*(14), 127-140.
- Arnall, E., & Eagle, S. (2009). *Girls and offending- patterns perceptions and interventions*. YJB.
- Bandura, A. (1993). Perceived self-efficacy in cognitive development and functioning. *Education psychologist*, 28(3), pp. 117-148.
- Baptista, V. (2013). *Relações entre a delinquência juvenil e a vinculação*. Mestrado em Psicologia, Universidade de Évora.
- Barros, M. (2015). *Delinquência Juvenil feminina. Fatores de risco e intervenção: vozes de jovens institucionalizadas*. Dissertação de candidatura ao grau de Mestre, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar.
- Batista, I. (2000). Educador Social- Especialistas de mãos vazias. *A página da educação*, 19-20. Obtido de www.apagina.pt
- Becker, H. (1963). *Outsiders: Studies in the Sociology of Deviance*. New York. *The Free Press*.
- Bedel, E. (2015). Assessing Locus of Control by gender and learning styles in pre-service early childhood education students. *International Journal of Education and research*, 3(1).
- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 4(XX), 637-645.
- Bloom, B., & Covington, S. (2001). Effective gender - responsive interventions in juvenile justice: addressing the lives of delinquent girls. *Annual Meeting of the American Society of Criminology Atlanta, Georgia*.

- Bouças, A. (2014). *Diferenças de género e delinquência juvenil: Influência da família e de características da personalidade*. Universidade do Porto.
- Brendtro, L., Mitchell, M., & McCall, H. (2007). Positive Peer Culture: Antidote to "Peer deviance training". *Reclaiming children and youth*, 15, 200-206.
- Candeias, M., & Henriques, H. (2012). Um Século de proteção de crianças e jovens. *III Seminário de I&DT*.
- Carmo, H., & Ferreira, M. (2008). *Metodologia da investigação: guia para a autoaprendizagem*.
- Carrilho, L. (2000). *Influências familiares no desenvolvimento de trajetórias desviantes em adolescentes institucionalizados*. Universidade do Porto.
- Carvalho, A., & Batista, I. (2004). *Educação Social – Fundamentos e estratégias*. Porto Editora.
- Carvalho, J. (2009). *Metodologias do trabalho científico: "saber-fazer" da investigação para dissertações e teses*. Escolar Editora .
- Carvalho, M. J. (2003). *Entre as malhas do desvio: Jovens, espaços, trajetórias e delinquências*. Curso de mestrado em Sociologia, Universidade Nova de Lisboa.
- Carvalho, M. J. (2005). *Jovens, espaços, trajetórias e delinquências. Sociologia, problemas e práticas*.
- Carvalho, M. J. (2010). *Do outro lado da cidade. Crianças, socialização e delinquência em bairros de realojamento*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia.
- Carvalho, M. J. (2017). "Género, delinquência e justiça juvenil: Dinâmicas, riscos e desafios". (J. In Pedroso, P. Branco, & P. Casaleiro, Edits.) *Justiça juvenil: a lei, os tribunais a (in)visibilidades do crime feminino*, 91-126.
- Carvalho, M. J. (2017). Traços da evolução da justiça juvenil em Portugal: Do "menor" à "justiça amiga das crianças". *Configurações. Revista de Sociologia*.
- Carvalho, M., & Serrão, J. (2008). *Delinquência juvenil, justiça e media: representações dos jovens dos Centros Educativos sobre a ação da comunicação social. VI Congresso Português de Sociologia. Mundos Sociais: Saberes e Práticas*.

- Castro, A. (2014). *Severidade punitiva na delinquência juvenil: Psicologização da lei e (re)inserção em âmbito tutelar educativo*. Tese para obtenção do grau de Mestre, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Chartrand, T., & Bargh, J. (1999). The chameleon effect: the perception-behavior link and social interaction. *Journal of personality and social psychology*, 76(6), pp. 893-910.
- Cooney, S., Siobhan, M., & O'connor, C. (2008). Girls in the juvenile justice sistem: Toward effective gender - responsive programming. *What works, Wisconsin-reserch to practice series*, 7.
- Costa, J. (2016). "*Delinquência juvenil no feminino: um olhar através da reinserção social*". Projeto de Graduação, Universidade Fernando Pessoa.
- Costa, S. (2014). *Delinquência juvenil: Estudo das diferenças em busca de sensações e impulsividade entre jovens delinquentes e jovens não delinquentes*. Dissertação de Mestrado integrado em Psicologia, Universidade do Porto.
- Costa, V. (2011). *Grupo de pares e delinquência juvenil: Influência dos pares delinquentes na adolescência*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto.
- Decreto Lei nº323 D/2000, 20 de dezembro. Diário da República. Série I (249).
- DGRSP. (2024). *Os Centros Educativos* . Obtido de <https://dgrsp.justica.gov.pt/>
- Díaz, A. (2006). Uma aproximação à Pedagogia- Educação Social-. *Revista Lusófona de Educação*, 7, 91-104.
- Dionn, J., & Constanzo, A. (2009). Intervención con adolescentes infratores de ley. *El Observador*.
- Duarte, P. (2013). *Bem-estar subjetivo, locus de controlo e auto-estima em adultos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa.
- Duarte, V. (2011). *Os caminhos de Alice do outro lado do espelho: Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*. Tese de Doutoramento , Universidade do Minho.
- Duarte, V. (2012). *Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*. Humus.

- Duarte, V., & Carvalho, M. (2013). (Entre)olhares sobre delinquência no feminino. *Ex Aequo*(28), 31-44.
- Duarte, V., & Carvalho, M. (2013). Crianças, jovens e a cidade: Riscos, violências e delinquências em Portugal. *Latitude* , 7(2), 133-166.
- Duarte, V., & Carvalho, M. (2015). Da delinquência juvenil - contributos para a problematização de um conceito. (M. I. (org), Ed.) *Do crime e do castigo - Temas e debates contemporâneos*.
- Duarte, V., & Carvalho, M. (2015). Da delinquência juvenil - contributos para a problematização de um conceito. (M. I. (org), Ed.) *Do crime e do castigo - temas e debates contemporâneos*.
- Espírito Santo, A. (2014). *Jovens e comportamentos delinquentes: "Ponte"- Programa de prevenção face à recidiva*. Dissertação para a obtenção de grau Mestre, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Esteves, A. (2013). *Vivências da pessoa com doença oncológica avançada progressiva*. Curso de Mestrado em Enfermagem Médico-cirúrgica, Escola Superior de Enfermagem de Coimbra.
- Esteves, B. (2012). *Expectativas, locus de controlo e auto-eficácia face à atual crise: Uma realidade em estudantes universitários*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Faria, T. (2018). *O Centro Educativo como agente de reinserção de jovens em internamento*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.
- Farrington, D. (1993). Childhood origins of teenage antisocial behaviour and adult social dysfunction. *Journal of the Royal Society of Medicine*, 86(1).
- Farrington, D. (2002). Fatores de risco na delinquência juvenil. *Violência nas escolas e políticas públicas*, 25-51.
- Ferreira, M. (s.d.). Identidade de Género e Locus de Controle. *Coletâneas da ANPEPP*.
- Ferreira, P. (1997). Delinquência juvenil, família e escola. *Análise social* , XXXII(143), 913-924.
- Ferreira, P. (2000). Controlo e identidade: a não conformidade durante a adolescência. *Sociologia, problemas e práticas*(33), 55-85.

- Figueiredo, M. (2011). *Locus de controlo: variável influente ou influenciada pelo desempenho na matemática?* Mestrado em Supervisão Pedagógica, Universidade Aberta.
- Formiga, N., Aguiar, M., & Omar, A. (2008). Busca de sensação e condutas anti-sociais e delitivas em jovens . *Psicologia, ciência e profissão*, 28(4), 668-681.
- Giddens, A. (2008). *Sociologia*. (6ª edição) Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian .
- Gomes, I. (2010). *Acreditar no futuro*. Texto.
- Gomes, R. (2013). *Diminuindo a Delinquência Juvenil- um Programa de Prevenção Comunitária*. Projeto de Graduação, Universidade Fernando Pessoa.
- Goodstadt, B., & Hjelle, L. (1973). Power to the powerless: locus of control and the use of power . *Journal of personality and social psychology* , 27(2), pp. 190-196.
- Hadjar, A., Baier, D., Boehnke, K., & Hagan, J. (2007). Juvenile delinquency and gender revisited. *European Journal of Criminology* , 4(1), 33-58. Obtido de <http://euc.sagepub.com/cgi/content/abstract/4/1/33>
- Higgins, E. (2000). Does personality provide unique explanations for behavior? Personality as cross-person variability in general principles. *European journal of personality*, 14(5), pp. 391-406.
- Hill, G., & Atkinson, M. (1988). Gender, familial control and delinquency. *Criminology* , 26(1), 127-149.
- Iaralha, L. (2015). *Fatores de risco subjacentes à delinquência juvenil*. Projeto de Graduação, Universidade Fernando Pessoa .
- Kormanik, M., & Rocco, T. (2009). Internal versus external control of reinforcement: a review of the locus of control construct. *Humans resource development review* , 8(4), pp. 463-483.
- Kumaravelu, G. (2018). Locus of control in school students and its relationship with academic achievement. *Journal on School Educational Technology* , 13(4).
- Le Blanc, M., & Janosz, M. (2002). Regulação familiar da conduta delinquente em adolescentes. *Comportamento anti-social e família: uma abordagem científica*, 37-92.
- Leal, J. (2007). *Crime no feminino: trajetórias delinquentiais de mulheres*. Coimbra: Almedina.
- Lei nº 147/99, 1 de setembro. Diário da República. Série I(A) (204).

- Lei nº 166/99, 14 de setembro. Diário da República. Série I(A) (215).
- Lemos, I. (2010). Risco psicossocial e psicopatologia em adolescentes em percurso delinquente. *Análise Psicológica*, 1 (XXVIII), 117-132.
- Lima, F. (2010). *Fatores de risco precoces para problemas emocionais e de comportamento em crianças e pré-adolescentes*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Lourenço, S. (2013). *Vinculação, locus de controlo e violência entre pares, em jovens*. Dissertação para obtenção Grau de 2º ciclo em Psicologia, Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias.
- Lucchini, R. (1997). A mulher e a desviância ou o debate sobre a especificidade da delinquência feminina. *Infância e Juventude*, 2, 71-126.
- Machado, P. (2008). Abordagem sócio-ecológica do comportamento anti-social em meio urbano. *VI Congresso Português de Sociologia- Mundos Sociais: saberes e práticas*, 1-16.
- Maia, J., & Williams, L. (2005). Fatores de risco e fatores de proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão da área. *Temas em Psicologia*, 13(2), 91-103.
- Manichander, T. (2014). Locus of Control and Performance: Widening Applicabilities. *Indian Journal of Research*, 3(2), 84-86.
- Marques, A. (2021). *Intervenção com crianças e jovens em contexto de acolhimento residencial*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Santarém.
- Marreiros, N. (2009). Considerações teóricas sobre o conceito Locus de Controlo: reflexões acerca do seu potencial preventivo. (IDT, Ed.) *Revista toxicodependências*, 15(3), 61-68.
- Martins, R. (2009). *A delinquência juvenil contada por ambos os géneros: estudo qualitativo sobre o crime, a violência e a mudança*. Tese de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Mateus, M. (2012). O educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas. *EDUSER: revista da educação*, 4(1).
- Matos, M., Simões, C., & Batista-Foguet, J. (2008). Juvenile delinquency: analysis of risk and protective factors using quantitative and qualitative methods. *Cognition, Brain, Behavior. An Interdisciplinary Journal*, XII(4), 389-408.

- Mendes, F. (2020). *Conhecer a parentalidade para prevenir a delinquência: a influência da família na delinquência juvenil*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto.
- Milheiras, M. (2011). *Programa de prevenção da transgressão juvenil: "diversão sem adição"*. Dissertação de Mestrado, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias .
- Millet, P. (2005). *Locus of control and its relation to working life: studies from the fields of vocational rehabilitation and small firms in sweden*. Doctoral Thesis, Lulea University of Technology.
- Minayo, M. (2002). *Pesquisa social. Teoria, método e criatividade, (21 edição)*.
- Mohanty, A. (2021). Gender difference in Locus of Control: a comparative study. *The International Journal of Indian Psychology* , 9(4), 935-949.
- Morais, C. (2013). *Investigação: do problema aos resultados*.
- Murray, J., & Farrington, D. (2010). Risk factors for conduct disorder and delinquency: key findings from longitudinal studies. *The Canadian Journal of Psychiatry* , 55(10), 633-642.
- Murthy, L., & Tapas, D. (2021). Locus of Control: Conceptualization, application and predictive ability- A literature review. *Turkish online journal of qualitative inquiry (TQJQI)*, 12(7), pp. 4077-4092.
- Negreiros, J. (2001). *Delinquências Junvenis: Trajectórias, intervenção e prevenção*. Porto: LlvPsic.
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências Juvenis - trajectórias, intervenção e prevenção*. Porto: Legis Editora.
- Neto, J. (2008). *Anomia*. Obtido de Webartigos: <https://www.webartigos.com/artigos/anomia/3730/>
- Neves, T. (2007). A defesa institucional numa instituição total: o caso de um centro de internamento de menores delinquentes. *Análise social, XLII(85)*, 1021-1039.
- Newburn, T. (2017). *Criminology (3ª ed.)*. New York: Routledge.
- Nunes, A. (2014). *Delinquência juvenil, família e internamento: as perceções de jovens a cumprir medida tutelar em centro educativo*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto.
- Oliveira, A. (2020). *Perceções da pessoa com deficiência face à formação e ao trabalho*. Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico de Bragança.

- Oliveira, P. (2011). *Atitudes e crenças antissociais na delinquência juvenil: diferenças em função da idade, do género, e do padrão antissocial*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto.
- Pais, M. (2012). *Delinquência juvenil: as consequências da ausência de vínculos familiares na adopção de comportamentos desviantes*. Monografia apresentada para obtenção do grau de Licenciado, Universidade Fernando Pessoa.
- Pandey, D. (2023). Impact of Locus of Control on attitude formation. *The international journal of indian psychology*, 11(3), pp. 2471-2477.
- Pereira, T. (2021). *Riscos e perigos da internet e das redes sociais: concepções de pais/encarregados de educação e de crianças dos 1º e 2º ciclos do Ensino Básico*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Bragança.
- Pérez-Serrano, G. (2003). *Pedagogia social : construcción científica e intervención practica*. Madrid: NARCEA.
- Piquero, N., Gover, A., MacDonald, J., & Piquero, A. (2005). The influence of delinquent peers on delinquency. Does gender matter? *Youth & Society*, 36(3), 251-275. Obtido de <http://yas.sagepub.com>
- Pral, C. (2007). *Oportunidade e risco: suporte social e factores psicossociais associados ao fenómeno da delinquência juvenil*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Psicologia Aplicada.
- Report, W. Y. (2003). *Juvenile Delinquency* (Vol. Chapter 7).
- Ribeiro, M., & Sani, A. (2009). Risco, proteção e resiliência em situações de violência. (P. E. Pessoa, Ed.) *Revista da Faculdade de Ciências da Saúde*, 400-407.
- Ricardo, R. (2013). *A(s) realidade(s) do Educador Social no Algarve*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Algarve.
- Rotter, J. (1966). *Generalized expectancies for internal versus external control of reinforcement* (Vol. 80).
- Sampaio, M. (2010). *O outro lado da vida- Delinquência Juvenil e Justiça*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto.
- Santos, A. (2019). *Fatores individuais e de socialização da delinquência juvenil: uma perspectiva desenvolvimental*. Tese de Doutoramento, Universidade do Porto.

- Santos, B. (2011). *Delinquência Juvenil: a percepção dos jovens relativamente ao crime e à violência*. Dissertação de Mestrado, Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.
- Schoen-Ferreira, T., Aznar-Farias, M., & Silveiras, E. (2003). A construção da identidade em adolescentes: um estudo exploratório. *Estudos de Psicologia*, 8(1), 107-115.
- Shader, M. (2003). Risk factors for delinquency: an overview. *Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention*.
- Silva, A., & Machado, H. (2012). A reconstrução identitária nos jovens institucionalizados em Centros Educativos. *VII Congresso Português de Sociologia*, 2-15.
- Simões, M. (2005). *Comportamento de risco na adolescência*. Dissertação para obtenção do grau de Doutor, Universidade Técnica de Lisboa.
- Sousa, C. (2019). *O caminho para o sucesso: o Educador Social na mediação de programas socioeducativos no combate ao insucesso/abandono escolar*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Bragança.
- Sousa, G. (2017). *Percepções de jovens ofensores sobre as suas trajetórias na delinquência juvenil*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Porto.
- Sparks, P., Ajzen, I., & Hall-box, T. (2002). Perceived behavior control, self-efficacy, locus of control and the theory of planned behavior. *Journal OF Applied Social Psychology*, 32(4), pp. 665-683.
- Steffensmeier, D., & Allan, E. (1996). Gender and crime: toward a gender theory of female offending. *Annual review of sociology*.
- Strickland, B. (1989). Internal external control expectancies: from contingency to crcavity. *American Psychologist*, 44, 1-12.
- Teixeira, C. (2008). *O jovem delinvente em contexto escolar*. Dissertação de Mestrado, Universidade Portucalense.
- UNICEF. (1989). *Convention on the Rights of the Child*.
- Vaqueiro, C. (2023). *Percepções dos técnicos de reinserção social sobre o impacto da justiça restaurativa na (re)educação de jovens delinquentes*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Bragança.

- Veiga, S., & Cardoso, D. (2011). O profissional de Educação Social num lar de infância e juventude. *Revista galego-portuguesa de psicología e educação*, 19, 21-34.
- Ventura, F. (2010). *Auto-eficácia, autodeterminação, bem-estar psicológico e delinquência: um estudo exploratório com jovens internados em centro educativo*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra.
- Viegas, L. (2015). A Educação Social em contexto escolar: contributos para a definição de áreas de intervenção e para o perfil do Educador Social nas escolas. *Praxis Educare*, 8-11. Obtido de <http://www.aptses.pt/wp-content/uploads/2019/12/PRAXIS-EDUCARE-n.%C2%BA-2-2015.pdf>
- Vinet, E., & Bañares, P. (2009). Caracterización de personalidad de mujeres adolescentes infractoras de ley: un estudio comparativo. *Paideia*, 19(43), 143-152. Obtido de www.scielo.br/paideia
- WHO. (2004). *Preventing violence: a guide to implementing the recommendations of the world report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.
- Zahn, M., Agnew, R., Fishbein, D., Miller, S., Winn, D., Dakoff, G., . . . Chesney-Lind, M. (2010). Causes and correlates of girl's delinquency. *Girls study group: understanding and responding to girl's delinquency*, 02-20. Obtido de www.ojp.usdoj.gov
- Zanella, L. (2013). *Metodologia de pesquisa*. Pró-reitoria de Ensino de Graduação, Universidade Federal de Santa Catarina.

ANEXOS

Anexo 1- Pedido de autorização para a investigação



Ex.º Sr. Diretor- Geral da Reinserção e Serviços Prisionais

Eu, Diana Catarina Teixeira Massano, aluna do 2º ano de Mestrado em Educação Social-Educação e Intervenção ao Longo da Vida na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, encontro-me atualmente a desenvolver uma Dissertação de Mestrado intitulada “*Diferenças de género no Locus de Controlo na Delinquência*” sob orientação científica do Professor Mestre Paulo Resende. Venho por este meio solicitar a V.ª Ex.ª uma autorização para a realização de entrevistas a jovens institucionalizados em Centros Educativos, que tem como finalidade, recolher dados que permitam concretizar o estudo empírico da dissertação, cujos objetivos são verificar se existem diferenças entre os géneros no Locus de Controlo relativamente ao seu comportamento delinvente, compreender de que forma os jovens que apresentam comportamentos delinquentes percecionam a responsabilidade dos seus atos, perceber de que forma a idade influencia o desenvolvimento do Locus de Controlo, identificar o tipo de conduta psicossocial dos atos cometidos e compreender o impacto do género na tipologia do comportamento delinvente.

Atendendo ao Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD – Regulamento 2016/679, de 27 de abril) sublinho que, nos trabalhos desenvolvidos, não serão divulgados quaisquer nomes e dados pessoais dos intervenientes, dos técnicos e das instituições.

Agradeço desde já a colaboração prestada e com o compromisso de cumprimento das normas éticas que presidem a este tipo de estudo, coloco-me à disposição de V.ª Ex.ª para qualquer esclarecimento que considere importante.

Com os melhores cumprimentos,

A mestranda,

Diana Catarina Teixeira Massano

(Diana Catarina Teixeira Massano)

Anexo 2. Autorização para a realização da investigação

Exmo(a) Senhor(a)
Dra. Diana Catarina Teixeira Massano

Dianamassano21@hotmail.com

V/ referência	N/ referência	Ofício N.º	Data
		47/CCCRE	21.03.2024

Assunto: Investigação académica para Mestrado em Educação Social no IP Bragança

Tenho a honra de informar V. Exa que, por despacho do Sr. Diretor-Geral, Dr. Rui Abrunhosa Gonçalves, datado de 21/03/2024, está autorizada, no âmbito do Mestrado em Educação Social e Intervenção ao Longo da Vida, no Instituto Politécnico de Bragança, a realizar a investigação académica no Centro Educativo Navarro de Paiva, envolvendo jovens de ambos os sexos.

Considerando o interesse do projeto, este estudo, foi autorizado, mediante as seguintes condições:

- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direção do Centro Educativo, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação do quotidiano;
- o desenvolvimento do estudo esteja sempre dependente da disponibilidade dos inquiridos para, após consentimento informado, colaborarem, reservando-se-lhes o direito de, a qualquer momento, poderem interromper a sua cooperação;
- a investigadora fique obrigada a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia ao Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas.

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Morada 1: Travessa Cruz do Torel, 1 – 1150-122 Lisboa
Morada 2: Rua Braamcamp, 90 – 1250-012 Lisboa
Tel. (+351) 218 812 200 | Fax (+351) 218 853 653
correio.dgrsp@dgrsp.mj.pt | dgrsp.justica.gov.pt

Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas
Travessa Cruz do Torel, 1 – 1150-122 Lisboa
Tel. (+351) 218 812 200 | Fax (+351) 218 853 653
cccre@dgrsp.mj.pt

Considerando o número de investigações académicas, atualmente a decorrer, alerta-se para a possibilidade de a direção do centro educativo poder vir a calendarizar a investigação para um momento mais oportuno.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe de Equipa



JJ Semedo Moreira

ML/2024

Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Morada 1: Travessa Cruz do Tórel, 1 – 1150-122 Lisboa
Morada 2: Rua Braemcamp, 90 – 1250-012 Lisboa
Tel. (+351) 218 812 200 | Fax (+351) 218 853 653
correio.dgrsp@dgrsp.m.pt | dgrsp.justica.gov.pt

Centro de Competências de Comunicação e Relações Externas
Travessa Cruz do Tórel, 1 – 1150-122 Lisboa
Tel. (+351) 218 812 200 | Fax (+351) 218 853 653
cccre@dgrsp.m.pt

Anexo 3- Pedido de colaboração ao Diretor do Centro Educativo Navarro de Paiva



Ex. ° Sr. Diretor do Centro Educativo Navarro de Paiva

Eu, Diana Catarina Teixeira Massano, aluna do 2º ano de Mestrado em Educação Social-Educação e Intervenção ao Longo da Vida na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, encontro-me atualmente a desenvolver uma Dissertação de Mestrado intitulada “*Diferenças de género no Locus de Controlo na Delinquência*” sob orientação científica do Professor Mestre Paulo Resende. Desta forma, e tendo já obtido autorização por parte da Direção Geral da Reinserção e dos Serviços Prisionais, venho por este meio solicitar a V.ª Ex.ª colaboração para a realização de entrevistas a jovens institucionalizados no Centro Educativo Navarro de Paiva, com o objetivo de recolher dados que me permitam concretizar o estudo empírico da minha dissertação, cujos objetivos são verificar se existem diferenças entre os géneros no Locus de Controlo relativamente ao seu comportamento delinvente, compreender de que forma os jovens que apresentam comportamentos delinquentes percecionam a responsabilidade dos seus atos, perceber de que forma a idade influencia o desenvolvimento do Locus de Controlo, identificar o tipo de conduta psicossocial dos atos cometidos e compreender o impacto do género na tipologia do comportamento delinvente.

Atendendo ao Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD- Regulamento 2016/679, de 27 de abril) sublinho que, nos trabalhos desenvolvidos, não serão divulgados quaisquer nomes e dados pessoais dos intervenientes e dos técnicos.

Agradeço desde já a colaboração prestada e com o compromisso de cumprimento das normas éticas que presidem a este tipo de estudo, coloco-me à disposição de V.ª Ex.ª para qualquer esclarecimento que considere importante.

Com os melhores cumprimentos,

A mestranda

Diana Catarina Teixeira Massano

Anexo 4- Guião de entrevista

Guião de entrevista

A presente entrevista enquadra-se numa investigação que tem como objetivo verificar se existem diferenças de género no locus de controlo sobre o comportamento delinvente percebendo qual o impacto da idade e do género na forma como os jovens percecionam a responsabilidade dos seus atos. A colaboração é voluntária estando garantida a confidencialidade das pessoas envolvidas.

Obrigada pela colaboração e pela disponibilidade.

População- alvo: jovens que frequentem Centros Educativos

Objetivos: Verificar se existem diferenças entre os géneros no locus de controlo sobre o comportamento delinvente; compreender de que forma os jovens que apresentam comportamentos delinquentes percecionam a responsabilidade dos seus atos; perceber de que forma a idade influencia o desenvolvimento do locus de controlo; identificar o tipo de conduta psicossocial dos atos cometidos e compreender o impacto do género na tipologia do comportamento delinvente.

Objetivos	Tópicos/Questões orientadoras
I – Apresentação e legitimação de entrevista e motivação do entrevistado	-Agradecer a disponibilidade -Apresentação da entrevistadora e exposição dos objetivos da entrevista -Esclarecimento de questões ligadas à confidencialidade e às formas de anotação

	-Pedido de autorização para consumir a realização das entrevistas
II – Caracterização pessoal	-Idade -Gênero -Escolaridade
III – Relações familiares e sociais e o percurso de vida do/a jovem	-Com quem vivia, antes de vir para aqui? -De uma maneira geral, como definiria o seu ambiente familiar? -Que relação tinha com a sua família? -Quando havia conflitos ou problemas entre os membros familiares, como normalmente se resolviam os problemas? -Foi bem aceite no seu grupo de amigos? -Entre os seus amigos, foi integrado normalmente ou teve de provar o seu valor para ser aceite? -Que tipo de relação mantinha com os seus amigos mais próximos? -O que costuma fazer com os seus amigos? -Aquele que considera ser o seu melhor amigo mantinha os mesmos comportamentos que você ou tinha uma postura diferente? -Via os seus amigos como exemplo a seguir ou você é que servia de exemplo? Porquê? -Que tipo de influência no seu comportamento teve o seu grupo de amigos?

	<p>-Quando havia discussões ou conflitos no seu grupo de amigos, como se resolviam as diferenças?</p> <p>-A frequência da escola foi importante para si, ou pelo contrário, só ia à escola porque era obrigatório?</p> <p>-Era pontual e assíduo?</p> <p>-Na escola, o que gostava mais de fazer? E menos?</p> <p>-Tinha muitos castigos? Alguma vez foi chamado ao Conselho Diretivo?</p> <p>-Dos comportamentos menos positivos, quais eram os mais frequentes?</p>
<p>IV – Origem do comportamento delinquente</p>	<p>-É a primeira vez que se encontra num Centro Educativo?</p> <p>-Quais os principais motivos que o/a levaram a ter este comportamento?</p> <p>-Consegue descrever a reação da sua família e do seu grupo de amigos ao seu internamento?</p> <p>-Face ao que se passou, considera justo o seu internamento?</p>
<p>V – Perceção dos jovens relativamente aos atos cometidos</p>	<p>-Considera que o que aconteceu poderia ter sido evitado?</p> <p>-O que faria de diferente, caso pudesse voltar o tempo atrás?</p> <p>-A quem responsabiliza o facto de estar aqui internado?</p> <p>-A quem atribui a responsabilidade dos seus comportamentos?</p> <p>-Considera que outra pessoa ou pessoas deveriam estar aqui no seu lugar?</p> <p>-Sente arrependimento pelo que fez? Porquê?</p>

<p style="text-align: center;">VI- Perspetivas face ao futuro</p>	<p>-De uma forma genérica, considera ser uma pessoa calma na resolução de conflitos, ou pelo contrário, uma pessoa impulsiva e de “cabeça quente”?</p> <p>-O que considera ter mudado em si, desde que iniciou o seu internamento? Quais as mudanças positivas e negativas?</p> <p>-Se o tempo voltasse atrás, o que faria de diferente?</p> <p>-O que pensa que poderia mudar em si para não estar numa situação como esta?</p> <p>-Depois de cumprir a medida de internamento, que mudanças a nível pessoal e social espera na sua vida?</p> <p>-Caso tivesse sido um filho/ familiar próximo a fazer o que fez, como o aconselharia?</p> <p>-Tem medo de voltar a reincidir?</p> <p>-Como se vê daqui a 10 anos?</p>
<p style="text-align: center;">VII- Finalizar a entrevista</p>	<p>-Agradecer pela disponibilidade</p>

Anexo 6- Termo de consentimento informado

Termo de consentimento informado

O meu nome é Diana Catarina Teixeira Massano, sou aluna do 2º ano de Mestrado em Educação Social – Educação e Intervenção ao Longo da Vida, na Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Bragança, e encontro-me a realizar uma dissertação cujo tema é "*Diferenças de género no locus de controlo na delinquência*" que tem como principais objetivos: verificar se existem diferenças entre os géneros no locus de controlo relativamente ao seu comportamento delinquente, compreender de que forma os jovens que apresentam comportamentos delinquentes percecionam a responsabilidade dos seus atos, perceber de que forma a idade influencia o desenvolvimento do locus de controlo, identificar o tipo de conduta psicossocial dos atos cometidos e compreender o impacto do género na tipologia do comportamento delinquente.

De forma a cumprir o Regulamento de Proteção de Dados e de acordo com o artigo 85º do Decreto-Lei nº 323-D/2000 de 20 de dezembro, não é permitida a gravação de áudio ou vídeo no interior do Centro Educativo bem como não é permitida a revelação da entidade dos jovens internados. Desta forma e em cumprimento com a Lei, a participação neste estudo consistirá na resposta oral a um conjunto de perguntas, cuja duração não excederá os 20 minutos e o seu registo será feito de forma manual. Uma vez que deve ser preservada a identidade dos jovens, o presente termo serve como autorização geral, tendo sido autorizados pelo Sr. Diretor do Centro Educativo Navarro de Paiva, a participar neste estudo, 12 raparigas e 9 rapazes.

Desta forma, e depois de ter sido fornecida oralmente mais informação pormenorizada sobre a investigação em causa, esclarecidas todas as dúvidas, assegurada a confidencialidade e proteção de dados e o seu uso exclusivo no seu âmbito e após terem sido esclarecidas questões respeitantes aos seus direitos enquanto entrevistado/a aceitaram de livre vontade, participar neste estudo.

Diretor do Centro Educativo: _____

(José Daniel Alcázar Amaro)

Entrevistadora: _____

(Diana Massano)

15 de julho de 2024



Anexo 7- Análise de conteúdo- Quadro de resultados

		Género masculino	Género feminino
III – Relações familiares e sociais e o percurso de vida do/a jovem	Com quem vivia, antes de vir para aqui?	<p><i>“Vivia com o meu pai” (17 anos)</i></p> <p><i>“Vivia numa instituição, mas antes vivia com os meus pais” (15 anos)</i></p> <p><i>“Estava numa instituição, mas antes morava com o meu pai” (16 anos)</i></p> <p><i>“Vivia com a minha mãe, padrasto e irmã” (15 anos)</i></p> <p><i>“Com os meus tios” (16 anos)</i></p> <p><i>“Com a minha avó” (19 anos)</i></p> <p><i>“Vivia com a minha avó” (17 anos)</i></p> <p><i>“Morava com a minha mãe, padrasto e irmãs” (15 anos)</i></p> <p><i>“Com o meu pai e irmãs” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Estava numa casa de acolhimento, mas vivi com os meus pais até aos 15 anos” (17 anos)</i></p> <p><i>“Vivia numa instituição, mas antes morava com a minha mãe e o meu padrasto” (16 anos)</i></p> <p><i>“Estava numa instituição, mas antes disso vivia com a minha mãe” (14 anos)</i></p> <p><i>“Com a minha mãe e avó” (16 anos)</i></p> <p><i>“Vivia com os meus pais, irmãos e avó” (15 anos)</i></p> <p><i>“Estava numa casa de acolhimento, mas antes com os pais e irmão” (17 anos)</i></p> <p><i>“Com a minha mãe e o meu irmão” (15 anos)</i></p> <p><i>“Vivia com a minha mãe e depois fui para uma instituição” (17 anos)</i></p> <p><i>“Com os meus pais” (16 anos)</i></p> <p><i>“Eu estava numa instituição, mas antes morava com a minha mãe” (16 anos)</i></p> <p><i>“Com os meus avós e a minha mãe” (16 anos)</i></p> <p><i>“Só vivia com o meu pai” (17 anos)</i></p>

	<p>De uma maneira geral, como definiria o seu ambiente familiar?</p>	<p><i>“Dava-me bem com ele, éramos só um para o outro” (17 anos)</i> <i>“Era bom, normal” (15 anos)</i> <i>“Não era u ambiente bom” (16 anos)</i> <i>“Era um ambiente bom, normal” (15 anos)</i> <i>“Bom, era bom” (16 anos)</i> <i>“Era bom” (19 anos)</i> <i>“Era normal” (17 anos)</i> <i>“Era normal, como todas as famílias” (15 anos)</i> <i>“Era bom” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Era boa, normal...” (17 anos)</i> <i>“Era mau” (16 anos)</i> <i>“Era normal, a minha mãe também não passava muito tempo em casa” (14 anos)</i> <i>“Era muito complicado, havia muitas confusões” (16 anos)</i> <i>“Havia muita discussão, mas quando não discutiam era bom” (15 anos)</i> <i>“Tínhamos um mau ambiente familiar, nada corria bem” (17 anos)</i> <i>“Tínhamos um ambiente bom” (15 anos)</i> <i>“Era tóxico. Eu não conseguia ser contrariada e tinha ataques de raiva, destruía tudo que me aparecia à frente. Queria sempre tudo à minha maneira, e como não podia sair, fugia de casa” (17 anos)</i> <i>“Era uma família destruída, mas o ambiente não era dos piores” (16 anos)</i> <i>“Normalmente, era boa, mas quando discutíamos era péssimo” (16 anos)</i> <i>“Era normal, tínhamos as nossas coisas, mas nada de especial” (16 anos)</i> <i>“Péssimo” (17 anos)</i></p>
	<p>Que relação tinha com a sua família?</p>	<p><i>“Tinha uma boa relação com o meu pai e mantinha contacto com alguma família” (17 anos)</i></p>	<p><i>“Era uma relação normal como todas as famílias” (17 anos)</i></p>

		<p><i>“Boa relação” (15 anos)</i> <i>“Era uma relação conflituosa” (16 anos)</i> <i>“Dava-me bem eles” (15 anos)</i> <i>“Uma relação normal” (16 anos)</i> <i>“Tínhamos uma relação boa” (19 anos)</i> <i>“Só éramos os dois, tínhamos uma boa relação” (17 anos)</i> <i>“Também era boa” (15 anos)</i> <i>“Era uma relação boa também” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Relação má” (16 anos)</i> <i>“Apesar de não nos entendermos muito bem, até era boa” (14 anos)</i> <i>“Dávamo-nos mal por causa das discussões” (16 anos)</i> <i>“Tínhamos uma boa relação, menos quando discutíamos” (15 anos)</i> <i>“Com o meu pai e o meu irmão dava-me bem, com a minha mãe a relação era muito má” (17 anos)</i> <i>“Dávamo-nos os três bem” (15 anos)</i> <i>“Não nos conseguíamos entender” (17 anos)</i> <i>“Era uma relação fingida, só me dava com eles porque eram família” (16 anos)</i> <i>“Apesar das discussões, até nos dávamos bem” (16 anos)</i> <i>“Dávamo-nos bem, às vezes discutíamos todos, mas gostávamos uns dos outros” (16 anos)</i> <i>“Quase não tinha relação, não passava tempo nenhum em casa. Só falava com o meu pai quando lhe ligava a pedir dinheiro” (17 anos)</i></p>
--	--	--	---

	<p>Quando havia conflitos ou problema entre os membros familiares, como normalmente se resolviam os problemas?</p>	<p><i>“Depende do tipo de problema, mas resolvíamos bem, também não havia muitos problemas” (17 anos)</i></p> <p><i>“Resolviam-se com diálogo” (15 anos)</i></p> <p><i>“Era complicado, eram discussões atrás de discussões” (16 anos)</i></p> <p><i>“Era fácil, também não havia muitos problemas” (15 anos)</i></p> <p><i>“Resolviam-se normalmente” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não havia conflitos entre nós, às vezes a minha avó chamava-me à atenção, mas eu respeitava-a” (19 anos)</i></p> <p><i>“Normal, falando sobre as coisas” (17 anos)</i></p> <p><i>“Resolvíamos com base no diálogo” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não havia grandes discussões, éramos pacíficos” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Não se resolviam muito bem... eu partia tudo porque não me deixavam sair” (17 anos)</i></p> <p><i>“Era difícil” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não era fácil. Havia muito bate boca, dizíamos coisas más uma à outra. Eu enervava-me e saía de casa e só voltava passado um ou dois dias” (14 anos)</i></p> <p><i>“Não se resolviam, era uma discussão atrás da outra. Já eram tantos problemas que as discussões não tinham fim” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não se resolviam muito bem, eu passava mais tempo na rua para não estar em casa e não ouvir nada” (15 anos)</i></p> <p><i>“Eu fugia dos problemas sempre. Quando chegava a casa já estava tudo resolvido” (17 anos)</i></p> <p><i>“Como não costumávamos ter muitos problemas, quando havia alguma discussão, eu não sabia como lidar, virava costas e saía de casa” (15 anos)</i></p> <p><i>“Quando havia problemas eu acabava sempre por ir no INEM para a psiquiatria” (17 anos)</i></p>
--	---	---	---

			<p><i>“Com silêncio. Discutíamos e toda a gente se calava, andávamos uns dias sem falar uns com os outros até voltar tudo ao normal” (16 anos)</i></p> <p><i>“Resolvíamos com pancada, íamos ao extremo e acabávamos a bater uma na outra” (16 anos)</i></p> <p><i>“Ao início era fácil de resolver as discussões, depois começou a ser mais complicado e eu comecei a fugir de casa porque ultimamente já havia discussões todos os dias” (16 anos)</i></p> <p><i>“Eu não fazia vida em casa, por isso não havia discussões” (17 anos)</i></p>
	Foi bem aceite no seu grupo de amigos?	<p><i>“Sim, fui” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (15 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (15 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (19 anos)</i></p> <p><i>“Fui, sim” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim, fui” (15 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Sim, fui” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, sempre” (14 anos)</i></p> <p><i>“Sim, sempre me dei com toda a gente” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, fui” (15 anos)</i></p> <p><i>“Até ao 5º ano não, mas depois comecei a integrar-me melhor, mas nunca tive amizades muito próximas” (17 anos)</i></p> <p><i>“Até agora sim” (15 anos)</i></p>

			<p><i>“Mais ou menos, não éramos bem amigos, só nos dávamos para fazer coisas más” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim, mas até ao 7º ano foi complicado, sofri um pouco para conseguir ter amigos” (16 anos)</i></p> <p><i>“Fui” (16 anos)</i></p> <p><i>“Acho que sim” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não, eles sempre tentaram manipular a minha personalidade” (17 anos)</i></p>
	<p>Entre os seus amigos, foi integrado/a normalmente ou teve de provar o seu valor para ser aceite?</p>	<p><i>“Não” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim, vender haxixe” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não” (16 anos)</i></p> <p><i>“Nunca tive que fazer nada para me integrar, mas fiz muitas coisas pelo grupo, os roubos e o tráfico” (19 anos)</i></p> <p><i>“Fui integrado de forma natural, nunca fiz nada” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não, nada” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Não” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não, mas tinha dificuldade em integrar-me” (16 anos)</i></p> <p><i>“Antes tinha que provar, mas depois do 5º ano comecei a integrar-me melhor... comecei a dar-me com pessoas mais avançadas, mais adultas, mudei o meu comportamento e deixei de ser a “betinha” (14 anos)</i></p> <p><i>“Não, nunca fiz nada” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não, nunca tive que provar nada” (15 anos)</i></p> <p><i>“Sim, fumar” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sempre me integrei bem, de forma natural” (15 anos)</i></p>

			<p><i>“Acho que nunca fui bem integrada, mas nunca precisei fazer nada” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim, ao longo do tempo tive que fazer” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não foi bem uma prova, mas eles incentivaram-me a começar a fumar” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, tive de começar a fumar” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, começar a fumar” (17 anos)</i></p>
	<p>Que tipo de relação mantinha com os seus amigos mais próximos?</p>	<p><i>“Dava-me bem com eles” (17 anos)</i></p> <p><i>“Era normal, era boa” (15 anos)</i></p> <p><i>“Era uma relação de amizade, normal” (16 anos)</i></p> <p><i>“Era boa, tudo normal” (15 anos)</i></p> <p><i>“Boa relação” (16 anos)</i></p> <p><i>“Alguns amigos eram de infância, outros eram só de negócio” (19 anos)</i></p> <p><i>“Éramos todos amigo o amigo” (17 anos)</i></p> <p><i>“Era uma relação muito boa” (15 anos)</i></p> <p><i>“Era boa, só não fazíamos coisas boas” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Era uma relação boa, tínhamos discussões às vezes, mas é normal” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não tinha amigos próximos” (16 anos)</i></p> <p><i>“Era uma relação boa, éramos unidos” (14 anos)</i></p> <p><i>“Ótima relação” (16 anos)</i></p> <p><i>“Era uma boa relação” (15 anos)</i></p> <p><i>“Era uma relação estranha, éramos amigos por ser” (17 anos)</i></p> <p><i>“Era normal, uma relação normal de amigos” (15 anos)</i></p> <p><i>“Eles não eram meus amigos, eram apenas pessoas que eu encontrei para sair e fazer coisas menos boas” (17 anos)</i></p>

			<p><i>“Depois que me consegui inserir bem no grupo, era uma relação boa, dávamo-nos bem” (16 anos)</i></p> <p><i>“Era uma relação boa” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, tinha uma boa relação, mas com alguns era uma relação forçada. Era mesmo porque tinha que ser” (16 anos)</i></p> <p><i>“Independentemente de tudo, era boa” (17 anos)</i></p>
	<p>O que costumava fazer com os seus amigos/as?</p>	<p><i>“Nada de especial... estávamos lá no bairro, vendíamos... essas coisas” (17 anos)</i></p> <p><i>“Vender e fumar” (15 anos)</i></p> <p><i>“Íamos ao café, à escola e também gostávamos de jogar rugby” (16 anos)</i></p> <p><i>“Passear, jogar à bola...” (15 anos)</i></p> <p><i>“Íamos sair” (16 anos)</i></p> <p><i>“A nossa vida era vender no bairro e fumar” (19 anos)</i></p> <p><i>“Costumávamos sair, vender ali na zona....” (17 anos)</i></p> <p><i>“Jogávamos à bola e fazíamos algumas coisas menos boas, às vezes” (15 anos)</i></p> <p><i>“Os nossos dias era estar na rua a entregar aquelas coisas...” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Saíamos, íamos ao shopping comer, íamos à praia, fumávamos...” (17 anos)</i></p> <p><i>“Nada, porque não tinha amigos” (16 anos)</i></p> <p><i>“Faltávamos às aulas, íamos à praia e para casas abandonadas ouvir muita e fumar. Também íamos a algumas festas, às vezes” (14 anos)</i></p> <p><i>“Depende da altura do ano, no verão íamos até à praia, no inverno saíamos mais à noite” (16 anos)</i></p> <p><i>“Depende, mas normalmente íamos à praia, ao shopping, fazíamos várias coisas...” (15 anos)</i></p> <p><i>“Eu tinha dois grupos de amigos. Com um grupo de amigos, íamos passear, fazer piqueniques, passear, jogar voleibol, com</i></p>

			<p><i>o outro grupo era fumar e roubar” (17 anos)</i></p> <p><i>“Fazíamos várias coisas, mas passávamos grande parte do tempo a fumar” (15 anos)</i></p> <p><i>“Só nos encontrávamos para sair à noite, durante o dia nem tínhamos contacto” (17 anos)</i></p> <p><i>“Íamos a festas, queríamos sempre conhecer novos sítios” (16 anos)</i></p> <p><i>“Costumávamos ir para casa de um amigo nosso, ouvir música, outras vezes íamos passear, depende” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não fazíamos muitas coisas, preferíamos ficar no nosso canto a fumar e a ouvir música” (16 anos)</i></p> <p><i>“A nossa vida era drogas, festas e sexo” (17 anos)</i></p>
	<p>Aquele/a que considera ser o/a seu/sua melhor amigo/a mantinha os mesmos comportamentos que você ou tinha uma postura diferente?</p>	<p><i>“Tinha uma postura diferente, às vezes não alinhava” (17 anos)</i></p> <p><i>“Tinha os mesmos comportamentos” (15 anos)</i></p> <p><i>“Eles eram mais educados que eu” (16 anos)</i></p> <p><i>“Eles comportavam-se melhor que eu” (15 anos)</i></p> <p><i>“Comportava-se um pouco melhor” (16 anos)</i></p> <p><i>“Éramos todos iguais” (19 anos)</i></p>	<p><i>“Tinha uma postura diferente, por exemplo ela não fumava nem gostava que eu fumasse” (17 anos)</i></p> <p><i>“Tinham os mesmos comportamentos, o que fazia um, fazíamos todos” (14 anos)</i></p> <p><i>“Era completamente diferente, eu tinha comportamentos que ela não tinha nem queria ter, por exemplo, eu fumava e ela não” (16 anos)</i></p>

		<p><i>“Era tudo igual” (17 anos)</i> <i>“Ele tinha os mesmos comportamentos que eu, mas tinha mais postura” (15 anos)</i> <i>“Tinha os mesmos, ele acompanhava-me” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Fazia as mesmas coisas que eu” (15 anos)</i> <i>“Depende, alguns tínhamos atitudes e comportamentos iguais, outros não” (17 anos)</i> <i>“Às vezes costumava ter os mesmos comportamentos que eu” (15 anos)</i> <i>“A minha melhor amiga nem imaginava a vida que eu levava de noite” (17 anos)</i> <i>“Tinha uma postura e comportamentos diferentes” (16 anos)</i> <i>“Os mesmos, fazíamos tudo igual” (16 anos)</i> <i>“Depende das situações, às vezes tinha os mesmos comportamentos, outras vezes não” (16 anos)</i> <i>“Tinham uma postura diferente porque eram mais velhos, mas os comportamentos eram os mesmos” (17 anos)</i></p>
	<p>Via os/as seus/suas/ amigos/as como exemplo a seguir ou você é que servia de exemplo?</p>	<p><i>“Ninguém era exemplo, cada um fazia o que queria” (17 anos)</i> <i>“Eu e mais dois éramos o exemplo, éramos os mais rápidos, safávamo-nos sempre” (15 anos)</i> <i>“Via-os como exemplo, eles tinham uma boa educação, nunca cometeram crimes” (16 anos)</i> <i>“Eles eram o exemplo que eu devia seguir, mas não o fazia” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Sem ser para a minha melhor amiga, eu era o exemplo a seguir para os outros amigos” (17 anos)</i> <i>“Eu é que servia de exemplo, porque eu é que dava as ideias, as boas e as más. Nós erámos como uma família, mas eu sempre tive um instinto mais protetor. Por exemplo enquanto eles estavam na casa</i></p>

		<p><i>“Ninguém era exemplo, cada um fazia o que queria” (16 anos)</i></p> <p><i>“Fazíamos todos o mesmo, éramos todos o exemplo” (19 anos)</i></p> <p><i>“Não, éramos todos iguais, ninguém servia de exemplo para ninguém” (17 anos)</i></p> <p><i>“Era mútuo, víamos exemplo um no outro” (15 anos)</i></p> <p><i>“Nenhum dos dois, ninguém era exemplo para ninguém” (15 anos)</i></p>	<p><i>abandonada a fumar e a curtir, eu ia aos supermercados, roubava comida para encher um armário que nós tínhamos lá. O pessoal fumava muito e esquecia-se de comer. Uma vez um amigo nosso morreu à nossa frente de overdose e a partir desse momento, começamos todos a fumar menos e a comer mais” (14 anos)</i></p> <p><i>“Eu não era exemplo para ninguém, nunca fui, nem tinha como ser porque eu é que tinha comportamentos errados” (16 anos)</i></p> <p><i>“Ao início eu via o que eles faziam e fazia também, depois já ninguém era exemplo, todos alinhavam em tudo” (15 anos)</i></p> <p><i>“O grupo de amigos em que não fazíamos nada de mal, via-os como exemplo que eu gostaria de seguir, o outro grupo, ninguém era exemplo” (17 anos)</i></p> <p><i>“Acho que eu é que servia de exemplo, eu é que decidia o que fazer e não fazer” (15 anos)</i></p> <p><i>“Alguns dos meus amigos verdadeiros, sabiam que eu não andava a fazer coisas boas quando não estava com eles e alertavam-me. Eu é que os devia ver como</i></p>
--	--	---	---

			<p><i>exemplo, mas nunca o fiz, preferi a má vida” (17 anos)</i></p> <p><i>“Eu acho que ninguém me via como exemplo, mas eu dava o exemplo porque eu fazia coisas menos boas, mas não incentivava os meus amigos a fazer o mal” (16 anos)</i></p> <p><i>“Eu é que os via como exemplo” (16 anos)</i></p> <p><i>“Acho que ninguém servia de exemplo, cada um fazia o que lhe apetecia” (16 anos)</i></p> <p><i>“Alguns tomavam-me como exemplo, apesar de não ser o melhor” (17 anos)</i></p>
	<p>Que tipo de influência no seu comportamento teve o seu grupo de amigos/as?</p>	<p><i>“Depende, alguns amigos alinhavam outros chamavam-me à razão, mas eu fazia na mesma” (17 anos)</i></p> <p><i>“Acho que teve uma influência negativa, ele é que me influenciaram” (15 anos)</i></p> <p><i>“Nenhuma” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não interferiram em nada, o que fiz foi sozinho” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não houve influência, fiz porque quis” (16 anos)</i></p> <p><i>“Houve uma altura que mudei de grupo, mas depois os meus amigos antigos convenceram-me a voltar para o grupo dele e foi aí que me desencaminharam” (19 anos)</i></p>	<p><i>“Nenhuma, eu é que me comecei a portar mal e a querer seguir maus caminhos” (17 anos)</i></p> <p><i>“Depende, quando estavam sóbrios preocupavam-se mais comigo e diziam para não fazer certas coisas, mas quando não estavam sóbrios incentivavam-me” (14 anos)</i></p> <p><i>“Nenhuma, fiz sempre tudo por vontade própria” (16 anos)</i></p> <p><i>“Teve alguma influência má, porque tudo que eles faziam eu fazia também, mas ninguém me obrigava” (15 anos)</i></p>

		<p><i>“Ao início avisaram-me que era melhor não me meter, mas depois incentivavam-me” (17 anos)</i></p> <p><i>“Acho que nenhuma, às vezes o meu melhor amigo dizia-me para eu não fazer, que ele fazia sozinho, mas eu não ouvi o que ele dizia e fazia na mesma” (15 anos)</i></p> <p><i>“Teve alguma influência, mas eu sempre fiz tudo por vontade própria” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Teve uma influência má, eu estava com eles porque queria, mas quando eu queria fazer coisas más, eles nunca me chamavam à razão” (17 anos)</i></p> <p><i>“A meu ver, e apesar de ser eu a tomar a iniciativas das coisas, teve influência negativa. Eles podiam chamar-me à razão e evitar que eu fizesse certas coisas” (15 anos)</i></p> <p><i>“O meu grupo de amigos, nenhuma. As pessoas com quem eu me dava de noite, esses sim, tiveram uma influência negativa” (17 anos)</i></p> <p><i>“Nenhuma, eles não faziam tantas coisas más como eu, e eu não me importava com isso” (16 anos)</i></p> <p><i>“Foi uma má influência. Eu quando comecei a dar-me com eles, eles já tinham alguns comportamentos menos bons e eu segui o exemplo” (16 anos)</i></p> <p><i>“Teve uma influência muito grande.... Apesar de cada um fazer o que queria, alinhavamos sempre todos em fazer asneiras” (16 anos)</i></p> <p><i>“Muita influência, foram eles que me convenceram a entrar neste mundo.</i></p>
--	--	--	--

			<i>Começaram a levar para festas e aquilo fascinava-me. Eram festas ilegais de carros, eu dançava lá os homens e rapazes tocavam-me e isso fazia-me sentir bem. Sentia-me adulta” (17 anos)</i>
	Quando havia discussões ou conflitos no seu grupo de amigos/as, como se resolviam esses problemas?	<i>Falávamos e as coisas eram resolvidas e decididas por todos (17 anos)</i> <i>“Era tudo resolvido com porrada” (15 anos)</i> <i>“Não havia quase discussões” (16 anos)</i> <i>“Havia algum bate boca, mas era só isso” (15 anos)</i> <i>“Depende da situação, mas não acontecia nada de especial” (16 anos)</i> <i>“Entre nós não havia problemas, tínhamos era problemas com outros grupos, os nossos rivais” (19 anos)</i> <i>“Primeiro a gente discutia, mas depois era tudo tranquilo” (17 anos)</i> <i>“Éramos só dois, por isso resolvíamos bem” (15 anos)</i> <i>“A nossa amizade era sem problemas, estávamos ali todos com o mesmo objetivo” (15 anos)</i>	<i>“Discutíamos, mas depois ficava tudo bem” (17 anos)</i> <i>“Os assuntos mais sérios eram resolvidos à pancada, mas normalmente era bate boca entre todos, cada um ia para o seu canto, mas no dia seguinte estava tudo normal” (14 anos)</i> <i>“Não sei, eu não queria saber das discussões. Quando começavam a discutir eu virava costas” (16 anos)</i> <i>“Não havia muitos problemas, mas resolvíamos facilmente” (15 anos)</i> <i>“As raparigas eram as que tinham mais discussões, mas falávamos e ficava tudo bem” (17 anos)</i> <i>“Todos alinhavam em tudo, não havia grandes confusões” (15 anos)</i> <i>“Com os meus amigos não havia discussões, com os outros era bastante complicado, acabava sempre tudo em lutas” (17 anos)</i>

			<p><i>“Resolvíamos bem, como éramos muitos, se uns se chateassem tinham sempre os outros” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não era fácil, criavam-se ainda mais conflitos, não havia muito acordo” (16 anos)</i></p> <p><i>“Era fácil, também não havia muitos problemas” (16 anos)</i></p> <p><i>“As discussões eram complicadas, metia sempre facas, mas depois ficava tudo bem” (17 anos)</i></p>
	<p>A frequência na escola foi importante para si, ou pelo contrário, só ia à escola porque era obrigado/a?</p>	<p><i>“Ia porque me obrigavam” (17 anos)</i></p> <p><i>“Antes de começar a vender ia sempre, depois disso ia só a uma aula por dia” (15 anos)</i></p> <p><i>“Ia sempre, eu gosto da escola” (16 anos)</i></p> <p><i>“Eu ia à escola, só não ia às aulas, ficava lá” (15 anos)</i></p> <p><i>“Antes não gostava, mas ia, a partir de uma altura deixei de ir” (16 anos)</i></p> <p><i>“Até aos 12 anos, fiz tudo direito, tirava 4 e 5, mas depois comecei a descambar” (19 anos)</i></p> <p><i>“Ia por obrigação” (17 anos)</i></p> <p><i>“Até ao 6º ano eu ia sempre porque achava que era o dever de uma criança, mas depois comecei a faltar” (15 anos)</i></p> <p><i>“Eu não ia muito à escola (15 anos)</i></p>	<p><i>“Até ao 5º ano eu gostava, depois fui para Inglaterra e lá não ia à escola. Quando voltei voltaram a meter-me no mesmo ano que eu já tinha feito antes de ir para lá e eu deixei de ir” (17 anos)</i></p> <p><i>“Ninguém me obrigava, eu gostava de ir” (16 anos)</i></p> <p><i>“Só ia passear os livros” (14 anos)</i></p> <p><i>“Ia porque tinha que ser” (16 anos)</i></p> <p><i>“Só ia por obrigação” (15 anos)</i></p> <p><i>“Até ao 4º ano ia porque gostava e tinha que ser, mas depois ia por obrigação” (17 anos)</i></p>

			<p><i>“Eu nunca gostei de ir à escola, só ia quando não tinha nada para fazer” (15 anos)</i></p> <p><i>“Até conhecer aquelas pessoas, ia sempre, depois deixei de ir” (17 anos)</i></p> <p><i>“Eu adorava ir à escola” (16 anos)</i></p> <p><i>“Ia só quando me obrigavam” (16 anos)</i></p> <p><i>“Eu nem ia à escola” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não ia, deixei de ir a partir do 5º ano” (17 anos)</i></p>
	Era pontual e assíduo/a?	<p><i>“Era pontual até começar a trabalhar, depois comecei a faltar” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não, faltava muito” (15 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não” (15 anos)</i></p> <p><i>“Depende dos dias” (16 anos)</i></p> <p><i>“Inicialmente ia sempre, depois só ia de vez em quando” (19 anos)</i></p> <p><i>“Eu ia para a escola, mas depois não ia às aulas” (17 anos)</i></p> <p><i>“Quando não faltava, era” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Depois de vir de Inglaterra comecei a faltar muito” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não, eu ia para a escola porque era obrigada, mas faltava às aulas, ficava por lá no recreio” (14 anos)</i></p> <p><i>“Apesar de não gostar, sempre fui direitinho até ao 7º ano, depois fui para França quando voltei chumbei e deixei de ir, perdi o interesse” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não, faltava muito” (15 anos)</i></p> <p><i>“Faltava muito, no máximo ia a 1 aula por semana” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não, faltava muitas vezes” (15 anos)</i></p> <p><i>“Quando ia, sim” (17 anos)</i></p>

			<p><i>“Sim, sempre. Só no último ano é que me comecei a baldar e chumbei por faltas” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não” (16 anos)</i></p> <p><i>“Estava sempre a faltar” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não, faltava todos os dias” (17 anos)</i></p>
	<p>Na escola o que gostava mais de fazer? E menos?</p>	<p><i>“O que mais gostava era das aulas de Educação Física e o que menos gostava era de ir à escol”a (17 anos)</i></p> <p><i>“Ultimamente já não gostava de nada” (15 anos)</i></p> <p><i>“Gostava muito de estudar, mas não gostava quando havia confusões” (16 anos)</i></p> <p><i>“Só gostava de estar lá sem fazer nada” (15 anos)</i></p> <p><i>“Eu não gostava das aulas, mas gostava de estar lá por causa dos meus amigos” (16 anos)</i></p> <p><i>“Gostava das aulas todas, era muito empenhado, gostava de tirar boas notas, depois comecei a perder o gosto pela escola, já não tinha paciência para estar sentado a ouvir os professores” (19 anos)</i></p> <p><i>“Nem sei, simplesmente estava lá a passar tempo” (17 anos)</i></p> <p><i>“Ao início eu té gostava da escola, algumas disciplinas não gostava, mas tinha que ser” (15 anos)</i></p> <p><i>“Menos era ir à escola” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Eu deixei de gostar de ir à escola, mas quando ia sempre gostava das aulas de Educação Física e Geografia não gostava tanto” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não sei responder” (16 anos)</i></p> <p><i>“Nada, eu não gostava de ir à escola, mas às vezes gostava de ficar por lá a jogar à bola” (14 anos)</i></p> <p><i>“No início gostava de ir às aulas e de estar com os meus amigos, depois já não gostava de nada” (16 anos)</i></p> <p><i>“Eu não gostava da escola” (15 anos)</i></p> <p><i>“Deixei de gostar de ir à escola, se não ia é porque não gostava de nada” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não havia nada que eu gostasse, senão ia mais vezes” (15 anos)</i></p> <p><i>“Eu até gostava da escola, gostava de estar com os meus amigos no recreio” (17 anos)</i></p> <p><i>“Adorava estar com os meus amigos e conviver com as outras turmas” (16 anos)</i></p>

			<p><i>“Eu não gostava de estar lá, então faltava” (16 anos)</i></p> <p><i>“O que eu menos gostava era de ir à escola, por isso nem ia” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não sei, não tive tempo para gostar da escola” (17 anos)</i></p>
	<p>Tinha muitos castigos? Alguma vez foi chamado/a ao Conselho Diretivo?</p>	<p><i>“Sim, já fui chamado, mas não tinha muitos castigos” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não, não” (15 anos)</i></p> <p><i>“Alguns, mas nada de especial” (16 anos)</i></p> <p><i>“Naquela escola não havia castigos, chamavam logo a polícia. Mas eu nunca fui castigado” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não, era tudo tranquilo” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, até que fui expulso da escola” (19 anos)</i></p> <p><i>“Não tinha castigos” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não tinha muitos, mas quando tinha eram longos” (15 anos)</i></p> <p><i>“Na escola não, mas em casa sim, quando descobriam que eu não ia” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Sim, tinha muitos castigos porque andava sempre a bater nas pessoas” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não. Não” (16 anos)</i></p> <p><i>“Tinha algumas suspensões e trabalho comunitário, mas também não ia, depois eles desistiram de me dar esses castigos” (14 anos)</i></p> <p><i>“Não, naquela escola toda a gente fazia o que queria” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não, simplesmente faltava, mas nunca fui castigada por isso” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não, nunca tive” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não, nunca fui castigada” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não. Nunca” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não, eu quase nunca estava lá” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, as poucas vezes que ia, apanhava sempre suspensões” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não, eles já me tomavam como perdida” (17 anos)</i></p>

	<p>Dos comportamentos menos positivos, quais eram os mais frequentes?</p>	<p><i>“Bater nos colegas” (17 anos)</i> <i>“Não tinha comportamentos negativos, só faltava” (15 anos)</i> <i>“Às vezes andava metido nas confusões” (16 anos)</i> <i>“Nenhuns, eu estava quieto no meu canto” (15 anos)</i> <i>“Eu não me portava mal” (16 anos)</i> <i>“Entrava facilmente em conflitos e pancada” (19 anos)</i> <i>“Nenhum, eu não tinha problemas na escola” (17 anos)</i> <i>“Era rebelde e incomodava algumas pessoas” (15 anos)</i> <i>“Era só não ir às aulas” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Entrar em brigas” (17 anos)</i> <i>“Arranjar problemas com os colegas” (14 anos)</i> <i>“Nenhuns, eu não me portava mal na escola, simplesmente não frequentava as aulas” (16 anos)</i> <i>“Nunca tive castigos” (15 anos)</i> <i>“Eu não ia, nunca me portava mal” (17 anos)</i> <i>“Eu não ia, não tinha como me portar mal” (15 anos)</i> <i>“O meu único problema era faltar” (17 anos)</i> <i>“Eu portava-me sempre bem, simplesmente chumbei por não ir” (16 anos)</i> <i>“Nenhum, eu lá não me portava mal” (16 anos)</i> <i>“Tentar arranjar conflitos” (17 anos)</i></p>
<p>IV- Origem do comportamento delinquente</p>	<p>É a primeira vez que se encontra num Centro Educativo?</p>	<p><i>“Não” (17 anos)</i> <i>“Sim, é” (15 anos)</i> <i>“Não, é a segunda” (16 anos)</i> <i>“Sim” (15 anos)</i> <i>“Sim” (16 anos)</i> <i>“Não, é a segunda” (19 anos)</i> <i>“Sim” (17 anos)</i> <i>“Sim” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Sim” (17 anos)</i> <i>“Não” (16 anos)</i> <i>“Não, é a segunda vez” (14 anos)</i> <i>“Sim, é” (16 anos)</i> <i>“É” (15 anos)</i> <i>“Sim” (17 anos)</i> <i>“Sim” (15 anos)</i></p>

		<i>“Sim” (15 anos)</i>	<i>“É, sim” (17 anos)</i> <i>“Sim” (16 anos)</i> <i>“É” (16 anos)</i> <i>“Sim” (16 anos)</i> <i>“Sim” (17 anos)</i>
	Quais os principais motivos que o levaram a ter este comportamento?	<i>“Na altura não arranjava trabalho e não queria depender de ninguém” (17 anos)</i> <i>“Não pensar antes de fazer as coisas, fazer tudo à toa e ir pela conversa dos outros” (15 anos)</i> <i>“Foi por raiva” (16 anos)</i> <i>“Foi apenas por estupidez” (15 anos)</i> <i>“Ainda hoje não sei muito bem, acho que foi por burrice e por pensar que ia correr tudo bem” (16 anos)</i> <i>“Depende do comportamento. A violência foi pela minha dificuldade em resolver problemas através do diálogo. O tráfico foi por necessidade, a minha avó não conseguia dar-me tanto dinheiro como o que gastava. E os consumos era por satisfação” (19 anos)</i> <i>“Foi por adrenalina, mas também por necessidade, a minha avó não conseguia sustentar os dois” (17 anos)</i> <i>“Eu comecei a ver que aos outros corria bem e era fácil, então tentei a sorte. Foi a ambição de ter mais e melhor” (15 anos)</i>	<i>“Queria mudar a minha vida sozinha” (17 anos)</i> <i>“Não aceitar ouvir um não” (16 anos)</i> <i>“Foi eu começar a sair de casa, arranjar companhias que não eram as melhores e deixar-me influenciar por eles” (14 anos)</i> <i>“Acho que o principal motivo foi o mau ambiente em casa, senti-a que tinha que arranjar um refúgio, depois foram acontecendo umas coisas atrás das outras” (16 anos)</i> <i>“Eu sempre tive muita liberdade os meus pais nunca me castigavam, passava muito tempo fora de casa, não gostava de estar lá, e não consegui lidar bem com isso. Os meus pais também nunca me deram muita educação, depois com a influência dos meus amigos, pior” (15 anos)</i> <i>“Foi o facto de me sentir rejeitada, na altura sentia que não valia nada” (17 anos)</i> <i>“Prefiro não responder” (15 anos)</i>

		<p><i>“Não sei, foi a minha cabeça, sentia que estava perdido. O meu pai não me podia dar a vida que eu queria, então tinha que me safar sozinho” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Não sei bem. Na altura eu não estava em mim, sentia-me revoltada por não me deixarem sair nem fazer o que eu queria, então quis experimentar coisas novas para me sentir bem” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não haver estrutura familiar e com o passar do tempo fiquei cansada daquele ambiente e precisava de encontrar paz e bem-estar e encontrei isso nas coisas erradas” (16 anos)</i></p> <p><i>“Eu acho que o principal motivo foi eu fazer tudo para ser aceite no meu grupo de amigos e seguir o exemplo. Eu era a única que ainda não estava tão à frente. E o facto de o meu namorado ter sido preso, também ajudou a que eu me sentisse pior e naquele momento não me queria sentir sozinha” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sinceramente, nunca pensei muito nisso. Eu comecei a dar-me com este meu grupo de amigos e depois uns comportamentos levam a outros. Acho que não houve um motivo específico, aconteceu naturalmente” (16 anos)</i></p> <p><i>“Foi burrice, era a adrenalina de conduzir e de fazer roubos banais. Sentia-me viva</i></p>
--	--	---	--

			<i>quando estava a fazer essas coisas” (17 anos)</i>
	Consegue descrever a reação da sua família e do seu grupo de amigos ao seu internamento?	<p><i>“O meu pai reagiu mal porque nunca se apercebeu do que eu fazia” (17 anos)</i></p> <p><i>“A família ficou triste, os amigos reagiram normal, também já estão presos” (15 anos)</i></p> <p><i>“Reagiram mal, apesar de tudo o meu pai ficou triste” (16 anos)</i></p> <p><i>“Reagiram mal” (15 anos)</i></p> <p><i>“Ficaram todos tristes” (16 anos)</i></p> <p><i>“A minha avó ficou muito mal, ela não imaginava que eu estava metido nessa vida. Os meus amigos pensam que eu emigrei” (19 anos)</i></p> <p><i>“A minha avó ficou triste, mas ela já desconfiava” (17 anos)</i></p> <p><i>“A minha mãe chorou muito, os meus amigos ainda não sei” (15 anos)</i></p> <p><i>“Ficaram todos chocados, eles não faziam ideia do que eu fazia” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Foi má. Mas a minha família achou melhor porque eu já estava perdida” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não sei” (16 anos)</i></p> <p><i>“Os meus amigos não quiseram saber, porque na realidade não eram amigos verdadeiros. A minha mãe ficou preocupada e triste, mas por outro lado disse-me que era bem feito porque ela avisou-me muitas vezes da vida que eu estava a levar” (14 anos)</i></p> <p><i>“Não sei e também não quero saber. Este tempo todo que estou aqui, quase nunca falo com a minha mãe porque não tenho vontade” (16 anos)</i></p> <p><i>“A minha mãe não aceitou bem, não queria acreditar, o resto da família reagiu bem, disseram que me ia fazer bem. Os meus amigos não acreditaram” (15 anos)</i></p> <p><i>“Os meus pais nem ficaram bem nem mal, só queriam o meu melhor e já sabiam que isto ia acontecer. Os meus amigos, alguns ficaram tristes, mas nada de especial” (17 anos)</i></p>

			<p><i>“Normal, à família dói, mas tem que aceitar, os meus amigos não sei” (15 anos)</i></p> <p><i>“A família ficou triste, os meus amigos não sei, devem pensar que eu desapareci” (17 anos)</i></p> <p><i>“Os meus pais acharam a melhor solução. Aos meus amigos nunca contei, não sei se eles agora já sabem.” (16 anos)</i></p> <p><i>“A minha mãe já sabia que mais cedo ou mais tarde isto ia acontecer, então ficou triste por estar sem mim, mas também já estava à espera. Os meus amigos nem tiveram reação, para eles foi igual” (16 anos)</i></p> <p><i>“Os meus amigos ainda não sei. A minha mãe ficou abalada, mas acho que preferiu assim” (16 anos)</i></p> <p><i>“Os meus amigos não conseguiram perceber, foi tudo muito confuso. Eu tentei fugir algumas vezes da polícia, mas um dia eles deram-me pastilhas para dormir e conseguiram apanhar-me. A minha família não sei, nunca falei com eles sobre isso” (17 anos)</i></p>
	Face ao que se passou, considera justo o seu internamento?	<p><i>“Antes não, mas agora sim” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim, por aquilo que fiz, acho justo” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Sim” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (16 anos)</i></p>

		<p><i>“Sim, muito justo, até acho que devia ter apanhado uma medida maior, tive sorte” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, há males que vem por bem e se eu não tivesse sofrido esta consequência, não tinha parado” (15 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (16 anos)</i></p> <p><i>“Pelo processo que me trouxe aqui, não, mas pelos outros sim. O dia em que me apanharam eu não estava a fazer nada, só estava à espera do meu amigo” (19 anos)</i></p> <p><i>“Um pouco, ninguém gosta de estar aqui” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim, eu causei muitos problemas a muitas pessoas e à minha família também” (15 anos)</i></p> <p><i>“Sim, é merecido” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Não, eu não fiz assim tantas coisas de mal para estar aqui” (14 anos)</i></p> <p><i>“Não, acho que deviam existir outras medidas mais leves” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, porque cometi um crime” (15 anos)</i></p> <p><i>“Às vezes não sei, sinto que aqui nunca tentaram entender-me, mas pronto as penas existem por alguma coisa” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim, foi” (15 anos)</i></p> <p><i>“Sim, foi bastante justo até” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim, na minha opinião o Centro não é para castigar, mas sim para nos ensinar a mudar” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, foi a minha salvação” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, considero” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não. O que eu fiz não foi durante tanto tempo como vai durar a minha pena. Acho que não fiz assim tanto para merecer isto. Só fiz mal a mim mesma a mais ninguém” (17 anos)</i></p>
V- Perceção dos jovens relativamente aos atos cometidos?	Considera que o que aconteceu poderia ter sido evitado?	<p><i>“Podia” (17 anos)</i></p> <p><i>“Podia” (15 anos)</i></p> <p><i>“Claro que podia” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, podia” (15 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (19 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (17 anos)</i></p>	<p><i>“Podias sim” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (16 anos)</i></p> <p><i>“Podia, obviamente, mas na altura era o que fazia sentido” (14 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (16 anos)</i></p> <p><i>“Podia” (15 anos)</i></p>

		<p><i>“Obviamente” (15 anos)</i> <i>“Claro, tudo pode ser evitado” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Podia, sim. Eu cometi um crime e tinha de pagar por isso” (17 anos)</i> <i>“Penso que sim” (15 anos)</i> <i>“Podia, mas eu também não me esforcei para isso” (17 anos)</i> <i>“Claro que sim” (16 anos)</i> <i>“Podia” (16 anos)</i> <i>“Claro que podia. Por um lado, foi bom vir para aqui, se continuasse lá fora ia fazer pior e mais cedo ou mais tarde ia parar a uma prisão” (16 anos)</i> <i>“Completamente” (17 anos)</i></p>
	<p>O que faria de diferente, caso pudesse voltar atrás?</p>	<p><i>“Tinha ido à escola até terminar e não ia passar tanto tempo a vender” (17 anos)</i> <i>“Passava mais tempo com a família, não saía sem autorização e ia mais vezes às aulas” (15 anos)</i> <i>“Não tinha reagido mal nas situações, devia ter tido mais calma. Algumas pessoas também fizeram por isso, mas não mereciam o que eu fiz” (16 anos)</i> <i>“Tinha feito tudo diferente. Tinha-me esforçado na escola e tinha ouvido a minha mãe, ela sempre me disse que um dia ia parar a um Centro Educativo, mas eu pensava que era bluff. Fiz aquilo mais que uma vez e pensava que nunca ia ser apanhado” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Evitar brigas e confusões e tinha aceitado voltar ao mesmo ano na escola” (17 anos)</i> <i>“Ouvia um não” (16 anos)</i> <i>“Quando me deparasse com problemas, virava costas e ia embora” (14 anos)</i> <i>“Não teria feito o que fiz” (16 anos)</i> <i>“Não faria o que fiz” (15 anos)</i> <i>“Tinha respeitado mais o que os meus pais me diziam” (17 anos)</i> <i>“Não teria cometido crimes” (15 anos)</i> <i>“Não entrava em brigas com a minha mãe e ouvia o que ela me dizia” (17 anos)</i></p>

		<p><i>“Não sei, não houve nada que me levasse a fazer o que fiz, foi mesmo estupidez” (16 anos)</i></p> <p><i>“Ouvia mais que me avisava e tinha continuado aplicado na escola” (19 anos)</i></p> <p><i>“Tinha passado mas tempo em casa e tinha arranjado outra forma de ganhar dinheiro” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não fazia nada diferente, senão não aprendia com os erros” (15 anos)</i></p> <p><i>“Tinha passado mais tempo na escola e menos tempo na rua” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Nunca pensei muito nisso, acho que as coisas tinham que acontecer assim para eu mudar a minha vida” (16 anos)</i></p> <p><i>“Talvez não tivesse seguido maus exemplos e nem me tivesse esforçado para estar naquele grupo” (16 anos)</i></p> <p><i>“Teria dito mais vezes que não aos meus amigos e teria ignorado a situação que me faz estar aqui hoje” (16 anos)</i></p> <p><i>“Tudo. Especialmente mudar de família, tudo começou pelos problemas que tinha em casa” (17 anos)</i></p>
	<p>A quem responsabiliza o facto de estar aqui internado/a?</p>	<p><i>“A culpa é só minha” (17 anos)</i></p> <p><i>“Fui eu que fiz a asneira, a culpa é minha” (15 anos)</i></p> <p><i>“Responsabilizo-me a mim” (16 anos)</i></p> <p><i>“É minha culpa” (15 anos)</i></p> <p><i>“Só eu sou o responsável” (16 anos)</i></p> <p><i>“A responsabilidade é minha, fui eu que fiz as asneiras” (19 anos)</i></p> <p><i>“Eu é que me meti naquela vida, o responsável foi eu” (17 anos)</i></p> <p><i>“É só minha” (15 anos)</i></p> <p><i>“O responsável sou eu” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Por um lado, é minha” (17 anos)</i></p> <p><i>“A mim” (16 anos)</i></p> <p><i>“Eu, eu é que agi, eu é que estive lá...” (14 anos)</i></p> <p><i>“A culpa foi minha” (16 anos)</i></p> <p><i>“A única responsável sou eu” (15 anos)</i></p> <p><i>“A mim” (17 anos)</i></p> <p><i>“A mim” (15 anos)</i></p> <p><i>“É minha” (17 anos)</i></p> <p><i>“A principal responsável sou eu” (16 anos)</i></p> <p><i>“A culpa foi minha porque eu é que fiz as coisas” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não culpabilizo ninguém, apesar de os meus amigos terem alguma influência</i></p>

			<p><i>naquilo que fiz, quem cometeu os atos fui eu” (16 anos)</i></p> <p><i>“A responsabilidade foi minha porque fui eu que quis levar uma má vida” (17 anos)</i></p>
	<p>A quem atribui a responsabilidade dos seus comportamentos?</p>	<p><i>“A ninguém, a mim” (17 anos)</i></p> <p><i>“Depende, às vezes eu era obrigado a vender, outras vendia porque queria” (15 anos)</i></p> <p><i>“A mim também” (16 anos)</i></p> <p><i>“A mim, eu fiz sempre tudo sozinho” (15 anos)</i></p> <p><i>“É minha” (16 anos)</i></p> <p><i>“Houve uma altura em que culpava os meus pais, eles sempre estiveram ausentes e sempre me deixaram com a minha avó, mas agora sei que foi tudo por cabeça minha” (19 anos)</i></p> <p><i>“A mim” (17 anos)</i></p> <p><i>“A mim, à minha ganância” (15 anos)</i></p> <p><i>“A ninguém, eu é que fiz por burrice” (15 anos)</i></p>	<p><i>“A pessoa a quem eu bati pode ter evitado que isso acontecesse porque já me conhecia e provocou-me, mas eu também podia ter evitado” (17 anos)</i></p> <p><i>“A mim” (16 anos)</i></p> <p><i>“A mim, mas também aos amigos porque concordavam sempre” (14 anos)</i></p> <p><i>“A pessoa que me provocou e fez com que eu tivesse aquela reação, teve responsabilidade também” (16 anos)</i></p> <p><i>“A culpa é minha, mas há outra pessoa responsável” (15 anos)</i></p> <p><i>“A mim também” (17 anos)</i></p> <p><i>“A mim” (15 anos)</i></p> <p><i>“Eles foram uma má influência para mim, mas nunca me obrigaram a fazer nada” (17 anos)</i></p> <p><i>“Eu fui a responsável” (16 anos)</i></p> <p><i>“Aos meus amigos” (16 anos)</i></p> <p><i>“Apenas a mim” (16 anos)</i></p> <p><i>“Isso foi culpa dos meus pais. Eles é que me impulsionaram para eu ter estes</i></p>

			<i>comportamentos, desde criança que passo a minha vida nos tribunais, é como se fosse a minha segunda casa. Também culpo alguns amigos, se na realidade fossem meus amigos evitavam a minha desgraça, mas ainda me desgraçaram mais” (17 anos)</i>
	Considera que outra pessoa ou pessoas deveriam estar aqui no seu lugar?	<p><i>“Não” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim, dois continuam soltos” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, uns que também faziam o mesmo e ainda não foram apanhados” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, por exemplo, no dia que vim para aqui, o meu amigo que estava a vender, conseguiu fugir, e eu que não tinha nada fui apanhado” (19 anos)</i></p> <p><i>“Não” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Não” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não, os outros também já estão todos dentro. Aliás o meu melhor amigo saiu ontem do Centro de Santa Clara, apanhou uma medida de dois anos” (14 anos)</i></p> <p><i>“Não, isso não” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não” (15 anos)</i></p> <p><i>“Acho que não” (17 anos)</i></p> <p><i>“Alguns já estiveram aqui e outros ainda estão noutra Centro” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, todos eles deviam estar aqui também” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não...quer dizer secalhar outras pessoas mereciam estar aqui, mas eu também” (16 anos)</i></p>

			<i>“Sim, todos os outros que ainda não foram apanhados” (17 anos)</i>
	Sente arrependimento pelo que fez? Porquê?	<p><i>“Sim, porque quando me apanharam, além de me ter prejudicado só a mim, também prejudiquei a minha família” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim, sei que fiz mal, estava a estragar a minha vida e a de outras pessoas” (15 anos)</i></p> <p><i>“Sim, ninguém gosta de cometer crimes nem cumprir medida” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sinto, isto podia ter corrido mal se eu não viesse para aqui” (15 anos)</i></p> <p><i>“Sim, porque podia estar lá fora e estou aqui” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sinto, arrependo-me de todos os crimes que cometi, mas a situação pela qual estou aqui, foi mesmo estar no sítio errado e na hora errada” (19 anos)</i></p> <p><i>“Sim, porque além de me ter portado mal, vim parar aqui” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não, se eu não tivesse passado por isto, nunca ia aprender” (15 anos)</i></p> <p><i>“Claro, porque estou aqui, estou a perder a minha vida” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Sinto. Acho que as coisas não se resolvem com agressão, eu devia ter falado com a pessoa” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim, porque as pessoas não tinham culpa do que me aconteceu” (16 anos)</i></p> <p><i>“Talvez, porque estou aqui e não posso sair enquanto não cumprir a pena. A vida aqui não é fácil” (14 anos)</i></p> <p><i>“Sim, percebi que é com calma e a falar que se resolvem as coisas, não da forma que eu fiz.” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, agora sinto que já não tenho coragem de fazer o que fiz. Nem consigo pensar nisso, causa-me nervos, acho que fiquei com um trauma” (15 anos)</i></p> <p><i>“Sim, não queria magoar os meus pais e só acabei por me prejudicar” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim, porque cometi um crime” (15 anos)</i></p> <p><i>“Muito. Sinto que estraguei a minha vida por causa de ser teimosa” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sim, depois deste tempo todo que passou, ainda não consigo acreditar que tive coragem para fazer aquilo” (16 anos)</i></p>

			<p><i>“Sinto, muito. Uma menina de 16 anos deve estar a divertir-se com os amigos e não a fazer o que eu fiz” (16 anos)</i></p> <p><i>“Claro. Eu pensava que só me ia magoar e prejudicar a mim, mas acabei por magoar ainda mais a minha família” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, todos os outros que ainda não foram apanhados” (17 anos)</i></p>
VI- Perspetivas face ao futuro	De forma genérica, considera ser uma pessoa calma na resolução de conflitos, ou pelo contrário, uma pessoa impulsiva que age de “cabeça quente”?	<p><i>“Antes de estar aqui era mais impulsivo” (17 anos)</i></p> <p><i>“Agora estou mais calmo, antes se fosse um para um, dava logo” (15 anos)</i></p> <p><i>“Normalmente sou calmo, ultimamente é que tenho perdido o controlo das situações” (16 anos)</i></p> <p><i>“Agora sou mais calmo, mas antes de estar aqui era muito impulsivo, só queria discutir” (15 anos)</i></p> <p><i>“Resolvo as coisas com calma” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sou uma pessoa calma, mas com os efeitos da droga tornava-me mais agressivo e entrava em conflitos” (19 anos)</i></p> <p><i>“Nem sou muito calmo nem muito impulsivo, é um meio termo” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sou bastante calmo” (15 anos)</i></p> <p><i>“Tudo depende da gravidade da situação, mas acho que até sou calmo” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Agora já não sou muito, mas antes sim” (17 anos)</i></p> <p><i>“Impulsiva” (16 anos)</i></p> <p><i>“Muito impulsiva” (14 anos)</i></p> <p><i>“Agora sou uma pessoa mais calma” (16 anos)</i></p> <p><i>“Depende da situação, mas sou um pouco impulsiva” (15 anos)</i></p> <p><i>“Sou mais impulsiva” (17 anos)</i></p> <p><i>“Sou calma” (15 anos)</i></p> <p><i>“Sou bastante impulsiva, agora já me controlo um pouco mais” (17 anos)</i></p> <p><i>“Normalmente, sou uma pessoa calma” (16 anos)</i></p> <p><i>“Normalmente, sou calma. Mas se me levam ao extremo, expludo” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sou uma pessoa calma, apesar do que fiz,</i></p>

			<p><i>nunca fui de me meter em confusões” (16 anos)</i></p> <p><i>“Por muito que tente não consigo ser calma. Ouço vozes e isso confunde-me ainda mais. Às vezes as pessoas estão a ter conversas normais comigo, eu começo a ouvir vozes, penso que são as pessoas a dizerem-me coisas e começo a enervar-me” (17 anos)</i></p>
	<p>O que considera ter mudado em si, desde que iniciou o seu internamento? Quais as mudanças positivas e negativas?</p>	<p><i>“Comecei a pensar mais antes de agir, pensar nas consequências....” (17 anos)</i></p> <p><i>“Os meus pensamentos, refletir mais e reagir menos” (15 anos)</i></p> <p><i>“Melhorei a minha agressividade e autocontrolo” (16 anos)</i></p> <p><i>“Mudou a minha forma de pensar antes de fazer as coisas, agora respiro fundo, acalmo-me e assim evito discussões” (15 anos)</i></p> <p><i>“O meu comportamento e as minhas atitudes” (16 anos)</i></p> <p><i>“Desde que estou aqui consigo ter mais autocontrolo, mudei a minha postura e reflito mais sobre as coisas” (19 anos)</i></p> <p><i>“O meu comportamento e a minha forma de pensar” (17 anos)</i></p> <p><i>“Consigno ouvir mais as pessoas e refletir sobre as coisas” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Tudo. O meu comportamento mudou, melhorei na escola, uso mais o diálogo para resolver as coisas, aprendi a conversar” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não sei responder” (16 anos)</i></p> <p><i>“Comecei a ser mais calada, mais observadora e deixar os comentários para mim. Já não me esforço para que as pessoas me compreendam, já não quero saber” (14 anos)</i></p> <p><i>“Não mudou muita coisa, eu continuo a ser a mesma pessoa, só que agora esto um pouco mais crescida e vejo as coisas de outra forma” (16 anos)</i></p> <p><i>“Mudou a minha atitude, a minha maneira de pensar. Ganhei novamente interesse na escola. Foi bom ter vindo para aqui, tornei-</i></p>

		<p><i>“Acho que foi o meu comportamento e a forma de pensar sobre as coisas” (15 anos)</i></p>	<p><i>me mais interessada e tenho novamente objetivos” (15 anos)</i></p> <p><i>“Mudanças positivas não tive nenhuma, só senti que mudei, mas para pior, sinto-me mais irritada, perturbadas, não consigo confiar em ninguém, tenho muita mais raiva dentro de mim, às vezes só me apetece partir tudo. Estar aqui não muda nada, ainda é pior” (17 anos)</i></p> <p><i>“Mudou tudo” (15 anos)</i></p> <p><i>“Mudei completamente o meu comportamento, a forma de estar e até a forma de comer. Consigo ouvir as pessoas até ao fim, respeitar, responder calmamente. Agora já consigo aceitar quando me dizem não”</i></p> <p><i>“Mudei em alguns aspetos, a minha forma de resolver as coisas é mais ponderada, acredito mais em mim e naquilo que valho e culpabilizou-me menos pela vida que tinha antes e pelo que fiz” (16 anos)</i></p> <p><i>“Uma mudança negativa foi o facto de me ter tornado uma pessoa mais fria. Mas também houve coisas positivas, a minha forma de pensar e de estar. Agora entendo melhor o papel da família e o porquê de</i></p>
--	--	--	--

			<p><i>eles me terem avisado tantas vezes” (16 anos)</i></p> <p><i>“Acho que ganhei mais maturidade. Aprendi a ouvir um não e a lidar com isso, basicamente comecei a respeitar a palavra dos outros e a cumprir as regras” (16 anos)</i></p> <p><i>“Como mudanças positivas, foi a minha linguagem e a minha postura. Como negativas, foi o facto da minha raiva aumentar e tornei-me menos tolerante” (17 anos)</i></p>
	<p>Se o tempo voltasse atrás, o que faria de diferente?</p>	<p><i>“Secalhar tinha procurado mais trabalho e passava mais tempo com o meu pai e a minha família” (17 anos)</i></p> <p><i>“Tinha evitado tudo isto” (15 anos)</i></p> <p><i>“Tinha tentado resolver as coisas de outra forma” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não tinha feito o que fiz, ouvia os conselhos da minha mãe” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não sei” (16 anos)</i></p> <p><i>“Afastava-me do perigo logo quando me avisaram e evitava aqueles ambientes” (19 anos)</i></p> <p><i>“Lá está, como já disse, acho que tinha que passar por isto, mas podia ter aceitado aquilo que a minha mãe me conseguia dar e não ter ambição de mais e mais” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Era menos agressiva, evitava os conflitos, ouvia mais os meus pais e respeitava as regras da comunidade” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não sei, nunca pensei nisso” (16 anos)</i></p> <p><i>“Talvez tivesse outra forma de pensar. Não teria conhecido certas pessoas no início da má vida que me influenciaram a fazer coisas negativas. Tinha continuado a ser “betinha” (14 anos)</i></p> <p><i>“Secalhar tinha seguido o exemplo da minha melhor amiga” (16 anos)</i></p> <p><i>“Tinha-me interessado mais pela escola e não passava tanto tempo na rua” (15 anos)</i></p>

		<p><i>“Tinha dado mais ouvidos à família e tinha arranjado uma forma mais digna de fazer dinheiro” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Tentava ter atitude e comportamentos de pessoas normais” (17 anos)</i> <i>“Não deixava que nada disto acontecesse” (15 anos)</i> <i>“Não tinha feito tantas coisas por impulso” (17 anos)</i> <i>“Pensava mais antes de agir” (16 anos)</i> <i>“Se pudesse voltar atrás, nem tinha saído de casa nesse dia, nem tinha feito nada para agradar aos outros” (16 anos)</i> <i>“Como já disse antes, teria ignorado aquela situação, devia ter virado costas” (16 anos)</i> <i>“Tudo” (17 anos)</i></p>
	<p>O que pensa que poderia mudar em si para não estar numa situação como esta?</p>	<p><i>“Pensar mais antes de agir” (17 anos)</i> <i>“Ser mais calmo e não me deixar influenciar” (15 anos)</i> <i>“Pensar nas consequências antes de fazer as coisas” (16 anos)</i> <i>“Acho que nada” (15 anos)</i> <i>“Analisar as situações com calma e pensar mais na vida” (19 anos)</i> <i>“Não mudava nada, eu não fiz por ter defeitos, fiz por necessidade, continuo a ser a mesma pessoa” (17 anos)</i> <i>“Ser menos ambicioso e ser mais racional” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Ser mais calma e ouvir mais os outros” (17 anos)</i> <i>“Pensar mais na vida, não fugir aos problemas e resolvê-los de forma calma e pacífica” (14 anos)</i> <i>“Podia ter pensado melhor naquilo em que me estava a meter e nas consequências que isso podia trazer” (16 anos)</i> <i>“Ser mais responsável e não ser tão influenciável” (15 anos)</i> <i>“Ser mais tolerante e respeitar mais os outros” (17 anos)</i></p>

		<p><i>“Não viver de ilusões e aceitar viver com aquilo que temos” (15 anos)</i></p>	<p><i>“A minha maneira de ser” (15 anos)</i> <i>“Pensar mais antes de agir e ter outra visão sobre a vida” (17 anos)</i> <i>“Ser mais ponderada” (16 anos)</i> <i>“Confiar mais em mim mesma e não depender da aceitação de ninguém” (16 anos)</i> <i>“Ouvir mais o que a minha família me dizia e respeitá-los” (16 anos)</i> <i>“Toda a minha maneira de ser” (17 anos)</i></p>
	<p>Depois de cumprir a medida de internamento, que mudanças a nível pessoal e social espera na sua vida?</p>	<p><i>“Quero passar mais tempo com a família e arranjar novos amigos” (17 anos)</i> <i>“Quero ir para uma escola privada, onde a minha mãe trabalha, não quero voltar para o bairro nem me dar com as mesmas pessoas, quero conviver com pessoas normais” (15 anos)</i> <i>“Não espero nada de especial, só quero voltar à minha vida normal e ter cabeça” (16 anos)</i> <i>“Eu acho que só é necessário mudar o meu comportamento e pensar mais antes de agir, porque eu não ia para ambientes maus” (15 anos)</i> <i>“Lá fora nada tem que mudar, sou eu quem tem que mudar, fui eu que fiz asneira” (16 anos)</i></p>	<p><i>“Espero conseguir continuar e concluir os meus estudos espero ter uma vida melhor e que me os meus pais me acompanhem mais” (17 anos)</i> <i>“Não sei” (16 anos)</i> <i>“Espero que a minha vida mude radicalmente. Quero passar mais tempo em casa e com a minha mãe, mas isso também depende dela. Gostava que ela passasse mais tempo na nossa casa. Desde que estou aqui, também restabeleci uma ligação com o meu pai e gostava de continuar bem com ele lá fora. Quero tornar-me uma melhor pessoa” (14 anos)</i> <i>“Nada, vai ficar tudo igual.... Na minha opinião vai ficar tudo igual. A única coisa</i></p>

		<p><i>“Espero conseguir sair daqui e ir para a Alemanha onde estão os meus pais” (19 anos)</i></p> <p><i>“Espero conseguir dar um novo rumo à minha vida e fugir dos problemas” (17 anos)</i></p> <p><i>“Quero passar mais tempo com a minha família, só isso” (15 anos)</i></p> <p><i>“Espero sair daqui uma pessoa diferente e conseguir afastar-me de algumas amizades” (15 anos)</i></p>	<p><i>que pode mudar é eu mudar o meu comportamento” (16 anos)</i></p> <p><i>“Eu gostava que lá em casa as coisas mudassem, mas sei que isso não vai acontecer. Então apesar de gostar deles, prefiro ir para uma casa de autonomia, não quero estar com eles” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não sei... eu sinto que desisti um pouco da vida” (17 anos)</i></p> <p><i>“Acho que quem tem que mudar sou apenas eu” (15 anos)</i></p> <p><i>“Espero estar mais próxima da minha família, estar mais presente, ajudá-los e passar bons momentos. Os amigos, vou afastar-me da bandidagem e dar-me com pessoas do bem” (17 anos)</i></p> <p><i>“Espero sair daqui organizada mentalmente, quero voltar a ter objetivos de vida e quero criar laços mais fortes com a minha família e tentarmos ser felizes” (16 anos)</i></p> <p><i>“Ainda não pensei muito sobre isso. Estou aqui há pouco tempo e não vou sair daqui tão depressa, depois logo penso” (16 anos)</i></p> <p><i>“Quero mudar o meu grupo de amigos, arranjar outros amigos que não façam</i></p>
--	--	--	--

			<p><i>asneiras tão graves. Em relação à minha família, não quero que eles mudem, porque quem não os respeitava e ouvia era eu” (16 anos)</i></p> <p><i>“Espero conseguir manter uma relação mais próxima com os meus pais e conseguir que haja mais diálogo entre nós. Em relação aos meus amigos, ainda não sei o que vou fazer” (17 anos)</i></p>
	<p>Caso um dia tenha um filho/ familiar próximo a fazer o que você fez, como o aconselharia?</p>	<p><i>“Que tudo o que precisar eu vou ajudar e que não precisa de se meter no que eu me meti... não vale a pena” (17 anos)</i></p> <p><i>“Pedia para parar, isto não é vida para ninguém. Não vale a pena estragar a vida por dinheiro, dinheiro não é tudo” (15 anos)</i></p> <p><i>“Dizia para ser forte e não voltar a fazer o mesmo” (16 anos)</i></p> <p><i>“Diria para parar o mais rápido possível, que não é fácil estar separado da família, mas se ele não ouvisse, o problema era dele e tinha que levar com as consequências” (15 anos)</i></p> <p><i>“Não sei, nunca tinha pensado nisso” (16 anos)</i></p> <p><i>“Alertava-o tal como fizeram comigo e fazia os possíveis para o retirar daquele contexto” (19 anos)</i></p> <p><i>“Explicava a minha situação e evitava que o fizesse” (17 anos)</i></p>	<p><i>“Dizia-lhe para aprender a respeitar o outro, a ouvir, para não usar a agressão e se não conseguir resolver os problemas sozinho peça ajuda. Se fosse agora também tinha pedido” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não sei” (16 anos)</i></p> <p><i>“O meu irmão também já rouba. Apesar de eu ter andado na má vida e de saber o que é estar aqui, porque já é a segunda vez, eu sempre lhe disse para parar de roubar porque a vida aqui não é fácil. Não é fácil estar aqui fechada, não é bom não ver a família, cinco minutos de chamada não dá para nada. Dizia-lhe para deixar essa vida, para ir à escola que é importante e que não é bom estar a cumprir pena. Na altura</i></p>

		<p><i>“Pedia-lhe para refletir sobre o erro, aprender com ele e seguir em frente” (15 anos)</i></p> <p><i>“Dizia para não seguir este caminho, que eu á estive lá e não é nada bom” (15 anos)</i></p>	<p><i>gostava que alguém me tivesse avisado a mim também” (14 anos)</i></p> <p><i>“Não sei, nunca pensei nisso” (16 anos)</i></p> <p><i>“Tinha uma conversa com ele e explicava-lhe como custa estar aqui” (15 anos)</i></p> <p><i>“Dizia-lhe que não se deve fazer aquilo que eu fiz, que sempre que precisasse estaria ali para ele. Fazia-lhe ver que as coisas se podem resolver de outra forma” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não sei, não quero imaginar essa situação” (15 anos)</i></p> <p><i>“Contava-lhe o que eu passei e explicava-lhe que é muito mau estar ali naquele lugar” (17 anos)</i></p> <p><i>“Só lhe dizia que a vida é mais bonita além do mal que nos acontece” (16 anos)</i></p> <p><i>“Dizia-lhe para nunca fazer escolhas para agradar a ninguém, para ser ele próprio” (16 anos)</i></p> <p><i>“Partilhava a minha experiência, por um lado é bom estar aqui, mas por outro não é, então se fizermos para não estar, melhor” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não te magoes, procura ajuda” (17 anos)</i></p>
--	--	---	---

	<p>Tem medo de voltar a reincidir?</p>	<p>“Não” (17 anos) “Não, quando meto algo na cabeça não acontecer mais, tenho vontade própria” (15 anos) “Não, eu sei que não vou cometer mais crimes, estar aqui é um treino para a vida lá fora” (16 anos) “Não, a minha cabeça já mudou, já tenho outros pensamentos” (15 anos) “Não” (16 anos) “O único receio que tenho é encontrar pessoas ou grupos rivais e entrar em conflito novamente” (19 anos) “Tenho, tenho medo de voltar a pegar e cenas” (17 anos) “Não, tenho a certeza de que não o vou fazer” (15 anos) “Não, já sei o que passei” (15 anos)</p>	<p>“Não é bem medo, eu acho que vou conseguir resolver melhor os problemas, mas não sei se vou conseguir” (17 anos) “Sim” (16 anos) “Tenho, porque já aconteceu uma vez” (14 anos) “Não, agora sou uma pessoa decente” (16 anos) “Acho que não... Se voltar para casa, talvez, eu sei que eles não vão mudar e eu vou voltar a sair de casa e depois na rua não sei o que pode acontecer” (15 anos) “Sim, tenho medo de continuar a mesma pessoa e de voltar aos roubos” (17 anos) “Não, os erros só se cometem uma vez” (15 anos) “Não, quem tem medo é porque não confia em si. Eu confio em mim e com o apoio da minha família sei que vai correr bem” (17 anos) “Já não. A meio da medida tinha medo. Agora também já vou passar os fins de semana fora daqui, já tenho mais contacto com o exterior e já não tenho medo” (16 anos)</p>
--	---	--	---

			<p><i>“Sim, não quero voltar àquela vida, mas tenho medo de não conseguir evitar” (16 anos)</i></p> <p><i>“Não, não tenho” (16 anos)</i></p> <p><i>“Sim, eu sei que vou voltar às drogas e à vida que tinha” (17 anos)</i></p>
	Como se imagina daqui a 5/10 anos?	<p><i>“Com trabalho fixo, ter carta de condução e carro e constituir família” (17 anos)</i></p> <p><i>“Quero estar como estava antes, em casa, com a minha família, longe dos problemas e com um trabalho honesto” (15 anos)</i></p> <p><i>“Quero estar a cumprir serviço militar, ser jogador de rugby e ser uma pessoa boa e responsável” (16 anos)</i></p> <p><i>“Ter uma família, trabalhar, ter casa, estar bem com a vida e não ter problemas com a justiça” (15 anos)</i></p> <p><i>“Quero estar bem com a vida, continuar a estudar e trabalhar” (16 anos)</i></p> <p><i>“Gostava de ir para a tropa, mas por causa das tatuagens não posso. Espero ter uma vida organizada, com muitos planos de vida, ter casa, carro e formar família” (19 anos)</i></p> <p><i>“Não sei bem, mas a trabalhar secalhar” (17 anos)</i></p> <p><i>“Gostava de tentar entrar na faculdade e arranjar um trabalho” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Gostava de me tornar uma mulher trabalhadora, estudiosa e com uma grande família” (17 anos)</i></p> <p><i>“Não sei” (16 anos)</i></p> <p><i>“Quero ter uma loja de tatuagens, ter uma vida estável, trabalhar para ter dinheiro e conseguir ter as minhas coisas de forma digna e encontrar uma pessoa que goste de mim verdadeiramente” (14 anos)</i></p> <p><i>“Não sei. Cada dia que passo aqui, sinto que estou perdida, não sei o que quero para o futuro, mas imagino-me bem” (16 anos)</i></p> <p><i>“A trabalhar, gostava de ter um filho e uma relação boa e estável. Quero dar aos meus filhos e à minha família tudo aquilo que não me deram, quero ter um ambiente na minha casa que nunca tive na casa dos meus pais, um ambiente bom” (15 anos)</i></p>

		<p><i>“Primeiro quero acabar o 12º ano para depois entrar para a faculdade e começar a trabalhar, o resto vai-se vendo” (15 anos)</i></p>	<p><i>“Gostava de ter a minha afilhada comigo, constituir família e trabalhar como cabeleireira” (17 anos)</i></p> <p><i>“Espero estar a viver em França” (15 anos)</i></p> <p><i>“Gostava de ser animadora sociocultural, ter uma casa, e criar família” (17 anos)</i></p> <p><i>“Imagino-me na faculdade, orgulhosa do meu percurso” (16 anos)</i></p> <p><i>“O meu sonho é tirar um curso relacionado com psicologia ou criminologia e viver em Inglaterra” (16 anos)</i></p> <p><i>“Gostava de estar bem com a minha família, ter um trabalho e depois construir a minha própria família” (16 anos)</i></p> <p><i>“Consigo imaginar-me morta” (17 anos)</i></p>
--	--	---	---